



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 037/2021

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 09ª RF
e-processo nº 10.905.720.127/2021-41

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE UM MURO DE DIVISA DESTINADO AO PÁTIO DE VEÍCULOS CUSTODIADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU/PR

CONTEÚDO:

- ITEM 1 – APRESENTAÇÃO**
- ITEM 2 – ESPECIFICAÇÕES DE APLICAÇÃO GERAL**
- ITEM 3 – PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**
- ITEM 4 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS**

- APÊNDICE A – ORÇAMENTO**
- APÊNDICE B – CRONOGRAMA**
- APÊNDICE C – CADERNO DE ENCARGOS**
- APÊNDICE D – PROJETOS**
- APÊNDICE E – BDI**

Curitiba, 19 de outubro de 2021.

AUTOR:

José Waldiney dos Santos
ATRFB
SAENG/SIPOL/SRRF09

Ivan Olivete do Amaral
Engenheiro
Chefe SAENG/DIPOL/SRRF09

APROVO:

Gustavo Luis Horn
AFRFB
Chefe da DIPOL/SRRF09



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

ÍNDICE GERAL

Sumário

1	APRESENTAÇÃO	4
1.1	OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO	4
1.2	JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO	4
1.3	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.....	4
1.4	OBJETO	5
1.4.1	RELAÇÃO DOS SERVIÇOS A EXECUTAR	5
1.5	REGIME DE EXECUÇÃO.....	6
1.6	CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO	6
1.7	TIPO DE LICITAÇÃO	7
2	ESPECIFICAÇÕES DE APLICAÇÃO GERAL.....	7
2.1	CONCEITUAÇÃO BÁSICA.....	7
2.2	ABREVIATURAS E SIGLAS	9
2.3	COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO	9
2.4	DIREITOS PATRIMONIAIS	9
2.5	DESPESAS	10
2.6	VISTORIA PRÉVIA/DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO.....	10
2.6.1	MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES LOCAIS	11
2.7	CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE	11
2.7.1	HABILITAÇÃO – CONDIÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	11
2.7.2	PROPOSTA DE PREÇOS E SEUS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE	12
2.8	CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	12
3	PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	12
3.1	NORMAS DE EXECUÇÃO	12
3.2	OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.....	13
3.3	OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE.....	14
3.4	PRAZOS	14
3.4.1	PRAZO DE EXECUÇÃO	14
3.4.2	PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL.....	15
3.5	RESPONSABILIDADE TÉCNICA	15
3.6	GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL	15
3.7	SUBCONTRATAÇÃO	15

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 09ª RF

Rua Marechal Deodoro, nº 555 – 10º Andar

CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR

Documento de 24 (vinte e quatro) páginas, assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP-14.1022.09483.344X. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Verso em Branco - Original



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

3.8	ACRÉSCIMOS DE DESPESAS	16
3.9	REAJUSTE.....	16
3.10	MEDIÇÕES, FATURAS E PAGAMENTOS.....	16
3.11	FISCALIZAÇÃO	17
3.11.1	FORMALIZAÇÕES	18
3.11.2	REUNIÕES.....	18
3.12	RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS	18
3.13	SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	19
4	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS.....	20



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

1 APRESENTAÇÃO

Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, a Instrução Normativa 05/2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Manual SEAP de Obras Públicas – Projetos, e com a Portaria RFB/SUCOR/COPOL nº 566, de 2011.

O objeto a que se refere é a contratação de pessoa jurídica para execução de serviços, com fornecimento de materiais, para construção de um muro de divisa em alvenaria, estruturado em concreto armado.

Os objetivos deste documento são:

- Elencar os elementos capazes de propiciar uma avaliação clara, concisa e objetiva, pela Administração, do custo e pertinência da contratação.
- Esclarecer às proponentes quanto aos seus direitos e obrigações, e quanto aos serviços a executar. Para tanto, determina diretrizes gerais, definindo critérios de execução, bem como especificações que assegurem os melhores resultados para a iniciativa.

Todas as exigências da Contratante contidas neste Termo de Referência serão consideradas como de conhecimento das proponentes, fixando as normas a serem observadas e definindo as especificações técnicas que orientarão o desenvolvimento dos serviços.

1.1 OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Trata o presente processo de Pregão Eletrônico com base no Decreto 1024/2019 para contratação de empresa para execução de serviços de Construção do Muro de divisa no pátio de veículos custodiados da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu/Pr, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.2 JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

Nas perspectivas de resultados e processos – adequar a estrutura física para o bom desempenho das atribuições e contribuindo para o aumento da segurança e produtividade.

A contratação tem por objetivo a execução de serviços de Construção do Muro de divisa no pátio de veículos custodiados da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu, com vistas a atender as exigências normativas do referido órgão e a aumentar a segurança contra furtos e guarda de veículos no local.

A principal motivação deve-se em deixar a edificação mais segura quanto aos riscos contra roubo e vandalismo, uma vez que a proteção atual é deficitária.

Neste Termo de Referência constam os esclarecimentos dos serviços a serem executados, bem como a descrição das características dos materiais a serem utilizados e normas gerais de serviços. Ao **CONTRATADO** cabe, por sua vez, o fornecimento de todos os materiais, insumos, equipamentos e mão de obra necessários à execução dos serviços a serem executados.

Por fim, cabe o esclarecimento de que a contratação é composta por serviços distintos, mas indivisíveis por sua necessidade de compatibilidade, sendo, portanto inaplicável o desmembramento da contratação sem prejuízo do resultado final.

1.3 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 09ª RF

Rua Marechal Deodoro, nº 555 – 10º Andar

CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR

Dados do documento assinados digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP 14.1022.09483.344X. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Verso em Branco - Original



Ministério da Fazenda – MF
 Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
 Divisão de Programação e Logística
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia

O recurso para atender a esta despesa está inserido no Plano de Engenharia 2021, com aprovação prévia pela Coordenação de Patrimônio e Logística – COPOL.

As despesas decorrentes da execução do Contrato a ser firmado correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- Unidade Gestora (UG): 170.156 – SRRF09;
- Gestão: 00001 - Tesouro;
- Fonte: 0139171371
- Programa de Trabalho Resumido: 89090
- Natureza da despesa (ND): 449051-91;
- Plano Interno (PI): FRT

1.4 OBJETO

O objeto da licitação é a contratação de Pessoa Jurídica do ramo de engenharia ou arquitetura para execução de serviços de Construção do Muro de divisa no pátio de veículos custodiados da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu/Pr.

Unidade	Alfândega da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu/PR
Local	Avenida José Maria de Brito, Jardim Itamaraty, Foz do Iguaçu – Pr
Custo total dos Serviços	R\$ 469.935,55
Prazo de execução	120 (cento e vinte) dias
Regime de execução	Empreitada por preço global

1.4.1 RELAÇÃO DOS SERVIÇOS A EXECUTAR

O escopo da contratação que se pretende e que está descrito no prosseguimento deste Termo de Referência é o seguinte:

- Emissão de ARTs/RRTs
- Retirada de muros e alambrados de divisa existentes
- Execução de infraestrutura para suporte do muro (estacas e vigas baldrame e impermeabilização de baldrame)
- Execução de superestrutura de muro (pilares e vigas)
- Execução de alvenaria de vedação com blocos vazados de concreto
- Aplicação de chapisco em toda área do muro
- Instalação de concertina sobre muro
- Execução de calçada em concreto
- Limpeza geral de obra



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

1.5 REGIME DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços, objeto desta licitação, será contratado sob a forma de Execução Indireta, no regime de Empreitada por Preço Global.

1.6 CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

Em relação à tipificação ou não do objeto como serviço comum de engenharia, trazemos o que diz a Lei nº 10.520/2002, no seu artigo 1º, parágrafo único, onde descreve os serviços comuns como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Podemos notar que a definição legal acima citada não é suficiente para se aferir o grau de complexidade dos serviços que se pretende. Diante disso, apresentamos entendimento jurisprudencial do Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão nº 313/2004 – Plenário, a saber:

(...)

40. Considerando que o objeto do Pregão nº 13/2007 fez referência a serviço de engenharia, verifica-se que a definição legal não se revela bastante para se aferir o grau de complexidade dos serviços pretendidos pelo certame, razão pela qual trazemos entendimento jurisprudencial desta Corte, constante do Acórdão nº 313/2004 – Plenário, a saber:

“bem comum é aquele para o qual é possível definir padrões de desempenho ou qualidade, segundo especificações usuais de mercado.

[...]

o objeto da licitação deve se prestar a uma competição unicamente baseada nos preços propostos pelos concorrentes, pois não haverá propostas técnicas. Caso essas condições sejam atendidas, o pregão poderá ser utilizado.”

41. Em acréscimo, cita-se entendimento do doutrinador Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, acerca da qualificação dos serviços de engenharia como simples ou complexo (...), conforme transcrito a seguir:

‘b) serviço de engenharia, pode ser considerado como comum, quando:

b.1) as características, quantidades e qualidade forem passíveis de ‘especificações usuais de mercado’;

b.2) mesmo que exija profissional registrado no CREA para execução, a atuação desse não assume relevância, em termos de custos, complexidade e responsabilidade no conjunto do serviço.

b) em sendo comum, o serviço de engenharia poderá ser licitado por pregão, sendo a forma eletrônica ou presencial.’

42. Desse modo, verifica-se que a tipificação como ‘comum’ depende, substancialmente, das características do objeto, o qual deve se revestir de especificações usuais de mercado, de forma a permitir a avaliação das propostas dos licitantes com base, unicamente, nos preços.

43. Assim, da interlecção dos textos legais, jurisprudenciais e doutrinários, constata-se que os serviços de escavação poderiam, sim, ter sido contratados por meio do Pregão nº 13/2007, haja vista a natureza do serviço, que, apesar de volumosa, era de natureza simplória e de baixa complexidade, não se imprimindo a necessidade de ser licitado por meio de outra modalidade.



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

44. *Conforme afirmado pelo Representado (fl. 311V), o serviço contratado não necessitava de sofisticação tecnológica que já não fosse do conhecimento comum das empresas do ramo. Ademais, a quantidade de firmas no mercado mostrava-se suficiente para atestar que o serviço pretendido poderia ser, facilmente, obtido.*

45. *Com isso, não prospera a alegação de que o objeto do Pregão nº 13/2007 revestia-se de complexidade, não classificável como 'comum' e impossível de ser contratado por meio da modalidade pregão.*

(...)

Ainda, segundo entendimento do TCU, “a complexidade do objeto pretendido não é o fator decisivo para inseri-lo, ou não, no conceito de bem comum, mas, sim, o domínio do mercado sobre o objeto licitado. Dessa forma, se o objeto apresentar características padronizadas (de desempenho e de qualidade) e o mercado dominar as técnicas para a sua execução, o mesmo deverá ser classificado como bem ou serviço comum e devemos utilizar a modalidade do pregão eletrônico” (Acórdão nº 2.806/2014 – 1ª Câmara).

O Decreto nº 10.024/2019, define o que seriam “bens e serviços comuns” e, também, “serviços especiais” (não comuns) de engenharia:

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

Vemos do transcrito que na definição para bens e serviços especiais há o conceito de “alta heterogeneidade”, aliado à alta complexidade técnica.

No caso presente, temos que os serviços aqui descritos possuem características altamente padronizadas e não possuem grande complexidade técnica. Ainda, os padrões de desempenho e qualidade estão devidamente caracterizados dentro do projeto e especificações apresentadas.

Finalizando, concluo que os serviços objeto do presente Termo de Referência classificam-se como “Serviços Comuns de Engenharia”.

1.7 TIPO DE LICITAÇÃO

A licitação será do tipo **Menor Preço**.

2 ESPECIFICAÇÕES DE APLICAÇÃO GERAL

2.1 CONCEITUAÇÃO BÁSICA

Para fins deste documento, os termos abaixo têm os seguintes significados:

CONTRATANTE – Órgão que contrata o serviço, neste caso a SRRF09.

CONTRATADA – Pessoa jurídica, proponente vencedora do certame licitatório, com a qual será firmado contrato.

SUBCONTRATADA – Empresa ou profissional a quem a CONTRATADA delegue parte dos serviços, com a anuência da CONTRATANTE e até o limite previsto.

FISCALIZAÇÃO – Representantes da Administração, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei Federal 8.666/93 para acompanhar e fiscalizar a execução contratual.



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

PREPOSTO – é o responsável, aceito pela Administração, por representar a Contratada na execução do contrato, admitindo-se que seja designado para tal um dos integrantes da Equipe Residente.

ORÇAMENTO PARADIGMA – Orçamento de referência, elaborado pela Administração, para o objeto a ser contratado, no caso, o Termo de Referência Completo. Funcionará como parâmetro para fixar os critérios de aceitabilidade das propostas na licitação.

ORDEM DE SERVIÇO – documento utilizado pela Administração para a solicitação, acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução contratual.

OBRA DE ENGENHARIA – é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei 5.194/1966.

SERVIÇO DE ENGENHARIA – é toda atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei 5.194/1966,

ESTUDO PRELIMINAR – Estudo efetuado para assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental de um empreendimento, a partir dos dados levantados no Programa de Necessidades, bem como de eventuais condicionantes do Contratante.

ANTEPROJETO – representação técnica da opção aprovada no estudo de viabilidade, apresentado em desenhos sumários, em número e escala suficientes para a perfeita compreensão da obra planejada, contemplando especificações técnicas, memorial descritivo e orçamento preliminar.

PROJETO BÁSICO COMPLETO – De acordo com o art 6º, IX, da Lei 8.666/93, é “conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras e serviços objeto da licitação, elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução”.

PROJETISTA – Profissional qualificado e legalmente habilitado, responsável pela elaboração de projeto(s) integrante(s) do objeto contratado.

DESENHOS TÉCNICOS – representações gráficas do objeto a ser executado, elaboradas de modo a permitir sua visualização em escala adequada, demonstrando formas, dimensões, funcionamento e especificações perfeitamente definidas em plantas, cortes, elevações, esquemas e detalhes, obedecendo às normas técnicas pertinentes, em especial à NBR 6492.

MEMORIAL DESCRITIVO – descrição detalhada do objeto projetado, na forma de texto, onde são apresentadas as soluções técnicas adotadas, bem como suas justificativas, necessárias ao pleno entendimento do projeto, complementando as informações contidas nos Desenhos Técnicos.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – material no qual se fixam todas as regras e condições que se deve seguir para a execução da obra ou serviço de engenharia, caracterizando individualmente os materiais, equipamentos, elementos componentes, sistemas construtivos a serem aplicados e o modo como serão executados cada um dos serviços apontando, também, os critérios para a sua medição.

MEMORIAL DE CÁLCULO – apresenta os critérios, parâmetros, gráficos, fórmulas, ábacos e “softwares” utilizados na análise e dimensionamento dos sistemas e componentes, deve ser elaborado com base nos conteúdos dos Desenhos Técnicos, Memoriais Descritivos e Especificações Técnicas.

ACESSIBILIDADE – possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e utilizá-lo.



Ministério da Fazenda – MF
 Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
 Divisão de Programação e Logística
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia

BIM – Building Information Modeling (Modelagem da Informação da Construção) – Conceito de projeto por modelo tridimensional das instalações, aliada à inserção de informações a cada objeto.

2.2 ABREVIATURAS E SIGLAS

Para fins desta especificação, as siglas abaixo têm os seguintes significados:

ME	Ministério da Economia
RFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil
SRRF 9ªRF	Superintendência da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal
DIPOL	Divisão de Programação e Logística
ALF/FOZ	Alfândega da Receita Federal em Foz do Iguaçu/Pr
SAPOL	Seção de Programação e Logística
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CBPMP	Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
SEAP	Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica emitida pelo CREA
CAT	Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
RRT	Registro de Responsabilidade Técnica emitido pelo CAU
RAT	Registro de Acervo Técnico emitido pelo CAU
SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
INCC	Índice Nacional de Custo da Construção
BDI	Benefícios e Despesas Indiretas
ENCE	Etiqueta Nacional de Conservação de Energia

2.3 COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

As informações recebidas durante o processo licitatório ou de execução do Contrato, deverão ser utilizadas exclusivamente no interesse restrito dos serviços licitados e/ou contratados, ciente que a pessoa física ou jurídica que assina contrato com o Governo Federal para a execução de trabalho sigiloso ou em áreas sigilosas, torna-se responsável, no âmbito das atividades que estiverem sob seu controle, pela segurança de todos os assuntos sigilosos ligados ao desenvolvimento dos trabalhos contratados.

2.4 DIREITOS PATRIMONIAIS

Pertencerão à RFB, sem qualquer ônus adicional, todos os direitos patrimoniais e autorais referentes aos serviços executados (e demais trabalhos realizados no âmbito do contrato), incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venham a existir, garantindo-se, na divulgação, o crédito aos profissionais responsáveis pelos mesmos.



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

2.5 DESPESAS

O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a Administração não será responsável, direta ou indiretamente, por seus custos, independente do resultado do procedimento licitatório.

2.6 VISTORIA PRÉVIA/DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram este Termo de Referência, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria.

A vistoria prévia tem a finalidade de fornecer ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas da edificação, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto, evitando possíveis inexecuções contratuais.

A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09 (nove) horas às 17 (dezessete) horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente junto ao Sapol da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu/Pr.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista da licitação.

Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, mediante correio eletrônico, no endereço salic.pr@rfb.gov.br.

A realização da visita prévia não se consubstancia em condição para a participação na licitação. No caso de impedimento de realizar a visita técnica, contudo, a **licitante fica obrigada** a preencher e entregar uma Declaração dando ciência de que tomou conhecimento pleno das informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

A não realização da visita não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

Segue abaixo modelo do documento que deverá ser entregue na licitação em ambos os casos: realização da visita ou não realização.



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

2.6.1 MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES LOCAIS

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

Declaro ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes ao objeto de que trata o Edital de Pregão nº ____/2021, inclusive das condições locais.

O edital em pauta trata da contratação de execução de serviços de Construção do Muro de divisa no pátio de veículos custodiados da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu/Pr.

Diante do exposto, declaro-me ciente que não caberá qualquer recurso posterior à realização da licitação, baseado em desconhecimento de qualquer fato ou dados da especificação e edificação.

Foz do Iguaçu-Pr, ____ de _____ de ____.

Nome e CNPJ da empresa

Assinatura e nº do CREA/CAU do profissional indicado pela empresa

2.7 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

2.7.1 HABILITAÇÃO – CONDIÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A qualificação técnica necessária para habilitação da proponente, se constituirá no atendimento dos requisitos a seguir, visando garantir o cumprimento dos serviços a contratar.

- A licitante deverá possuir registro ou inscrição no CREA ou CAU, comprovado por **certidão de registro de pessoa jurídica emitida pelo órgão competente** da jurisdição de origem da empresa, em nome desta.
- Comprovação de que tomou conhecimento das informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, por meio da **Declaração de Ciência das Condições Locais**, conforme estabelece o **item 2.6** deste Termo de Referência.
- Apresentar Certidão de Registro de Pessoa Física emitida pelo CREA ou CAU, da jurisdição do domicílio do profissional, com habilitação para a execução do projeto para o qual foi indicado como responsável técnico. Esta certidão será dispensada caso o nome do profissional conste como responsável técnico na certidão de registro de pessoa jurídica do licitante

A comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

- i. SÓCIO: Cópia do Contrato Social devidamente registrado no órgão competente e sua última alteração;
- ii. DIRETOR: cópia do Contrato Social em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia do estatuto social e da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- iii. EMPREGADO: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Contrato de Trabalho em vigor;
- iv. RESPONSÁVEL TÉCNICO: cópia da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA/CAU onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico da empresa;
- v. PROFISSIONAL CONTRATADO: contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil.

2.7.2 PROPOSTA DE PREÇOS E SEUS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

O orçamento de referência para elaboração da proposta de preço das licitantes encontra-se no APÊNDICE A deste Termo de Referência. Os valores apresentados nessas planilhas são a referência da Administração para a contratação que se pretende. A LICITANTE poderá apresentar custos unitários distintos do orçamento de referência, a partir de sua metodologia própria de orçamentação, contanto que atenda os critérios para aceitabilidade de preços, conforme o que consta no Art. 13 do Decreto Federal 7.983/2013, transcrito abaixo:

Art. 13. Em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço global e de empreitada integral, deverão ser observadas as seguintes disposições para formação e aceitabilidade dos preços:

I - na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência previstos neste Decreto, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, observado o art. 9º, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência da administração pública obtidos na forma do Capítulo II, assegurado aos órgãos de controle o acesso irrestrito a essas informações; e

II - deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

Parágrafo único. Para o atendimento do art. 11, os critérios de aceitabilidade de preços serão definidos em relação aos preços global e de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, que deverão constar do edital de licitação.

Isto posto, serão **desclassificadas** as propostas de preço cujo valor global **e/ou de cada uma das etapas supere o valor de referência da Administração**.

O objeto será executado pelo valor total da proposta da licitante adjudicatária, que incluirá todas as despesas necessárias à sua perfeita e completa realização, incluindo os custos necessários à realização do objeto. A Receita Federal do Brasil não fornecerá à CONTRATADA, materiais, mão-de-obra etc., para a execução dos serviços propostos, os quais correrão inteiramente sob a responsabilidade e ônus da CONTRATADA.

2.8 CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

A licitante selecionada será aquela que ofertar o menor preço.

3 PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

3.1 NORMAS DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá atender, além das disposições contidas neste documento, as Normas e Práticas Complementares relacionadas a seguir, no que couber, independente de transcrição.



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

- a) O contratado será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas FEDERAIS, ESTADUAIS e MUNICIPAIS direta ou indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato;
- b) Normas da ABNT relativas ao objeto desta Especificação Técnica;
- c) Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia;
- d) Normas das concessionárias de serviços públicos;
- e) Código de segurança contra incêndio e pânico do estado do Paraná;
- f) Instruções e Resoluções dos órgãos do Sistema CREA-CONFEA e do CAU;
- g) Portaria RFB/SUCOR/COPOL nº 566 de 2011 e suas alterações;
- h) Manual de Normas e Padrões de Infra-Estrutura de Redes da RFB/COTEC, de 2005 e suas atualizações;
- i) Manual de identidade Visual da RFB/ASCOM, versão atualizada em 2017;
- j) Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, estabelecidos pela Decreto 92.100 de 1985, e atualizadas através da Portaria 2.296 de 1997 (Práticas SEAP).

Nos casos omissos e suscetíveis de dúvida, a CONTRATADA deverá recorrer à FISCALIZAÇÃO para esclarecimentos ou orientação, sendo as decisões finais sempre comunicadas por escrito.

3.2 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Este Termo de Referência fará parte integrante do CONTRATO, independentemente de transcrição, devendo a CONTRATADA, no ato da assinatura do CONTRATO, rubricar todas as páginas de um exemplar deste documento, como prova do seu assentimento com o que nele está contido.

Também são obrigações da CONTRATADA:

- Assumir todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços;
- Acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação específica do trabalho;
- Responder, por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados, servidores públicos ou mesmo terceiros quando da prestação dos serviços;
- Entregar o serviço objeto do presente Contrato dentro dos prazos e pelo preço constante em sua proposta e de acordo com as especificações do Edital de licitação;
- Prestar todos os esclarecimentos necessários durante os procedimentos licitatórios de contratação da empresa construtora que executará a obra e durante a execução desta;
- Atender prontamente quaisquer exigências da CONTRATANTE e seus representantes inerentes ao objeto do Contrato;
- Manter, durante a execução do Contrato, as mesmas características e condições de habilitação e qualificação técnica apresentadas durante o processo licitatório, particularmente em relação à manutenção dos profissionais indicados como Responsáveis Técnicos que executarão os serviços, devendo, justificada e previamente, solicitar autorização à Contratante para qualquer alteração que possa afetar o cumprimento deste Contrato;
- Manter permanente contato com a Contratante, através do Preposto, para tratar de assuntos relativos à elaboração e desenvolvimentos de todos os projetos;
- Efetuar as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) no CREA ou os Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) no CAU, de todos os profissionais envolvidos na elaboração dos projetos e serviços referentes ao objeto deste Contrato;



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

- Entregar os documentos nos prazos fixados e sempre que o Fiscal do Contrato exigir;
- Obter todas as licenças, aprovações e franquias necessárias aos serviços que contratar, pagando os emolumentos e as taxas prescritos e obedecendo às leis, aos regulamentos e às posturas referente aos serviços e à segurança pública, sendo obrigatório, também, o cumprimento de quaisquer formalidades e o pagamento, à sua custa, de multas porventura impostas pelas autoridades;
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, nos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93;
- Comunicar, por escrito, à CONTRATANTE quaisquer erros ou incoerências verificadas nas especificações, não sendo a eventual existência de falhas razão para execução incorreta de serviços de qualquer natureza ou não execução dos serviços;
- Executar os ajustes nos serviços concluídos ou em execução determinados pela FISCALIZAÇÃO;
- Ceder à Contratante os direitos patrimoniais referentes aos serviços objetos deste Contrato, conforme determina o Artigo 111 da Lei nº 8.666/93.
- Acatar o disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, que estabelece a vedação de que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.

3.3 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- Proporcionar todas as facilidades possíveis para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste documento;
- Prestar aos representantes da Contratada todas as informações e esclarecimentos possíveis que eventualmente venham a ser solicitados sobre os serviços;
- Acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução do Contrato através de representante especialmente designado para essa função;
- Avaliar e aprovar, bem como ordenar, a realização de alterações/modificações nos serviços e seus elementos, para atender a interesses da Administração ou de normas técnicas e legislativas;
- Atestar as notas fiscais/faturas e efetuar os pagamentos à Contratada;
- Efetuar o pagamento da última fase após o recebimento provisório dos serviços;
- Aplicar as sanções administrativas contratuais;
- Notificar a Contratada da aceitação definitiva dos serviços, após recebimento definitivo por parte da Comissão de Recebimento dos Serviços;
- Efetuar a devolução da garantia à Contratada após o recebimento definitivo dos serviços;

3.4 PRAZOS

3.4.1 PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução contratual se iniciará com emissão da primeira Ordem de Serviço (OS) pela FISCALIZAÇÃO. A OS da primeira fase deverá ser emitida em **até 15 (quinze) dias** consecutivos após a assinatura do Contrato, período para mobilização da Contratada.

O **PRAZO DE EXECUÇÃO** do objeto compreenderá o período necessário à execução dos serviços. Este prazo corresponderá ao período máximo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, distribuídos da seguinte forma:



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

- 4 (quatro) FASES com 30 (trinta) dias cada, totalizando 120 (cento e cinquenta) dias consecutivos;

O prazo previsto para cada fase terá início com a emissão da respectiva Ordem de Serviço (OS) pela FISCALIZAÇÃO.

Para compor o cronograma de execução, foi considerado o prazo (conforme cronograma físico) ao final de cada fase para análise pela FISCALIZAÇÃO dos produtos apresentados.

Caso ocorram atrasos ou alterações de cronograma em decorrência de ato imputado à Administração, o prazo de execução será proporcionalmente estendido.

3.4.2 PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

O **PRAZO DE VIGÊNCIA** do Contrato resultante desta licitação se iniciará na data de assinatura do Contrato e vigorará por **270 (duzentos e setenta) dias consecutivos**. Este prazo abrange o período para mobilização da contratada, o prazo de execução dos serviços, o prazo de recebimento dos serviços conforme item 3.12 e o prazo da garantia conforme item 3.6.

3.5 RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A **CONTRATADA** deverá apresentar, antes do início dos trabalhos, as ART/RRT referentes à execução dos serviços. A primeira medição do projeto está vinculada à apresentação das ART/RRT.

3.6 GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A **CONTRATADA** deverá prestar garantia da execução do objeto contratual através de uma das modalidades de garantia indicadas no Artigo nº 56 da Lei de Licitações e transcritas abaixo, conforme sua opção, no valor de **5% (cinco por cento) do valor global do contrato**.

- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- Seguro garantia;
- Fiança bancária.

No caso previsto pelo Artigo nº 48 da Lei 8.666/93, se a licitante vencedora do certame apresentar proposta de preço inferior a 80% (oitenta por cento) da média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, será exigida garantia adicional, dentre as modalidades indicadas acima, igual a diferença entre o valor da proposta e a média aritmética descrita acima.

O prazo da garantia deverá se estender até o término da vigência contratual.

3.7 SUBCONTRATAÇÃO

Todos os serviços mencionados neste documento serão executados sob responsabilidade da **CONTRATADA**, observada a responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos em cada atividade. Será admitida a subcontratação parcial do objeto em percentual máximo de 30%.



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

3.8 ACRÉSCIMOS DE DESPESAS

Nenhum serviço ou aquisição que resulte em acréscimo de despesa para a CONTRATANTE poderá ser executado pela CONTRATADA sem autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO, a qual deverá respeitar os trâmites legais para tal concessão.

Com base no art. 13 do Decreto 7.983/2013 e a Orientação Técnica IBRAOP nº 004/2012, as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças deste Termo de Referência, dentro da margem de precisão de 10% (dez por cento) do valor de cada item do orçamento não ensejará aditamentos ao Contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

Em conformidade com o acórdão 1.977/2013 – TCU, o presente Termo de Referência objetiva que SOMENTE erros unitários de serviços de materialidade relevante, com variação de quantidades superiores a 10% do quantitativos previstos para o item, SERÃO OBJETO DE REVISÃO E ADITIVO CONTRATUAL, caracterizados como erros acidentais de álea ordinária da Contratada. Consideram-se serviços de materialidade relevante os itens classificados em CURVA ABC de Serviços dentro do intervalo acumulado de 0% à 80% do total da contratação.

3.9 REAJUSTE

Buscando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, estabelece-se que o contrato será reajustado periodicamente a cada doze meses, na hipótese de a execução contratual extrapolar por qualquer razão este período, a contar da data base. O reajuste será aplicado conforme o estabelecido pela Lei Federal nº 8.666/92, Lei Federal nº 10.192/2001, Decreto Federal nº 1.054/1994, e conforme critérios abaixo:

- A data base coincidirá com a data limite para apresentação da proposta de preço na licitação. O reajuste será aplicável a partir do mesmo dia e mês do ano seguinte;
- O índice aplicado será o Índice Nacional de Custos da Construção (INCC-DI), calculado e publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), acumulado no período.

3.10 MEDIÇÕES, FATURAS E PAGAMENTOS

A CONTRATADA deverá apresentar, segundo suas metodologias próprias e sua capacidade produtiva, um cronograma físico. Este cronograma deverá respeitar o prazo máximo estabelecido nesse Termo de Referência e a distribuição coerente dos serviços ao longo do tempo. A não apresentação ou reprovação do CRONOGRAMA sugerido pela CONTRATADA implicará na utilização do CRONOGRAMA elaborado pela CONTRATANTE para fins de acompanhamento, medição e pagamento dos serviços.

Pela natureza peculiar da Empreitada por Preço Global, **as medições serão feitas de acordo com o cumprimento global das ETAPAS que compõem os itens do cronograma** estabelecido, não cabendo, nesta condição, pagamentos com periodicidade regular.

A aceitação do objeto das entregas ficará condicionada a avaliação da qualidade do mesmo, o que se dará através da Fiscalização, a ser exercida por servidor especialmente designado pela Administração e, caso se aplique, por empresa de assessoria à fiscalização eventualmente contratada.

A emissão de faturas pela CONTRATADA será precedida obrigatoriamente de documento formal, definido como **Planilha de Medição**, a ser elaborada pela CONTRATANTE, na qual constarão as atividades executadas e aprovadas sem restrições pela FISCALIZAÇÃO. Acompanhará a Planilha de Medição, o relatório circunstanciado que se faz referência no item 3.11.



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

A Planilha de Medição será emitida em duas vias assinadas pelo responsável do projeto e pela FISCALIZAÇÃO. Após a emissão da Planilha de Medição assinada, a mesma será entregue pela CONTRATADA juntamente com a nota fiscal e demais documentos, conforme enquadramento fiscal da mesma, para então efetuar-se o pagamento.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ indicado na proposta de preço e nos documentos de habilitação, bem como na Nota de Empenho.

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária.

3.11 FISCALIZAÇÃO

A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, designado por portaria, doravante denominado FISCAL DE CONTRATO ou FISCALIZAÇÃO. Quando necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá ser assessorada por empresa especializada a ser contratada para esse fim.

Competirá à FISCALIZAÇÃO:

- O controle da execução dos serviços contratados em suas diversas fases;
- Decidir sobre dúvidas surgidas no decorrer do trabalho;
- Expedir por escrito as determinações e comunicações dirigidas à contratada;
- Autorizar as providências necessárias junto a outras Entidades;
- Proceder às medições dos serviços;
- Manter a ADMINISTRAÇÃO informada quanto ao andamento do contrato, dos serviços e das ocorrências que devam ser objeto de apreciação superior.

As exigências da FISCALIZAÇÃO se basearão no Edital do certame e seus anexos, no cronograma e planilhas de custos apresentadas pela CONTRATADA e nas normas a obedecer.

Ao final de cada fase, a FISCALIZAÇÃO examinará os produtos entregues, sua conformidade com o cronograma físico-financeiro e elaborará **relatório circunstanciado** em 2 (duas) vias, uma ao contratado e outra para o processo, em que atestará ou não a conformidade do objeto e com seu cronograma. O relatório deverá conter avaliação acerca da aceitação das etapas entregues, solicitação de esclarecimentos (quando for o caso), proposições de alteração das soluções técnicas apresentadas e demais informações pertinentes à execução do Contrato. Em caso de conformidade, o Fiscal do Contrato informará à Contratada, por intermédio do referido relatório, acompanhado da planilha de medição, a aceitação das etapas e autorizará a emissão dos documentos de cobrança. Caso alguma etapa apresente pequenas imperfeições ou necessidade de alterações, mas não justifiquem a sua rejeição, o Fiscal do Contrato aceitará a etapa e discriminará no relatório as falhas encontradas e as alterações propostas. Entretanto, quando a fase analisada não estiver em conformidade com o Contrato, a FISCALIZAÇÃO rejeitará as respectivas etapas, discriminando no relatório as irregularidades encontradas e providenciará a imediata comunicação dos fatos à SRRF09 e à CONTRATADA, ficando esta ciente da obrigação de sanar as irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis. À CONTRATADA caberá sanar todas as irregularidades e imperfeições apontadas e efetuar as alterações solicitadas no relatório, submetendo à aprovação do Fiscal do Contrato as etapas rejeitadas e as que sofreram alterações. As etapas rejeitadas não poderão ser pagas até que sejam regularizadas. O período de análise de cada uma das fases será computado no prazo de execução do contrato.



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

3.11.1 FORMALIZAÇÕES

As comunicações e o encaminhamento de documentos só se darão por satisfeitos se processados e/ou encaminhados através de instrumentos formais (ofício, carta, fax, e-mail, telegrama ou outra modalidade ideográfica).

3.11.2 REUNIÕES

Para melhor eficiência no acompanhamento dos serviços, deverão ser realizadas reuniões presenciais ordinárias. A primeira delas terá como objetivo a assinatura do Contrato e emissão da ordem de serviço, sendo o marco inicial do prazo de vigência contratual. Será realizada, preferencialmente, na Sede da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu/Pr, com os profissionais da CONTRATADA e, representantes da CONTRATANTE.

Outras reuniões extraordinárias, presenciais ou eletrônicas, poderão ser convocadas para esclarecimentos para ambas as partes.

3.12 RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O objeto será recebido em duas etapas, conforme preconiza a Lei 8.666/93. A primeira etapa será em caráter provisório, pela FISCALIZAÇÃO do contrato, quando da execução total do objeto.

O **Recebimento Provisório** se dará em até 15 (quinze) dias após comunicação escrita da CONTRATADA de conclusão dos serviços e será formalizado por Termo de Recebimento Provisório, emitido em 2 (duas) vias assinadas pelo FISCAL e por representante da CONTRATADA.

Caso seja constatado o não-cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, a FISCALIZAÇÃO lavrará relatório circunstanciado dirigido à CONTRATADA, indicando o não recebimento provisório dos serviços em função das falhas ou irregularidades constatadas, momento em que volta a ser contabilizado o prazo de execução. A FISCALIZAÇÃO aguardará nova comunicação formal da CONTRATADA quanto às adequações e término dos serviços.

O recebimento provisório fica condicionado, entre outras obrigações, à aprovação dos serviços pelo Corpo de Bombeiros local, sendo que a vistoria do referido órgão deve ser formalizada pela empresa Contratada.

Após formalizado o recebimento provisório, a CONTRATANTE por meio de servidor ou comissão designada para tal, efetuará o **Recebimento Definitivo**. Será emitido Termo de Recebimento Definitivo após decorrido o prazo de vistoria, em que se comprovará a adequação do objeto aos termos contratuais. O Recebimento Definitivo atenderá às exigências constantes da legislação pertinente e ainda as indicadas abaixo:

- Será global, isto é, referente a todos os serviços objeto do contrato;
- Será feito, no máximo, 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados;
- Somente será emitido após terem sido atendidas todas as reclamações da FISCALIZAÇÃO;

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelos aspectos técnicos do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. Dessa forma, caberá aos profissionais envolvidos sanar quaisquer irregularidades ou incompatibilidades detectadas posteriormente.

A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

3.13 SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 quem recusar injustificadamente a assinatura do contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, fraudar na execução do contrato e cometer fraude fiscal.

A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- i. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante e ao objeto da contratação;
- ii. Multa moratória:
 - a) de 0,02% (dois centésimos por cento) por dia de atraso injustificado no início da execução do contrato, calculada sobre o valor total da contratação;
 - b) de 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor total do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição estabelecida como obrigação da Contratada não especificada nas alíneas “a”, “b” e “c” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
 - c) de 2,0% (dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de não manutenção das condições de habilitação durante toda a execução do contrato;
 - d) em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

- iii. Multa compensatória:
 - a) de 10,0 % (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, não se eximindo a mesma das demais sanções cabíveis;
 - b) de 10,0% (dez por cento) sobre o valor total da proposta no caso de injustificada recusa da adjudicatária em firmar o termo de contrato.

Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

- iv. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a SRRF09, pelo prazo de até dois anos;
- v. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



Ministério da Fazenda – MF
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

- Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, com prazo de defesa prévia de 5 (cinco) dias úteis, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999 e a Portaria RFB nº 3.090, de 2011.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, as consequências da infração para a SRRF09, a reincidência do infrator com a Secretaria da Receita Federal do Brasil nos últimos 12 meses contados da celebração do contrato, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação e será limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

O valor da(s) multa(s) aplicada(s) deverá(ão) ser recolhido(s) em qualquer agência do Banco do Brasil S.A., por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do valor da garantia e, se necessário, do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

Dos atos da Administração decorrentes da aplicação de advertência, multa, suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar caberá recurso, interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, dirigido ao Chefe da DIPOL/SRRF09, e pedido de reconsideração de decisão do Ministro da Economia, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

Os recursos que não preencherem pressupostos recursais não serão conhecidos.

Todas sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sendo que as sanções de multa moratória, suspensão temporária, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade também serão publicadas na imprensa oficial e as três últimas penalidades serão registradas no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEI) da Controladoria-Geral da União.

4 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços deverá observar o contido no Caderno de Encargos e projeto, anexos a este Termo de Referência (Apêndices “C” e “D”).



Ministério da Economia

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 23/09/2022 14:37:17 por Jose Waldiney dos Santos.

Documento assinado digitalmente em 23/09/2022 14:37:17 por JOSE WALDINEY DOS SANTOS, Documento assinado digitalmente em 23/09/2022 13:59:54 por GUSTAVO LUIS HORN, Documento assinado digitalmente em 23/09/2022 12:17:45 por IVAN OLIVETE DO AMARAL e Documento assinado digitalmente em 23/09/2022 12:17:45 por IVAN OLIVETE DO AMARAL.

Esta cópia / impressão foi realizada por SIGRID HAGER STRAMBI em 14/10/2022.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP14.1022.09483.344X

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
A446DC7C1069933E9B7FECF2408D3227CF51AC26FE01DBFD74210B6C8585C4F5

Estudo Técnico Preliminar 29/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 109057201272021-41

2. Descrição da necessidade

Prover o terreno destinado a guarda de veículos apreendidos de muro de divisa

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ALF/FOZ	Delcy Pereira Carvalho Filho

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Trata-se de contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de execução de muro de divisa em terreno da ocupado pela Alfândega da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu/Pr, com a finalidade de guarda de veículos apreendidos, situado na Avenida José Maria de Brito, s/n.

Entre os requisitos para a contratação, tem-se:

- Licitação dos serviços por meio de Pregão Eletrônico;
- projeto do muro com detalhamento de vigas baldrame, vigas de suporte e cintamento;
- quantitativos e orçamento de todos os serviços necessários à construção do muro;
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RTT do projeto do muro;
- especificações técnicas com descrição do padrão de qualidade requerido.

5. Levantamento de Mercado

O orçamento de referência foi elaborado por empresa contratada para elaboração do projeto do muro e está em conformidade com o decreto 7.983/2013, aplicável a obras e serviços de engenharia.

6. Descrição da solução como um todo

O escopo da contratação que se pretende é o que segue:

- Construção de um muro estruturado em concreto armado e fechamento em alvenaria de blocos de concreto.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Todos os quantitativos envolvidos estão presentes no anexo referente ao orçamento paradigma.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 446.544,02

Todos os valores envolvidos estão presentes no anexo referente ao orçamento paradigma.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução a ser contratada trata de serviço técnico especializado para execução de um muro, cujos serviços não são independentes, nos leva pela inviabilidade de sua divisão. Ainda, não haveria qualquer tipo de economia em sua divisão, o que nos leva a concluir pelo não parcelamento do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A construção de muro de divisa para o Pátio de Custódia de Veículos Apreendidos encontra amparo no Mapa Estratégico da Secretaria da Receita Federal do Brasil em relação aos Objetivos de Gestão e Suporte.

É premissa contida no mapa estratégico: viabilizar recursos e otimizar sua aplicação para suprir as necessidades de infraestrutura e tecnologia, que se traduz nas ações que visem a assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais, além de **disponibilizar instalações físicas e infraestrutura adequada às atividades de cada unidade**, gerando soluções de TI integradas e propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável.(grifo nosso)

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O sistema delimitador atual (alambrado com tela em arame) não é eficaz. Assim, pretende-se melhorar a segurança do pátio e seu entorno contra furtos, roubos ou atos de vandalismo trazendo, também, maior segurança para os servidores que ali desenvolvem suas atividades.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há impactos ambientais a serem considerados.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

Com base nas justificativas, premissas e objetivos descritos neste Estudo Técnico Preliminar, esta Seção de Obras e Serviços de Engenharia declara a viabilidade da contratação da execução de muro de divisa para o terreno que serve de pátio de veículos apreendidos da Alfândega da Receita Federal em Foz do Iguaçu/Pr.

Conclui-se pela necessidade da contratação de pessoa jurídica para execução do referido muro

16. Responsáveis

Responsável pela elaboração do Termo de Referência, com base no projeto desenvolvido pelo Engº Civil José Fernando Ferreira de Araújo - CREA PR 133062/D

JOSÉ WALDINEY DOS SANTOS

ATRFB



Ministério da Economia

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento autenticado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. Corresponde à fé pública do servidor, referente à igualdade entre as imagens digitalizadas e os respectivos documentos ORIGINAIS.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 25/10/2021 17:03:00 por JOSE WALDINEY DOS SANTOS.

Documento autenticado digitalmente em 25/10/2021 17:03:00 por JOSE WALDINEY DOS SANTOS.

Esta cópia / impressão foi realizada por SIGRID HAGER STRAMBI em 14/10/2022.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP14.1022.09492.11MY

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
0EBEE2167D4A2A56A0A4BE8A58FA72396D78A6739E2388498AD7B2F61115D857

MINISTÉRIO DA ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL - 1ª REGIÃO FISCAL Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Divisão de Programação e Logística										Recita Federal	
OBJETO:	Obras para Construção do Muro de divisa no pátio de veículos custodiados da Receita Federal do Brasil em Foz do									DATA BASE:	Não Desonerado
UNIDADE:	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - RF09									BDI (DIF.):	0,00%
DOCUMENTO:	Planilha de Preços - Relatório Sintético									Outros encargos Mat:	
CLASSE	CÓDIGO	BDI DIF.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO M.O. (UNIT.)(R\$)	PREÇO MAT. (UNIT.)(R\$)	PREÇO FINAL (UNIT.)(R\$)	PREÇO M.O. (TOT.)(R\$)	PREÇO MAT. (TOT.)(R\$)	PREÇO FINAL (TOT.)(R\$)
1			ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA						10.733,07	233,84	10.967,01
COMP. SINAPI	90778		ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLANO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	34,28	116,00	-	116,00	3.976,48	0,00	3.976,48
COMP. SINAPI	90776		ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	171,4	39,42	-	39,42	6.756,59	0,00	6.756,59
COTAÇÃO	COT-014		Taxa de ART - valor do contrato acima de R\$15.000,00	ud	1	-	233,84	233,84	0,00	233,84	233,84
6			SERVIÇOS PRELIMINARES E DEMOLIÇÕES						1.188,67	8.928,36	10.125,03
COMP. SINAPI	97625		DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 12/2017	M3	70,00	8,77	49,56	58,33	613,90	3.469,20	4.083,10
COMP. SINAPI	100981		CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M ³ - CARGA COM ESCAVADERA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M ³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF 07/2020	M3	25	1,47	7,81	9,28	36,75	195,25	232,00
COMP. SINAPI	97914		TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF 07/2020	M3XKM	750,00	0,38	2,51	2,89	285,00	1.882,50	2.167,50
COMP. SINAPI	99058		LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA. AF - 10/2018	UN	20	6,95	1,63	8,58	139,00	32,60	171,60
INSUMO MAT.	10775		LOCAÇÃO DE CONTAINER PARA ALMOXARFADO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA ESCRITÓRIO, COMPLETO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS (NAO INCLUI MÓDULO DE DESMONTAGEM). AF 06/2017	MES	3	-	610,00	610,00	0,00	1.830,00	1.830,00
COMP.	00051/ORSE- adaptado		PLACA DE OBRA EM CHAPA AÇO GALVANIZADO, INSTALADA	M ²	3	41,34	505,60	546,94	124,02	1.516,81	1.640,83
10			FUNDAÇÕES						38.419,01	63.897,75	100.316,76
COMP. SINAPI	94965		CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MEDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF 05/2021	M3	21,00	65,45	359,80	425,25	1.374,45	7.555,80	8.930,25
COMP. SINAPI	96545		ARMADURA DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF 06/2017	KG	709,85	3,85	13,14	16,99	2.732,92	9.327,43	12.060,35
COMP. SINAPI	96543		ARMADURA DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 5 MM - MONTAGEM. AF 06/2017	KG	611,93	7,36	12,81	20,17	4.503,80	7.838,82	12.342,62
COMP. SINAPI	95583		MONTAGEM DE ARMADURA TRANSVERSAL DE ESTACAS DE SEÇÃO CIRCULAR, DIÂMETRO = 5,0 MM. AF 09/2021	KG	1.079,30	6,12	12,13	18,25	6.605,32	13.091,91	19.697,23
COMP. SINAPI	96542		FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA VIGA BALDRAME, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017	M2	80,00	56,78	41,78	98,56	4.542,40	3.342,40	7.884,80

Documento de 15 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx?cav=1022.09518.OX70>. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Verso em Branco - Original



2 de 3

0,00%

Aprovo

assinado digitalmente
GUSTAVO LUIS HORN
CHEFE DE DIVISÃO
DIPOL / SRRF09

MINISTÉRIO DA FAZENDA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL - 9ª REGIÃO FISCAL Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Divisão de Programação e Logística											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Receita Federal											
Rece											

 Receita Federal		 Receita Federal										
MINISTÉRIO DA FAZENDA RECETA FEDERAL DO BRASIL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL - 9ª REGIÃO FISCAL Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Divisão de Programação e Logística												
DESCRICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO			UNIDADE	TIPO ITEM	CODIGO ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE ITEM	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	CUSTO MAO DE OBRA	CUSTO MATERIAL
MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE VIGA, ESCORAMENTO METÁLICO, PRÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA REFINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF 09/2020			M2							46,27		56,85
92464												

INSUMO	2692	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA		0,0100000	6,56	0,06		#VALOR!
INSUMO	4491	FONTELE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA		0,2960000	6,97	2,06		#VALOR!
INSUMO	10749	LOCACAO DE ESCORA METALICA TELESCOPICA, C MES		1,1860000	8,24	9,77		#VALOR!
INSUMO	40275	LOCACAO DE VIGA SANDWICH METALICA VAZADA MES		0,3560000	18,00	6,40		#VALOR!
INSUMO	40287	LOCACAO DE BARRA DE ANCORAGEM DE 0,80 A 1 MES		0,4740000	4,50	2,13		#VALOR!
INSUMO	40304	PREÇO DE ACO POLIDO COM CABECA DUPLA 17 X KG		0,0330000	25,95	0,85		#VALOR!
INSUMO	40339	LOCACAO DE CRUZETA PARA ESCORA METALICA MES		1,1860000	4,50	5,33		#VALOR!
COMPOSTCAO	88239	AJUDANTE DE CARPINTIRO COM ENCARGOS COM H		0,2560000	25,05	6,41		#VALOR!
COMPOSTCAO	88262	CARPINTIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLE H		1,3970000	30,68	42,85		#VALOR!
COMPOSTCAO	92265	FABRICAÇÃO DE FORMA PARA VIGAS, EM CHAPA M2		0,2360000	115,55	27,26		#VALOR!
96542	M2	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA VIGA BALDRAME, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA REFINADA, 8-17 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017				56,78		41,78
INSUMO	1358	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA REFINADA M2		0,3150000	45,79	14,42		#VALOR!
INSUMO	2692	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA		0,0100000	6,56	0,06		#VALOR!
INSUMO	4491	FONTELE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA		1,2180000	6,97	8,48		#VALOR!



Receita Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL - 9ª REGIÃO FISCAL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Divisão de Programação e Logística



Receita Federal

DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO			UNIDADE	TIPO ITEM	CODIGO ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE ITEM	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	CUSTO MÃO DE OBRA	CUSTO MATERIAL
96543	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM – MONTAGEM. AF_06/2017											
		KG									7,36	12,81
	INSUMO		4517	SARRAFO *2,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU M		0,7220000	2,44	1,76				
	INSUMO		5073	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 17 X 24 (2 KG		0,0190000	21,43	0,40				
	INSUMO		20247	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 15 X 15 (1 KG		0,0040000	23,28	0,09				
	INSUMO		40304	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA DUPLA 17 X KG		0,0100000	25,95	0,25				
	COMPOSICAO		88239	AJUDANTE DE CARPINTIRO COM ENCARGOS COMP H		0,7250000	25,05	18,16				
	COMPOSICAO		88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLE H		1,7490000	30,68	53,65				
92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM – MONTAGEM. AF_06/2022											
		KG									4,45	11,78
	INSUMO		39017	ESPACADOR / DISTANCIADOR CIRCULAR COM ENT UN		1,9665000	0,19	0,37				
	INSUMO		43132	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG		0,0250000	28,65	0,71				
	COMPOSICAO		88238	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEME H		0,0635000	23,67	1,50				
	COMPOSICAO		88245	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES H		0,1945000	30,80	5,99				
	COMPOSICAO		92800	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5 KG		1,0000000	11,60	11,60				
	INSUMO		39017	ESPACADOR / DISTANCIADOR CIRCULAR COM ENT UN		1,1900000	0,19	0,22				
	INSUMO		43132	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG		0,0250000	28,65	0,71				
	COMPOSICAO		88238	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEME H		0,0175000	23,67	0,41				
	COMPOSICAO		88245	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES H		0,1069000	30,80	3,29				

MINISTÉRIO DA FAZENDA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL - 9ª REGIÃO FISCAL Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Divisão de Programação e Logística									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									
Receita Federal									

SAENG_2022_085_OR_Neo_desonerado

APÊNDICE B - CPU SINAPI



DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO		UNIDADE	TIPO ITEM	CODIGO ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE ITEM	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	CUSTO MÃO DE OBRA	CUSTO MATERIAL
94965	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M3	INSUMO	43132	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG		0,0250000	28,65	0,71		#VALOR!
			COMPOSTCAO	88238	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0375000	23,67	0,88		#VALOR!
			COMPOSTCAO	88245	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1155000	30,80	3,55		#VALOR!
			COMPOSTCAO	92802	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 8 KG		1,0000000	11,72	11,72		#VALOR!
										65,45	359,8
			INSUMO	370	AREIA MÉDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RE M3		0,7229000	81,65	59,02		#VALOR!
			INSUMO	1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	362,6579000	0,67	242,98		#VALOR!
			INSUMO	4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PE M3		0,5934000	55,70	33,05		#VALOR!
			COMPOSTCAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,3117000	23,71	54,81		#VALOR!
			COMPOSTCAO	88377	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTUR H		1,4637000	23,15	33,88		#VALOR!
			COMPOSTCAO	88830	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CA CHP		0,7534000	1,71	1,28		#VALOR!
			COMPOSTCAO	88831	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CA CHI		0,7103000	0,33	0,23		#VALOR!
										11,85	31,43
			INSUMO	626	MANTA LÍQUIDA DE BASE ASFÁLTICA MODIFICADA KG		1,5000000	18,73	28,09		#VALOR!
			COMPOSTCAO	88243	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0850000	25,01	2,12		#VALOR!
			COMPOSTCAO	88270	IMPERMEABILIZADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4220000	30,99	13,07		#VALOR!
										106,70	36,62
			COMPOSTCAO	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,4590000	30,99	45,21		#VALOR!
			COMPOSTCAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4,1380000	23,71	98,11		#VALOR!
										41,25	15,62
96955	REATERRO MANUAL APLIADO COM SOQUETE. AF_10/2017	M3									
	REATERRO MANUAL APLIADO COM SOQUETE. AF_10/2017	M3									



Receita Federal

Receita Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA RECETA FEDERAL DO BRASIL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL - 9ª REGIÃO FISCAL Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Divisão de Programação e Logística										
RECEITA FEDERAL		RECEITA FEDERAL								
DESCRICAO DA COMPOSICAO				UNIDADE TIPO ITEM CODIGO ITEM		UNIDADE ITEM		COEFICIENTE PRECO UNITARIO CUSTO TOTAL CUSTO MÃO DE OBRA CUSTO MATERIAL		
EXECUÇÃO DE PASSETO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPRESSURA 10 CM, ARMADO. AF 07/2016	M2	INSUMO	3777	LONA PLASTICA PESADA PRETA, E = 150 MICRA	M2		1,1280000	1,57	1,77	=\$VALOR!
EXECUÇÃO DE PASSETO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPRESSURA 10 CM, ARMADO. AF 07/2016	M2	INSUMO	4460	SARRAFO NAO APARELHADO *2,5 X 10* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M		0,2500000	12,21	3,05	=\$VALOR!
EXECUÇÃO DE PASSETO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPRESSURA 10 CM, ARMADO. AF 07/2016	M2	INSUMO	4517	SARRAFO *2,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M		0,2000000	2,44	0,48	=\$VALOR!
EXECUÇÃO DE PASSETO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPRESSURA 10 CM, ARMADO. AF 07/2016	M2	INSUMO	7156	TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA, CA-60, 0-196, (3,11 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 5,0 MM, LARGURA = 2,45 M, ESPACAMENTO DA MALHA = 10 X 10 CM	M2		1,1224000	37,61	42,21	=\$VALOR!
EXECUÇÃO DE PASSETO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPRESSURA 10 CM, ARMADO. AF 07/2016	M2	COMPOSTCAO	88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H		0,2256000	30,68	6,92	=\$VALOR!
EXECUÇÃO DE PASSETO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPRESSURA 10 CM, ARMADO. AF 07/2016	M2	COMPOSTCAO	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H		0,3317000	30,99	10,27	=\$VALOR!
EXECUÇÃO DE PASSETO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPRESSURA 10 CM, ARMADO. AF 07/2016	M2	COMPOSTCAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H		0,5573000	23,71	13,21	=\$VALOR!
EXECUÇÃO DE PASSETO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPRESSURA 10 CM, ARMADO. AF 07/2016	M2	COMPOSTCAO	94964	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2,7:13 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF 05/2021	M3		0,1213000	409,66	49,69	=\$VALOR!
CHAFISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENCIA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF 06/2014	M2			ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA GROSSA UNIDADE) PARA CHAFISCO CONVENCIONAL, PREPARO MECANICO COM BETONEIRA 400 L. AF 08/2019	M3		0,0042000	467,12	1,96	=\$VALOR!
CHAFISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENCIA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF 06/2014	M2	COMPOSTCAO	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H		0,1240000	30,99	3,84	=\$VALOR!
CHAFISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENCIA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF 06/2014	M2	COMPOSTCAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H		0,0620000	23,71	1,47	=\$VALOR!
LIMPEZA DE CONTRAPISO COM VASSOURA A SECO. AF 04/2019	M2			SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H		0,1650000	23,71	3,91	=\$VALOR!
LIMPEZA DE CONTRAPISO COM VASSOURA A SECO. AF 04/2019	M2	COMPOSTCAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H		0,1650000	23,71	3,91	=\$VALOR!
DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 12/2017	M3								8,77	49,56

SAENG_2022_085_OR_Neo_desonerado

APÊNDICE B - CPU SINAPI

			
MINISTÉRIO DA FAZENDA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL - 9ª REGIÃO FISCAL Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Divisão de Programação e Logística			
UNIDADE	TIPO ITEM	CODIGO ITEM	DESCRIÇÃO ITEM
UNIDADE	TIPO ITEM	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO
CUSTO TOTAL	CUSTO MAO DE OBRA	CUSTO MATERIAL	

99058	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017 M3	COMPOSTCAO 5940	PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA LÍQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M³, PESO OPERACIONAL 11632 KG - CHP DIURNO. AF_06/2014	0,2400000	200,28	48,06	#VALOR!
	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017 M3	COMPOSTCAO 5942	PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA LÍQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M³, PESO OPERACIONAL 11632 KG - CHI DIURNO. AF_06/2014	0,1394000	73,69	10,27	#VALOR!
	LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA.	UN				6,95	1,63
	LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA. AF_10/2018	INSUMO 32	ACO CA-50, 6,3 MM, VARGALHO	0,0735000	10,01	0,73	#VALOR!
	LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA. AF_10/2018	INSUMO 7247	LOCAÇÃO DE TEODOLITO ELETRÔNICO, PRECISÃO ANGULAR DE 5 A 7 SEGUNDOS, INCLUINDO TRIPE	0,1759000	2,25	0,39	#VALOR!
	LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA. AF_10/2018	COMPOSTCAO 88253	AUXILIAR DE TOPOGRÁFICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,1172000	12,38	1,45	#VALOR!
	LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA. AF_10/2018	COMPOSTCAO 90781	TOPOGRÁFICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,2345000	25,66	6,01	#VALOR!
97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VTA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XXM). AF_07/2020	M3XXM				0,38	2,51
	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VTA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XXM). AF_07/2020	COMPOSTCAO 67826	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 11.130 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 5,36 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_06/2014	0,0139000	186,86	2,59	#VALOR!
	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VTA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XXM). AF_07/2020	COMPOSTCAO 67827	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 11.130 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 5,36 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHI DIURNO. AF_06/2014	0,0060000	51,52	0,30	#VALOR!
100981	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3				1,47	7,81
	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	COMPOSTCAO 5631	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESPETREIAS, CAÇAMBA 0,80 M³, PESO OPERACIONAL 17 T, POTÊNCIA BRUTA 111 HP - CHP DIURNO. AF_06/2014	0,0083000	232,51	1,92	#VALOR!
	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	COMPOSTCAO 5632	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESPETREIAS, CAÇAMBA 0,80 M³, PESO OPERACIONAL 17 T, POTÊNCIA BRUTA 111 HP - CHI DIURNO. AF_06/2014	0,0151000	89,04	1,34	#VALOR!
	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	COMPOSTCAO 67826	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 11.130 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 5,36 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_06/2014	0,0267000	186,86	4,98	#VALOR!

SAENG_2022_085_OR_Neo_desonerado

APÊNDICE B - CPU SINAPI

										
<p align="center"> MINISTÉRIO DA FAZENDA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL - 9ª REGIÃO FISCAL Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Divisão de Programação e Logística </p>										
DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO	UNIDADE	TIPO ITEM	CODIGO ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE ITEM	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	CUSTO MÃO DE OBRA	CUSTO MATERIAL

CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M³). AF. 07/2020

CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 11.130 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 5,36 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CACIMBA METÁLICA - CHI DIÁRIO. AF. 06/2014

90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	M3	COMPOSTICAO	67827	H					
	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	INSUMO	4083	H	1,00000000	38,76	38,76	38,76	
	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	INSUMO	37372	H	1,00000000	0,81	0,81	0,81	
	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	INSUMO	37373	H	1,00000000	0,06	0,06	0,06	
	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	INSUMO	43463	H	1,00000000	0,10	0,10	0,10	
	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	INSUMO	43487	H	1,00000000	1,08	1,08	1,08	
	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	COMPOSTICAO	95401	H	1,00000000	0,66	0,66	0,66	
90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H			H					116,00
	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	INSUMO	2707	H	1,00000000	114,63	114,63	114,63	
	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	INSUMO	37372	H	1,00000000	0,81	0,81	0,81	
	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	INSUMO	37373	H	1,00000000	0,06	0,06	0,06	
	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	INSUMO	43462	H	1,00000000	0,01	0,01	0,01	
	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	INSUMO	43486	H	1,00000000	0,66	0,66	0,66	
	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	COMPOSTICAO	95403	H	1,00000000	1,37	1,37	1,37	



Receita Federal

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL - 9ª REGIÃO FISCAL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Divisão de Programação e Logística




Receita Federal

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	COEF.	PREÇO M.O. (UNIT./R\$)	PREÇO MAT. (UNIT.)/(R\$)	PREÇO M.O. (TOT.)/(R\$)	PREÇO MAT. (TOT.)/(R\$)	PREÇO FINAL (TOT./R\$)
	00051/ORSE-adaptado	PLACA DE OBRA EM CHAPA AÇO GALVANIZADO, INSTALADA	M²				41,34	505,6045	546,9445
COTAÇÃO	COT-015-ORSE 01569	Madeira mista serrada (barrote) 6 x 6cm - 0,0036 m³/m (angelim, louro)	m	4	0	10,13	0	40,52	40,52
COTAÇÃO	COT-016-ORSE 06995	Madeira mista serrada (sarrafo) 2,2 x 5,6cm - 0,00121 m³/m	m	1	0	3,89	0	3,89	3,89
COMP. SINAPI	88261	CARPINTEIRO DE ESQUADRIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1	22,81	6,52	22,81	6,52	29,33
INSUMO MAT.		PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUÇÃO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXAÇÃO)	M2	1	0	445,00	0	445	445
INSUMO MAT.	4813								
COMP. SINAPI	5075	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	0,15	0	21,03	0	3,1545	3,1545
	88239	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1	18,53	6,52	18,53	6,52	25,05
	100899/SINAPI/adaptado	ESTACA ESCAVADA MECANICAMENTE, SEM FLUIDO ESTABILIZANTE, COM 30 CM DE DIÂMETRO, CONCRETO LANÇADO MANUALMENTE (EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO).	M				25,6672	47,7358	73,403
INSUMO MAT.		CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTÊNCIA C25, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 130 +/- 20 MM, EXCLUI SERVIÇO DE BOMBEAMENTO (NBR 8953)	M3	0,07	0	411,08	0	28,7756	28,7756
COMP. SINAPI	38405								
COMP. SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,38	17,19	0	23,7222	0	23,7222
COMP. SINAPI	90680	PERFURATRIZ HIDRÁULICA SOBRE CAMINHÃO COM TRADO CURTO ACOPLADO, PROFUNDIDADE MÁXIMA DE 20 M, DIÂMETRO MÁXIMO DE 1500 MM, POTÊNCIA INSTALADA DE 137 HP, MESA ROTATIVA COM TORQUE MÁXIMO DE 30 KNM - CHP DIURNO. AF. 06/2015	CHP	0,0274	24,22	410,77	0,6636	11,2551	11,9187
COMP. SINAPI	90681	PERFURATRIZ HIDRÁULICA SOBRE CAMINHÃO COM TRADO CURTO ACOPLADO, PROFUNDIDADE MÁXIMA DE 20 M, DIÂMETRO MÁXIMO DE 1500 MM, POTÊNCIA INSTALADA DE 137 HP, MESA ROTATIVA COM TORQUE MÁXIMO DE 30 KNM - CHI DIURNO. AF. 06/2015	CHI	0,049	24,22	147,12	1,1868	7,2089	8,3957
COMP. SINAPI	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0	116,00	0	0	0	0
COMP. SINAPI	95578	MONTAGEM DE ARMADURA DE ESTACAS, DIÂMETRO = 12,5 MM. AF. 09/2021	KG	0	0,56	9,92	0	0	0
COMP. SINAPI	97913	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF. 07/2020	M3XKM	0,02	0,41	2,76	0,0082	0,0552	0,0634
COMP. SINAPI	100973	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF. 07/2020	M3	0,06	1,44	7,35	0,0864	0,441	0,5274
	13106/ORSE/adaptado	CONCERTINA DUPLA, EM AÇO GALVANIZADO, ESPIRAL DE Ø = 450 MM, 5 CLIPES P/ESPIRAL, LÂMINA DE 30MM E FIO INTERNO = 2,75MM, INCLUSIVE INSTALAÇÃO	M				5,9595	31,407	37,3665
COTAÇÃO	COT-019-ORSE 04306	Concertina Dupla Ripper 450mm ou similar (barreira física efetiva)	m	1	0	30,57	0	30,57	30,57
COMP. SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,15	17,19	0	2,5785	0	2,5785
COMP. SINAPI	88278	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,15	22,54	5,58	3,381	0,837	4,218

	COMPOSIÇÃO 05	VEDAÇÃO DE JUNTA DE DILATAÇÃO EM PAREDE, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA	M					34,0628	16,7758	50,8386
COMP. SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,82	24,35	0	19,967	0	0	19,967
COMP. SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,82	17,19	0	14,0958	0	0	14,0958
INSUMO MAT.	38367	ESPATULA DE ACO INOX COM CABO DE MADEIRA, LARGURA 8 CM	UN	0,014577259	0	16,99	0	0,2477	0,2477	0,2477
INSUMO MAT.	38386	PINCEL CHATO (TRINCHA) CERDAS GRIS 1.1/2 " (38 MM)	UN	0,145772595	0	4,53	0	0,6603	0,6603	0,6603
COTAÇÃO	COT-021	Delimitador de profundidade 10mm - vedacit, bag com 1150m	unidade	0,00728863	0	261,8652429	0	1,9086	1,9086	1,9086
COTAÇÃO	COT-022	SELANTE PU 40 - SIKAFLEX 1A PLUS - 300ML (CINZA)	Unidade	0,174927114	0	79,8	0	13,9592	13,9592	13,9592
	COMPOSIÇÃO 04	VEDAÇÃO DE JUNTA DE DILATAÇÃO EM PISO, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA	M				34,0628	16,7758	50,8386	
COMP. SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,82	24,35	0	19,967	0	0	19,967
COMP. SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,82	17,19	0	14,0958	0	0	14,0958
INSUMO MAT.	38367	ESPATULA DE ACO INOX COM CABO DE MADEIRA, LARGURA 8 CM	UN	0,014577259	0	16,99	0	0,2477	0,2477	0,2477
INSUMO MAT.	38386	PINCEL CHATO (TRINCHA) CERDAS GRIS 1.1/2 " (38 MM)	UN	0,145772595	0	4,53	0	0,6603	0,6603	0,6603
COTAÇÃO	COT-021	Delimitador de profundidade 10mm - vedacit, bag com 1150m	unidade	0,00728863	0	261,8652429	0	1,9086	1,9086	1,9086
COTAÇÃO	COT-022	SELANTE PU 40 - SIKAFLEX 1A PLUS - 300ML (CINZA)	Unidade	0,174927114	0	79,8	0	13,9592	13,9592	13,9592
	COMPOSIÇÃO 06	LIMPEZA MANUAL NO ENTORNO DO MURO, COM ENXADA E CARRINHO DE MÃO	M²				1,1002	0,848	1,9482	
COMP. SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,064	17,19	0	1,1002	0	0	1,1002
INSUMO MAT.	38403	ENXADA ESTREITA *25 X 23* CM COM CABO	UN	0,004	0	42,09	0	0,1684	0,1684	0,1684
INSUMO MAT.	2711	CARRINHO DE MAO DE ACO CAPACIDADE 50 A 60 L, PNEU COM CAMARA	UN	0,004	0	169,90	0	0,6796	0,6796	0,6796

CURVA ABC DE SERVIÇOS

	MINISTÉRIO DA ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL - 9ª REGIÃO FISCAL Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Divisão de Programação e Logística	

OBJETO Obras para Construção do Muro de divisa no pátio de veículos custodiados da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu

UNIDADE Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - RF09

DOCUMENTO: Curva ABC de serviços

de 0% à 80%	A
de 80% à 95%	B
de 95% à 100%	C

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO FINAL (UNIT.VR\$)	PREÇO FINAL (TOT.)(R\$)	%	% ACUM.
1	94996	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO. AF_07/2018	M2	511,72	127,60	65.295,47	17,27%	17,27%
2	103318	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M2	719,74	89,71	64.567,88	17,07%	34,34%
3	100899/SINAPI/adaptado	ESTACA ESCAVADA MECANICAMENTE, SEM FLUIDO ESTABILIZANTE, COM 30 CM DE DIÂMETRO, CONCRETO LANÇADO MANUALMENTE (EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO).	M	432	73,40	31.710,10	8,38%	42,72%
4	94965	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M3	71,32	425,25	30.328,83	8,02%	50,74%
5	95583	MONTAGEM DE ARMADURA TRANSVERSAL DE ESTACAS DE SEÇÃO CIRCULAR, DIÂMETRO = 5,0 MM. AF_09/2021	KG	1079,3	18,25	19.697,23	5,21%	55,95%
6	92781	ARMADURA DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_08/2022	KG	1233,77	14,50	17.889,67	4,73%	60,68%
7	92782	ARMADURA DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_08/2022	KG	1161	12,99	15.081,39	3,99%	64,67%
8	87894	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VAOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400 L. AF_06/2014	M2	2058,54	7,27	14.965,59	3,96%	68,63%
9	92759	ARMADURA DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_08/2022	KG	880,95	16,23	14.297,82	3,78%	72,41%
10	13106/ORSE/adaptado	CONCERTINA DUPLA, EM AÇO GALVANIZADO, ESPIRAL DE Ø = 450 MM, 5 CLIPES P/ESPIRAL, LÂMINA DE 30MM E FIO INTERNO = 2,75MM, INCLUSIVE INSTALAÇÃO	M	343,09	37,37	12.820,07	3,39%	75,80%
11	96543	ARMADURA DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	611,93	20,17	12.342,62	3,26%	79,06%
12	96545	ARMADURA DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	709,85	16,99	12.060,35	3,19%	82,25%
13	92464	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE VIGA, ESCORAMENTO METÁLICO, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	80	103,12	8.249,60	2,18%	84,43%
14	96542	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA VIGA BALDRAME, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	80	98,56	7.884,80	2,08%	86,52%
15	90776	ENCARGO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	171,4	39,42	6.756,59	1,79%	88,30%
16	98557	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSAO ASFALTICA 2 DEMOIS. AF_06/2018	M2	154,39	43,28	6.682,00	1,77%	90,07%
17	96527	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FORMAS). AF_06/2017	M3	41,17	143,32	5.900,49	1,56%	91,63%
18	97625	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	70	58,33	4.083,10	1,08%	92,71%
19	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	34,28	116,00	3.976,48	1,05%	93,76%
20	92427	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	60	61,36	3.681,60	0,97%	94,74%
21	COMPOSIÇÃO 05	VEDAÇÃO DE JUNTA DE DILATAÇÃO EM PAREDE, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA	M	68,6	50,84	3.487,53	0,92%	95,66%
22	96622	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE 5 CM. AF_08/2017	M3	25,59	110,64	2.831,28	0,75%	96,41%
23	97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	750	2,89	2.167,50	0,57%	96,98%
24	99811	LIMPEZA DE CONTRAPISO COM VASSOURA A SECO. AF_04/2019	M2	511,72	3,91	2.000,83	0,53%	97,51%
25	10775	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITÁRIO, PARA ESCRITÓRIO, COMPLETO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS (NÃO INCLUI MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO)	MES	3	610,00	1.830,00	0,48%	97,99%
26	COMPOSIÇÃO 04	VEDAÇÃO DE JUNTA DE DILATAÇÃO EM PISO, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA	M	34,3	50,84	1.743,76	0,46%	98,45%
27	00051/ORSE-adaptado	PLACA DE OBRA EM CHAPA AÇO GALVANIZADO, INSTALADA	M²	3	546,94	1.640,83	0,43%	98,89%
28	COT-020	Caçamba de entulho posta em obra, incluindo retirada por empresa especializada, para destinação final, volume 5m³	Unidade	4	320,00	1.280,00	0,34%	99,23%
29	96995	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017	M3	20,58	56,87	1.170,39	0,31%	99,54%
30	101619	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M3	2,57	241,45	620,53	0,16%	99,70%
31	COMPOSIÇÃO 06	LIMPEZA MANUAL NO ENTORNO DO MURO, COM ENXADA E CARRINHO DE MÃO	M²	255,86	1,95	498,47	0,13%	99,83%
32	COT-014	Taxa de ART - valor do contrato acima de R\$15.000,00	ud	1	233,94	233,94	0,06%	99,89%
33	100981	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	25	9,28	232,00	0,06%	99,95%
34	99058	LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA. AF_10/2018	UN	20	8,58	171,60	0,05%	100,00%



Ministério da Economia

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 23/09/2022 12:08:15 por Ivan Olivete do Amaral.

Documento assinado digitalmente em 23/09/2022 12:08:15 por IVAN OLIVETE DO AMARAL.

Esta cópia / impressão foi realizada por SIGRID HAGER STRAMBI em 14/10/2022.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP14.1022.09518.OX70

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
1F974Dacca4FBD0632EA19A2395A93B62E1BA32C33ACA73EB19AAC44FF444675



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL - 9ª REGIÃO FISCAL
Seção de Engenharia - Divisão de Programação e Logística

OBJETO Obras para Construção do Muro de divisa no pátio de veículos custodiados da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu

UNIDADE Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - RF09

DOCUMENTO Cronograma Físico-Financeiro

DATA: jul-22

BDI: 24,28%

BDI dif.: 0,00%

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (sem BDI)	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	TOTAL ACUMULADO			
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	R\$ 10.967,01	17,0%	R\$ 1.864,38	19,0%	R\$ 2.089,73	32,0%	R\$ 3.509,45	100%	R\$ 10.967,01
6	SERVIÇOS PRELIMINARES E DEMOLIÇÕES	R\$ 10.125,03	100,0%	R\$ 10.125,03		R\$ 0,00		R\$ 0,00	100%	R\$ 10.125,03
	FUNDAÇÕES	R\$ 100.316,76		50,0%	R\$ 50.158,38	50,0%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	100%	R\$ 100.316,76
	ESTRUTURA DE CONCRETO	R\$ 84.086,19		20,0%	R\$ 16.817,24	40,0%	R\$ 33.634,48	40,0%	R\$ 33.634,47	100%
25	PISOS / SOLEIRAS / RODAPÉS / DEGRAUS	R\$ 69.870,51		R\$ 0,00		R\$ 0,00	50,0%	R\$ 34.935,26	50,0%	R\$ 69.870,51
27	ALVENARIA	R\$ 92.353,54		R\$ 0,00		R\$ 0,00	50,0%	R\$ 46.176,77	50,0%	R\$ 92.353,54
	IMPERMEABILIZAÇÕES E PROTEÇÕES MECÂNICAS	R\$ 6.682,00		R\$ 0,00	50,0%	R\$ 3.341,00	50,0%	R\$ 3.341,00	100%	R\$ 6.682,00
45	LIMPEZAS	R\$ 3.779,30	50,0%	R\$ 1.889,65		R\$ 0,00		R\$ 0,00	50,0%	R\$ 3.779,30
CÓDIGO	TOTAL MENSAL		17,0%	R\$ 64.037,45	19,0%	R\$ 72.400,35	32,0%	R\$ 121.596,95		
CÓDIGO	TOTAL ACUMULADO SEM BDI	R\$ 378.180,34	17,0%	R\$ 64.037,45	38,0%	R\$ 136.437,80	68,0%	R\$ 258.034,75	100,0%	R\$ 378.180,34



Ministério da Economia

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 23/09/2022 12:08:15 por Ivan Olivete do Amaral.

Documento assinado digitalmente em 23/09/2022 12:08:15 por IVAN OLIVETE DO AMARAL.

Esta cópia / impressão foi realizada por SIGRID HAGER STRAMBI em 14/10/2022.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP14.1022.09526.V9M4

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
1D10807EE9C650173D41ED4F9D719D1AE8C5B775BF58958B5AB7EAA98DA3679A

MEMORIAL DESCRITIVO

Contratante: ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

CNPJ: 00.394.460/0145-25

Projeto Executivo de Construção: Construção do Muro de divisa no pátio de veículos custodiados da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu.

3. SERVIÇOS PRELIMINARES

Antes do início de qualquer atividade, a empresa construtora deverá providenciar para o local da obra:

- A Placa de obra em chapa galvanizada, n. 22, adesivada, de 2,0 x 1,125 m, fixada no muro de divisa (de frente à Avenida José Maria de Brito); e
- Locação de contêiner 2,30 x 6,00 m, alt. 2,50 m, com 1 sanitário, para escritório, completo, sem divisórias internas.

Posteriormente, dar-se-á o início aos serviços de topografia do muro de divisa, no qual o topógrafo realizará as demarcações georreferenciadas. Uma vez estabelecidos os pontos referenciados, e assim delimitado o perímetro do muro de divisa a construir, prossegue-se então para as escavações.

4. ESCAVAÇÕES E ATERROS – MURO DE DIVISA

As escavações serão manuais (nas valas para o baldrame) e mecânicas (nas estacas), adotando-se todas as providências para melhor segurança da obra e dos operários.

As valas serão escavadas com as seguintes dimensões: 0,30 x 0,40 m, no qual, após a desforma da concretagem e por conseguinte impermeabilização dos baldrames, deverão ser reaterradas as aberturas remanescentes, bem como, apiloada com soquete.

As estacas deverão ser escavadas mecanicamente, possuindo um diâmetro de 30 cm de largura e profundidade conforme indicada em projeto, sempre devendo se tomar o devido cuidado para não deixar cair objetos ou até mesmo partes da terra escavada de volta ao buraco.

As terras excedentes provenientes das escavações deverão ser acondicionadas ou até mesmo espalhadas sobre o entorno do muro com a finalidade de se obter um entorno em nível aparelhado e o mais homogêneo possível.

5. ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO – MURO DE DIVISA

A montagem da estrutura de concreto armado do muro seguirá conforme o Projeto, que por sua vez, segue rigorosamente ao disposto na ABNT NBR 6118:2014.

Na montagem e execução deste, deverá sempre estar atento as normas de segurança (NRs), em especial a NR 6, NR 8, NR 16 e NR 18.

5.1. Formas

Na execução das formas será observado:

- a. Reprodução fiel dos desenhos;
- b. Nivelamento das vigas;

- d. Travamento dos painéis de parede que possam se deslocar quando do lançamento do concreto;
- e. Vedação das formas;
- f. Limpeza das formas.

A execução das formas e do travamento será feita de modo a haver facilidade de retirada posterior. Antes do lançamento do concreto, as formas deverão ser molhadas até a saturação (encharcamento), bem como, deverá receber uma camada de 5 cm brita 1, de modo a se evitar o contato direto do concreto ao solo (quando se tratar da viga baldrame).

Observação:

I- A Retirada das formas deverá ocorrer somente após 4 dias, nas faces laterais; e

II- Nenhum conjunto de elementos estruturais será concretado sem primordial e minuciosa verificação por parte do construtor e da fiscalização, da perfeita disposição, dimensões e travamento das formas e andamentos correspondentes.

5.2. Armadura

Na execução das armaduras serão observadas:

- O dobramento das barras de acordo com os desenhos;
- Número de barras e suas bitolas;
- A posição correta das barras;
- Armação e cobrimento.

O dobramento de aço será ser feito a frio, não se permitindo aquecimento, em caso algum.

Não serão permitidas emendas de barra não previstas no projeto estrutural.

5.3. Dosagens

- a. O concreto será dosado racionalmente, de modo a assegurar, após a cura, a resistência indicada no Projeto Estrutural, levando em consideração à ABNT NBR 6118:2003, padrão de qualidade da obra.
- b. A resistência do concreto a ruptura aos 28 dias, deverá ser de 25 Mpa.
- c. As padiolas de medição dos agregados, serão marcadas distintamente para agregados miúdos e graúdos. O fator água-cimento será rigorosamente observado, com a correção de umidade do agregado.

5.4. Amassamento do concreto:

O amassamento será mecânico e contínuo, através de betoneira com capacidade de 400L, no traço 1:2,3:2,7, e durará o tempo necessário para homogeneizar a mistura de todos os elementos, inclusive eventuais aditivos.

5.5. Lançamento do concreto:

- a. O lançamento do concreto obedecerá sempre ao plano de concretagem.
- b. O concreto será lançado logo após o fim do amassamento. Entre este e o início do lançamento será tolerado num intervalo máximo de 30 minutos. O concreto não aproveitado será rejeitado, não se admitindo, em hipótese alguma remistura.
- c. O adensamento será efetuado durante e imediatamente após o lançamento do concreto, de forma manual, utilizando para tanto, um pedaço de barra de aço.
- d. O adensamento será feito cuidadosamente para que o concreto envolva completamente as armaduras e atinja todos os pontos das formas.
- e. Deverão ser tomadas todas as precauções para que não se alterem as posições das armaduras durante os serviços de concretagem, nem se formem vazios.

5.6. Juntas de concretagem

Quando o lançamento de concreto for interrompido e assim formar-se uma junta de concretagem, deverão ser tomadas as precauções necessárias para garantir ao reiniciar-se o lançamento, a suficiente ligação do concreto já endurecido com o novo trecho.

5.7. Juntas de Dilatação

Deve-se prever juntas de dilatação a cada 15 m, conforme recomendação da NBR 6118:2014, Item 24.4, alternar entre os **Detalhamentos: Opção 1 e 2** em toda extensão do muro, conforme detalhamento em projeto. Adotar espessura de 1 cm para junta.

Deverá para tanto, seguir está aplicação lógica de tratamento da junta:

- 1- Realizar primeiramente a limpeza da região a ser selada, removendo vestígios de materiais soltos e pó;
- 2- Em sequência, inserir o delimitador de profundidade de 1 cm (**Vedacit delimitador de profundidade**) (Figura 2), de tal forma, que sobre uma profundidade de apenas 5 mm para preenchimento com o selante;
- 3- Finalizando com a aplicação de selante PU 40 na cor cinza (Sikaflex®-1A PLUS) (Figura 2).

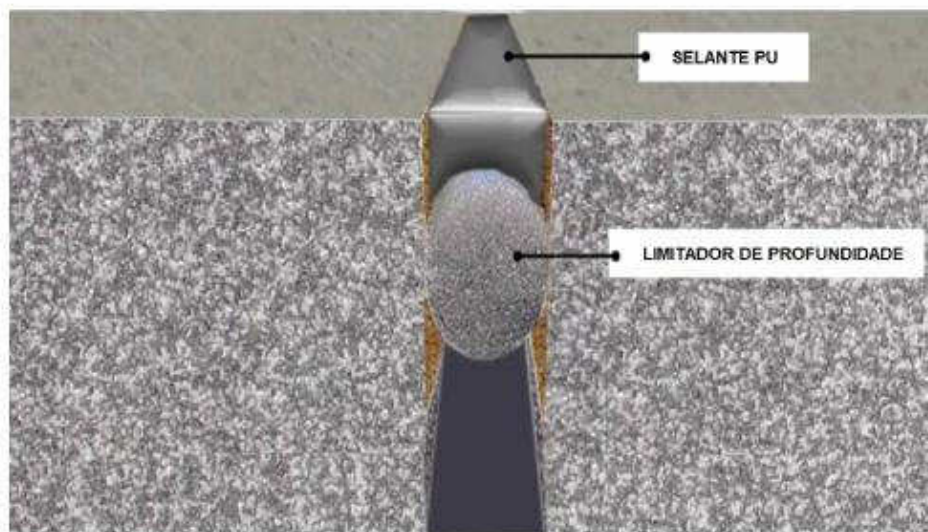


Figura 2: Tratamento de junta de dilatação.

5.8. A cura

Durante o prazo mínimo de sete dias, as superfícies expostas serão conservadas permanentemente úmidas. No caso de calor excessivo ou chuvas intensas, as mesmas superfícies deverão ser convenientemente protegidas com a simples utilização da sacaria existente, ou outro processo adequado.

5.9. Impermeabilização

A viga Baldrame deverá receber pintura impermeabilizante a base de emulsão asfáltica, antes do início do levantamento da alvenaria de vedação.

6. ALVENARIA

A alvenaria será de blocos de concreto, de dimensões 14x19x39cm, estes, após finalizado todo processo de levante, deverão ser devidamente chapiscados (no traço 1:3). Por fim, deve-se acrescentar no topo do muro a concertina, ao modo do passo a passo demonstrado na Figura 3.

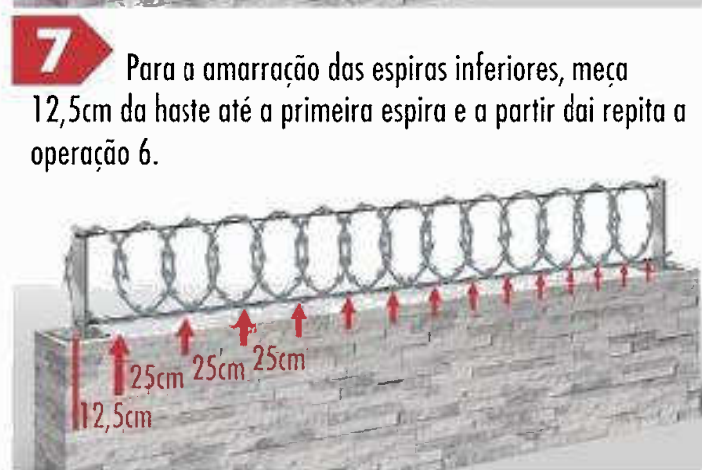
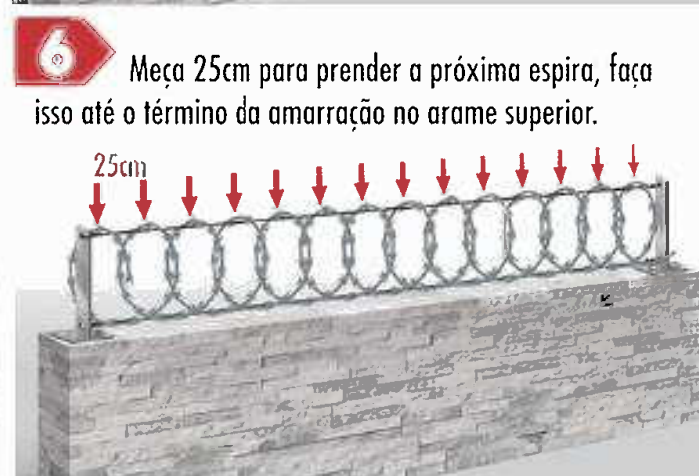


Figura 3: Instalação da Concertina.

7. CALÇADA

O calçamento a ser executado possui 511,72 m² de área a construir, todo em concreto Armado (malha 10x10 cm, Ø 5 mm), Fck: 20Mpa, segmentado em toda sua extensão em placas de concreto de 1,50 x 1,50 m.

7.1. Formas

Na execução das formas será observado:

- a. reprodução fiel dos desenhos;
- b. Nivelamento;
- c. Vedação das formas;
- d. Limpeza das formas.

A execução das formas de modo a haver facilidade de retirada posterior. Antes do lançamento do concreto, as formas deverão ser molhadas até a saturação (encharcamento), bem como, deverá receber uma camada de 5 cm brita 1, de modo a se evitar o contato direto do concreto ao solo.

Observação:

I- A Retirada das formas deverá ocorrer somente após 4 dias, nas faces laterais; e

II- Nenhum conjunto de elementos estruturais será concretado sem primordial e minuciosa verificação por parte do construtor e da fiscalização, da perfeita disposição, dimensões e travamento das formas e andamentos correspondentes.

7.2. Compactação

Posteriormente a execução das formas, deverá proceder a execução de compactação da base de 5 cm de brita 1, a fim de se evitar posteriores patologias de fissuras ou rupturas nas placas de concreto.

7.3. Dosagens

- a. O concreto será dosado racionalmente, de modo a assegurar, após a cura, a resistência indicada no Projeto Estrutural, levando em consideração à ABNT NBR 6118:2003, padrão de qualidade da obra.
- b. A resistência do concreto a ruptura aos 28 dias, deverá ser de 20 Mpa.
- c. As padiolas de medição dos agregados, serão marcadas distintamente para agregados miúdos e graúdos. O fator água-cimento será rigorosamente observado, com a correção de umidade do agregado.

7.4. Amassamento do concreto:

O amassamento será mecânico e contínuo, através de betoneira com capacidade de 400L, no traço 1:2,7:3, e durará o tempo necessário para homogeneizar a mistura de todos os elementos, inclusive eventuais aditivos.

7.5. Lançamento do concreto:

a. O lançamento do concreto obedecerá sempre ao plano de concretagem.

b. O concreto será lançado logo após o fim do amassamento. Entre este e o início do lançamento será tolerado num intervalo máximo de 30 minutos. O concreto não aproveitado será rejeitado, não se admitindo, em hipótese alguma remistura.

c. O adensamento será efetuado durante e imediatamente após o lançamento do concreto, de forma manual, utilizando para tanto, um pedaço de barra de aço.

d. O adensamento será feito cuidadosamente para que o concreto envolva completamente as armaduras e atinja todos os pontos das formas.

e. Deverão ser tomadas todas as precauções para que não se alterem as posições das armaduras durante os serviços de concretagem, nem se formem vazios.

7.6. Juntas de concretagem

Por se tratar de placas de 1,50m x 1,50m não deverá haver juntas de concretagem. Ao iniciar a concretagem de uma placa, a mesma deverá proceder até seu preenchimento total (conclusão).

7.7. Juntas de Dilatação

Deve-se adotar juntas de dilatação a cada 1,50m, com espessura de 1cm (convenientemente equivalente a largura da forma), conforme detalhamento em projeto.

Deverá para tanto, seguir esta aplicação lógica de tratamento da junta:

- 1- Realizar primeiramente a limpeza da região a ser selada, removendo vestígios de materiais soltos e pó;
- 2- Em sequência, inserir o delimitador de profundidade de 1 cm (**Vedacit delimitador de profundidade**) (Figura 2);
- 3- Finalizando com a aplicação de selante PU 40 na cor cinza (Sikaflex®-1A PLUS) (Figura 2).

7.8. A cura

Durante o prazo mínimo de sete dias, as superfícies expostas serão conservadas permanentemente úmidas. No caso de calor excessivo ou chuvas intensas, as mesmas superfícies deverão ser convenientemente protegidas com a simples utilização da sacaria existente, ou outro processo adequado.

8. DEMOLIÇÃO

Fazem parte desta demolição: 66,00 m² de muro de alvenaria, 254,28 m² de muro de placas de concreto, 482,76 m² de alambrando com poste, todos existentes no local, totalizando 70 m³ de entulho que deverão ser demolidos de forma mecanizada e removido do local, através de caminhão basculante, com capacidade para 6 m³. O material demolido será removido, destinando-o em local adequado, de acordo com cada classe de material.

Também deverão estar limpos os demais locais onde se fizer necessário a limpeza, para posterior início da obra, sempre destinando o material removido para um local adequado, de acordo com cada classe de material.

9. LIMPEZA FINAL DE OBRA

Todos os entulhos (restos de materiais) gerados na construção do muro e da calçada, deverão ser acondicionados em caçamba (alugada) e removido dali então, ao final da obra (não fazem parte destes entulhos as demolições acima supramencionadas).

A calçada deverá ser limpa com vassoura, a seco, de modo a remover todo material solto que ali possa estar.

Na finalização da construção do muro, a contratada deverá providenciar a remoção de todos os restos de materiais no entorno do muro construído, não deixando nada para trás.

A obra concluída deverá ser entregue em perfeito estado de utilização e higiene, totalmente limpa.

Foz do Iguaçu, 16 de Setembro de 2021.

JOSÉ FERNANDO FERREIRA DE ARAUJO

Engenheiro Civil - CREA-PR 133062/D



Ministério da Economia

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento autenticado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. Corresponde à fé pública do servidor, referente à igualdade entre as imagens digitalizadas e os respectivos documentos ORIGINAIS.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 25/10/2021 16:55:00 por JOSE WALDINEY DOS SANTOS.

Documento autenticado digitalmente em 25/10/2021 16:55:00 por JOSE WALDINEY DOS SANTOS.

Esta cópia / impressão foi realizada por SIGRID HAGER STRAMBI em 14/10/2022.

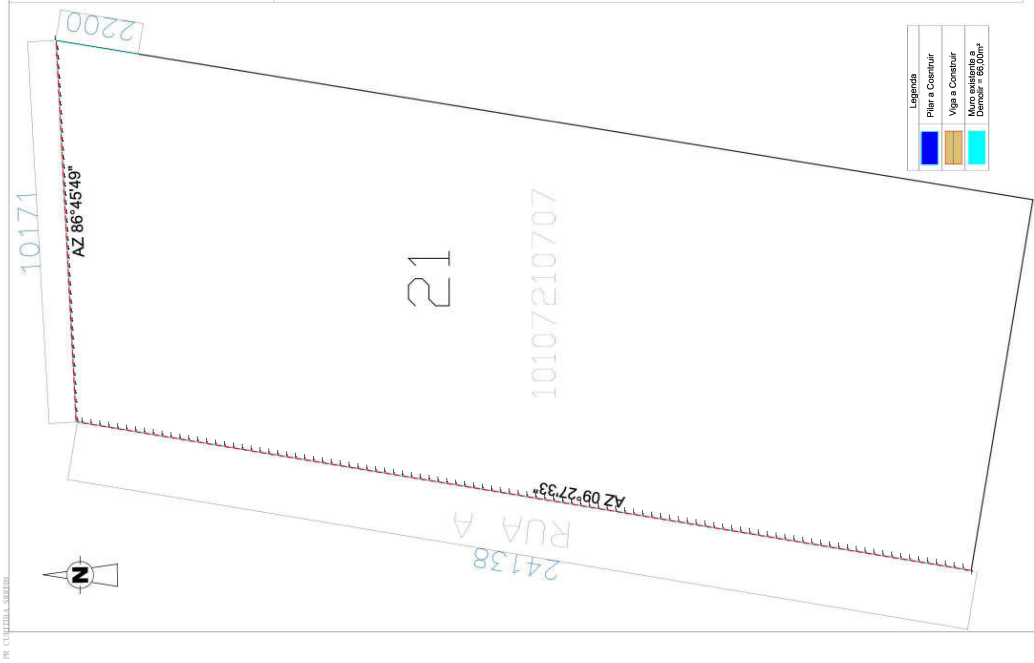
Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

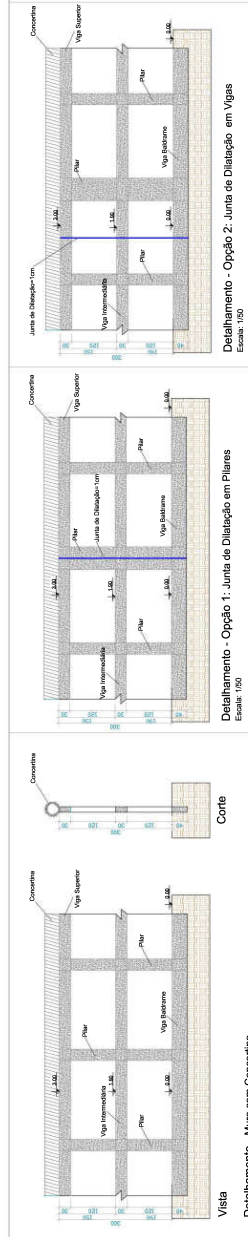
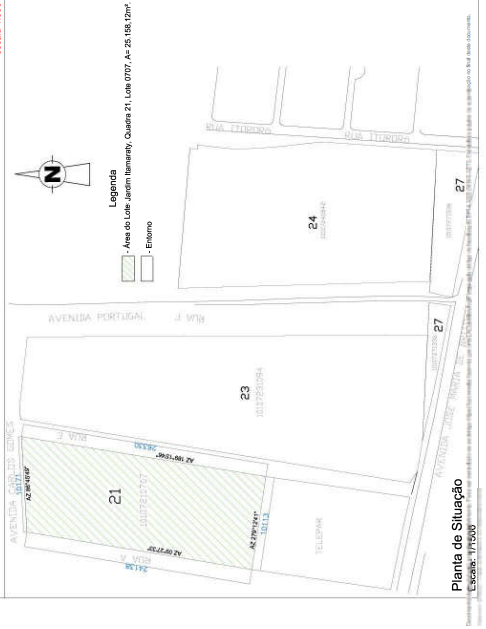
EP14.1022.09533.8R7N

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

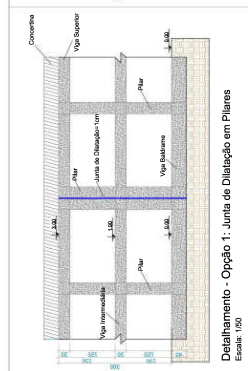
Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
F6EB30B9F0EB07708D41E71CDA8D5756BB8661F12DE9D192658BCE7478059BBA



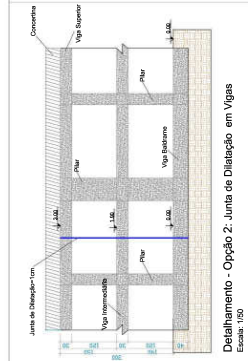
Planta de Situação
Muro de Divisão
Escala: 1:500



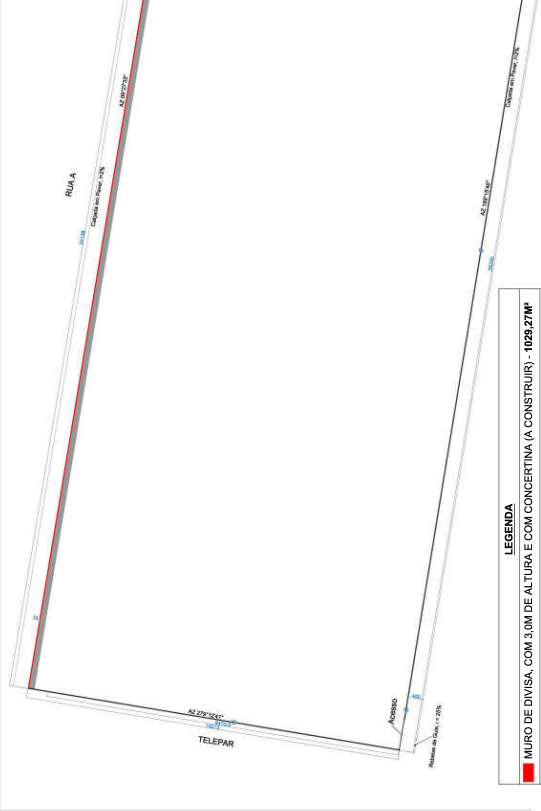
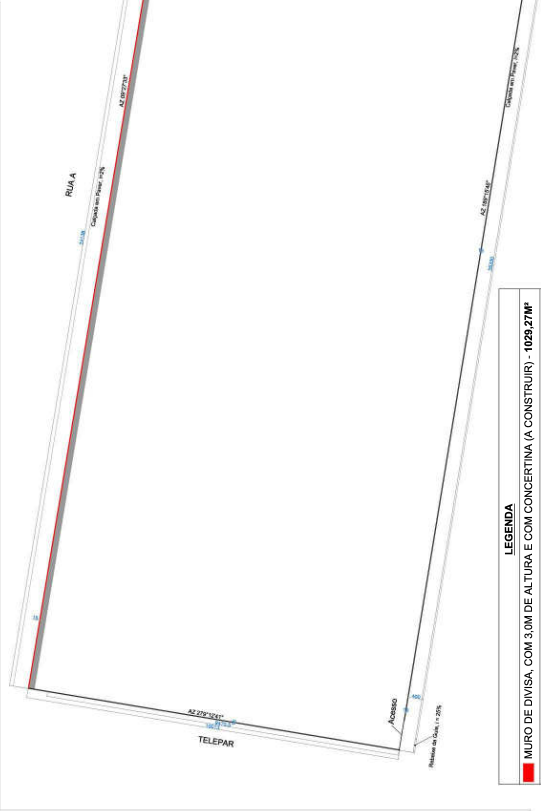
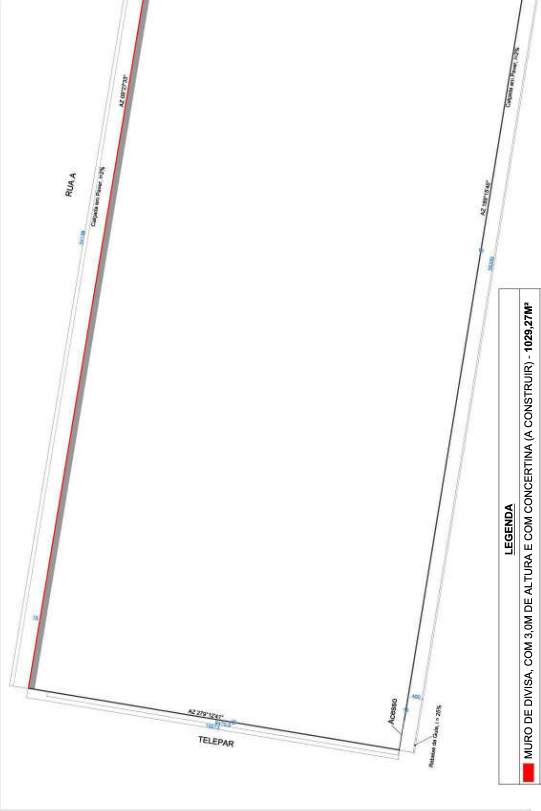
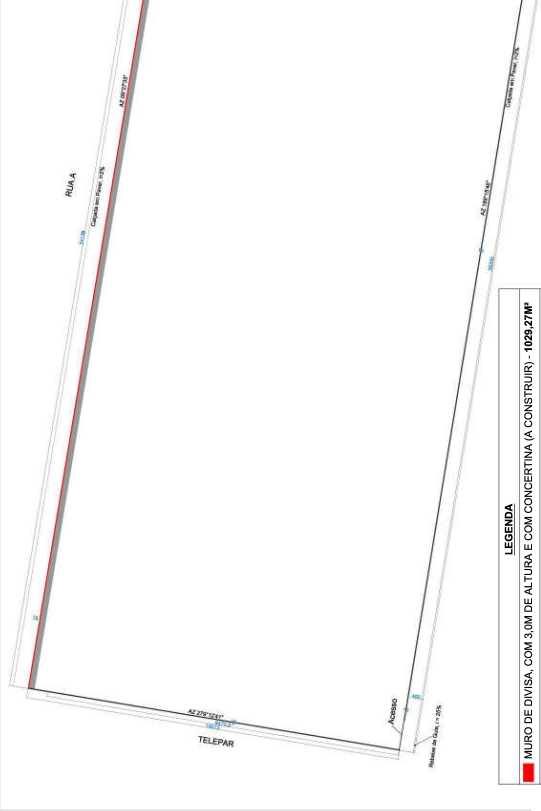
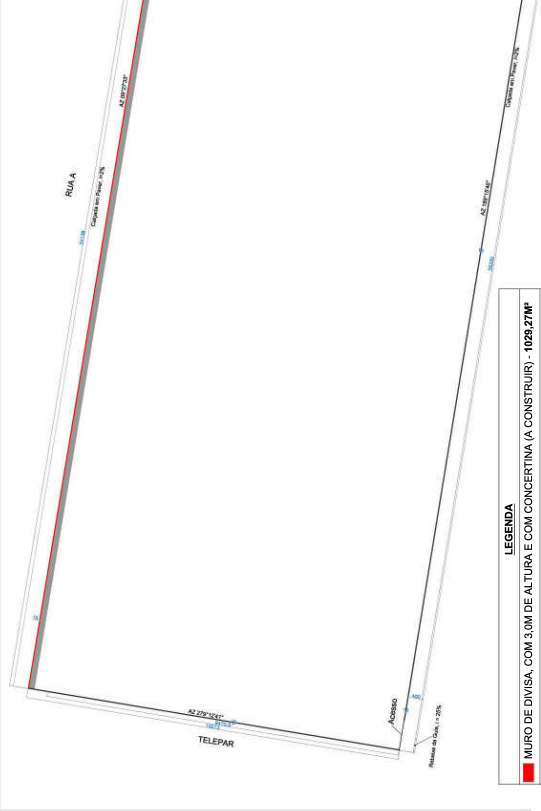
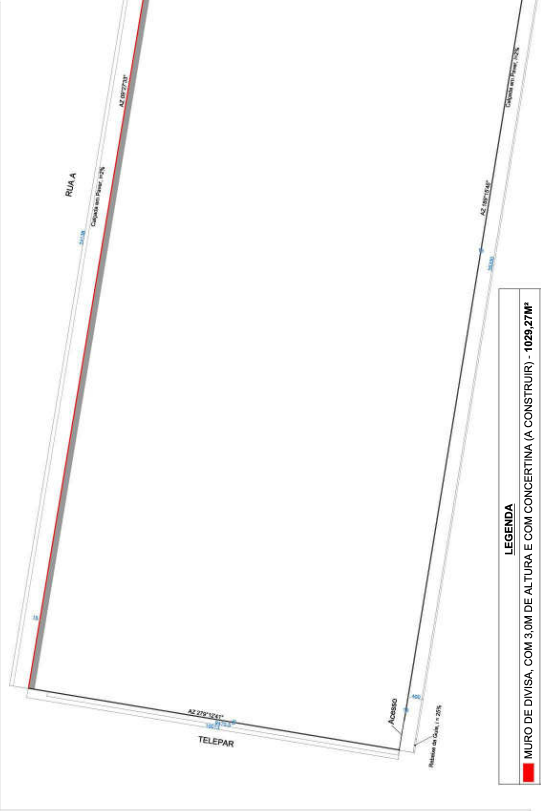
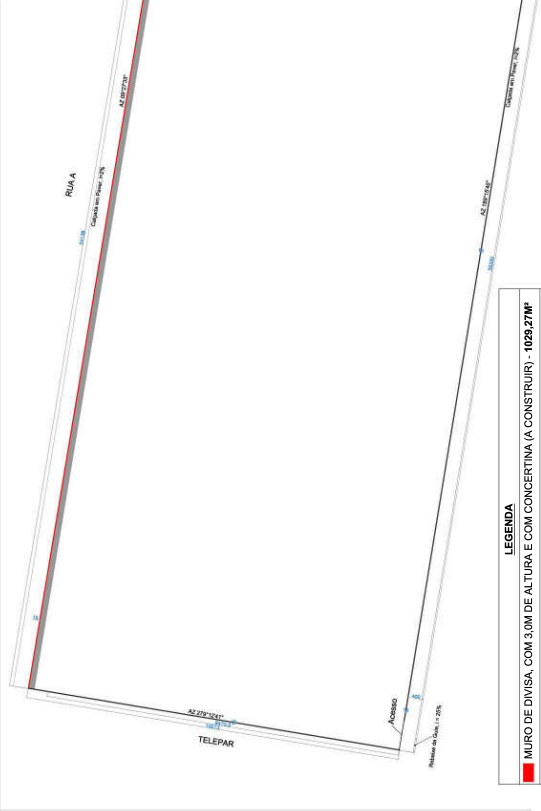
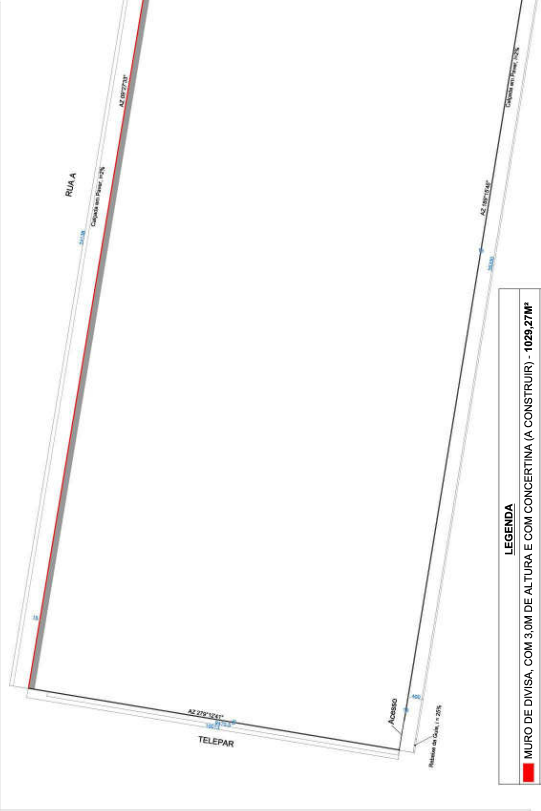
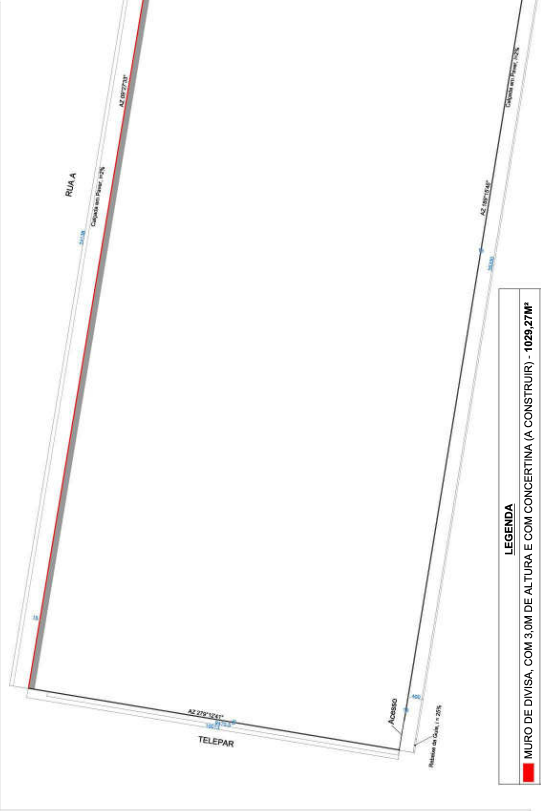
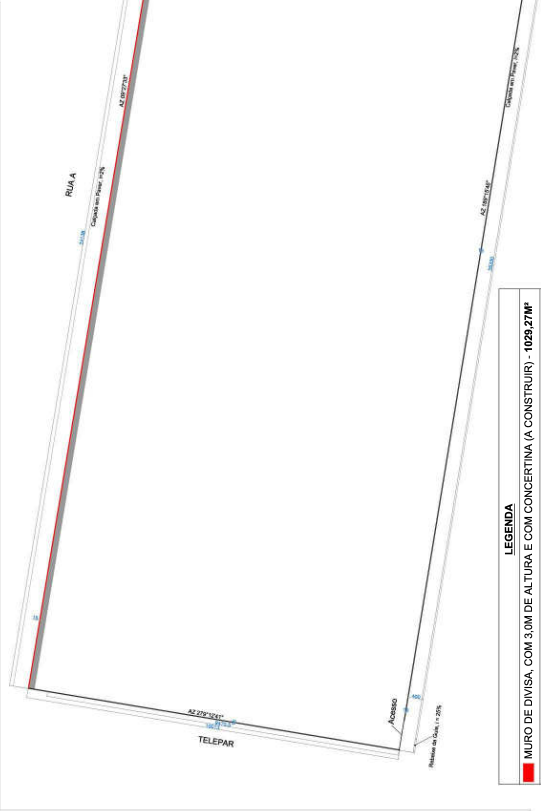
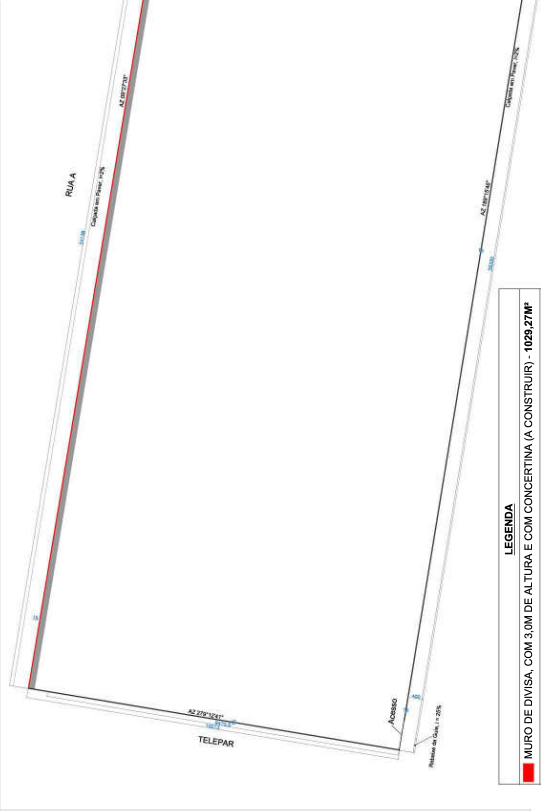
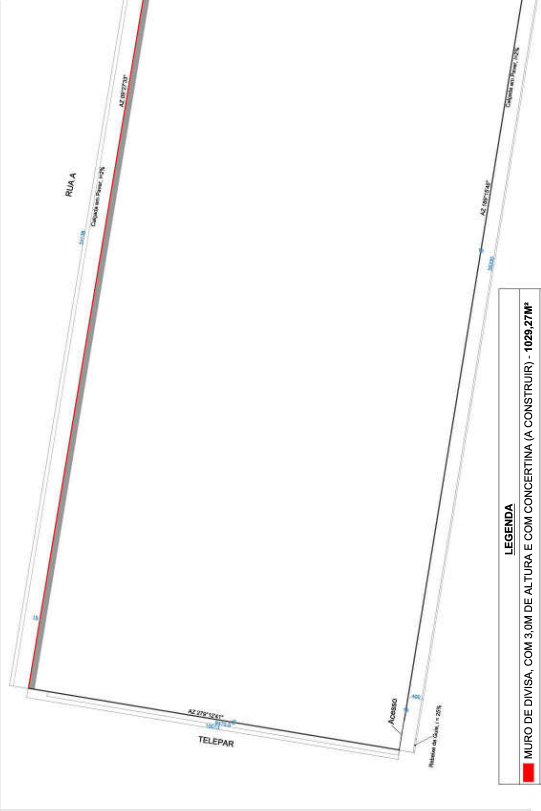
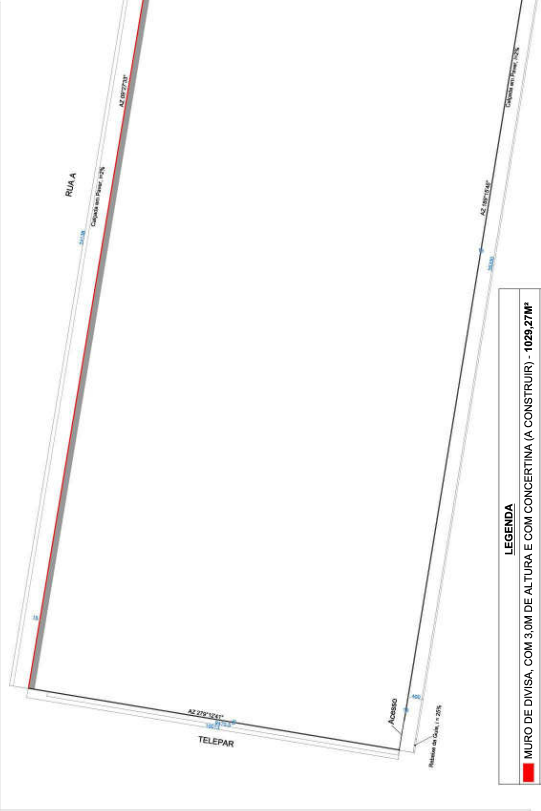
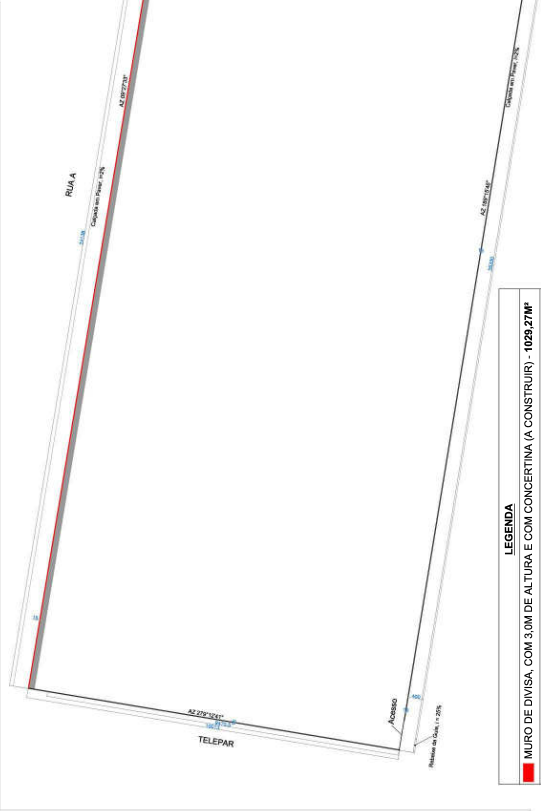
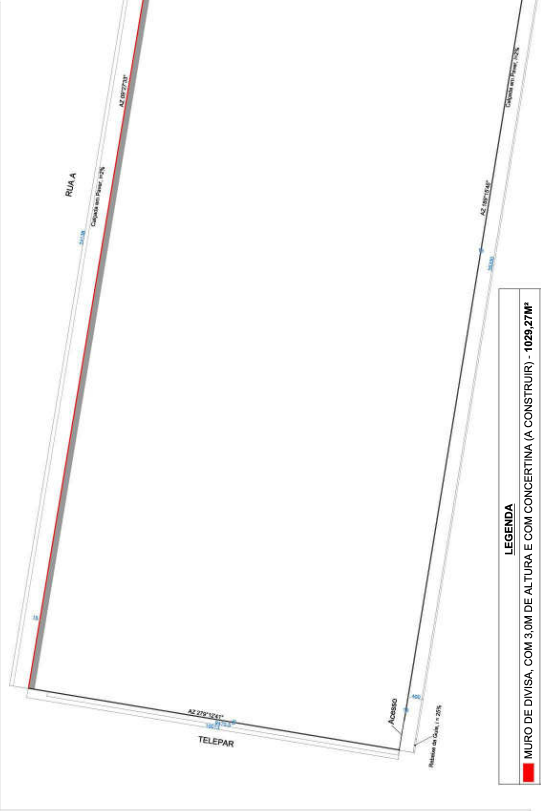
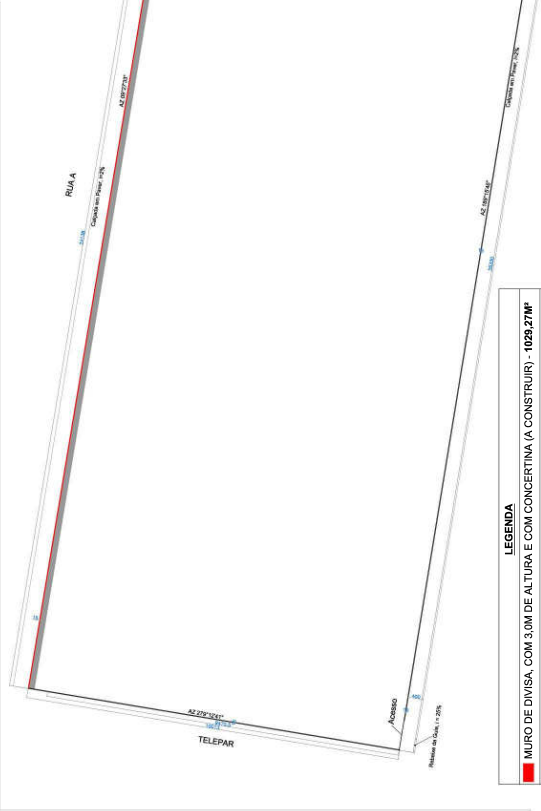
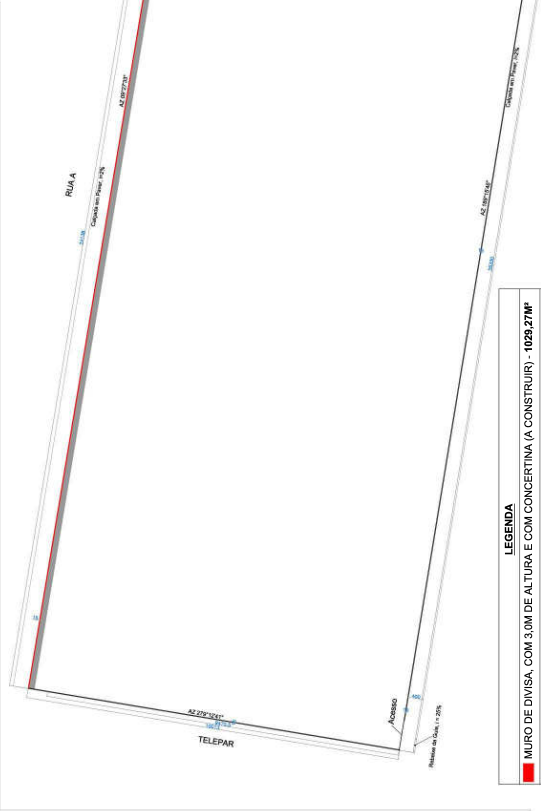
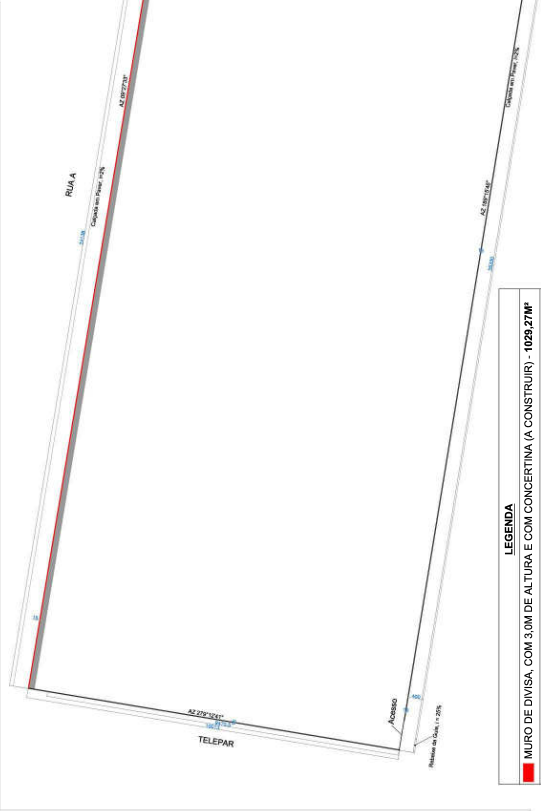
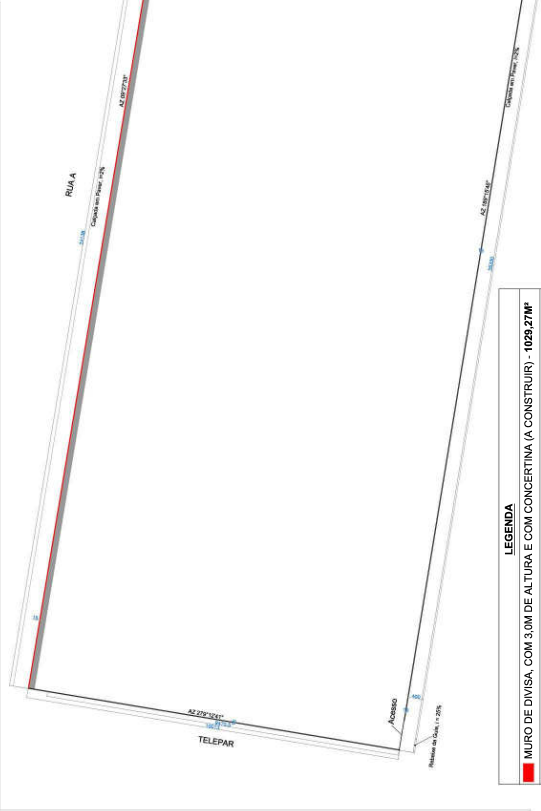
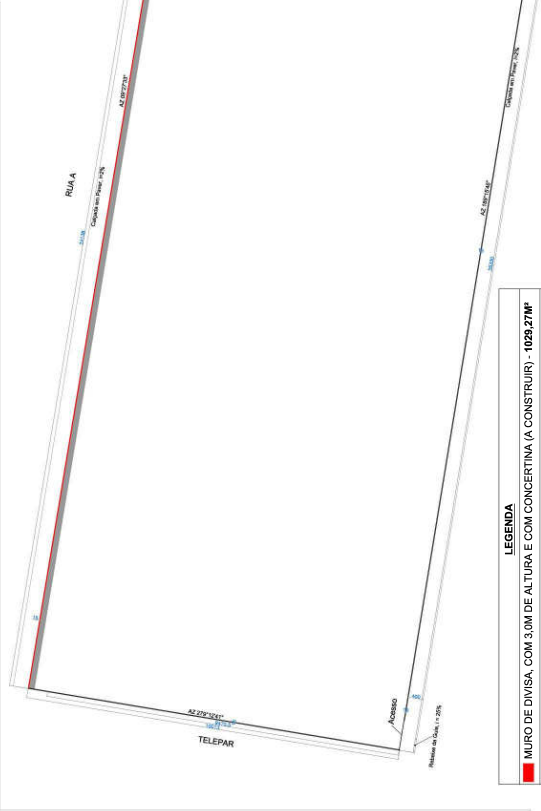
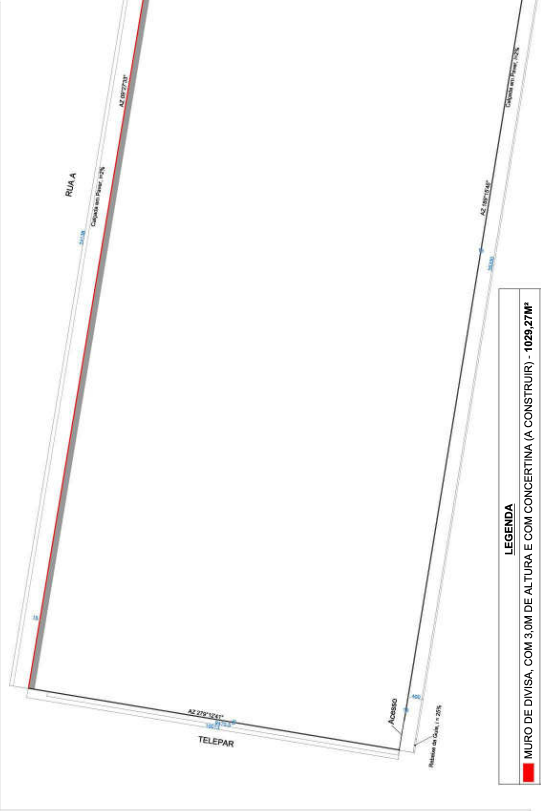
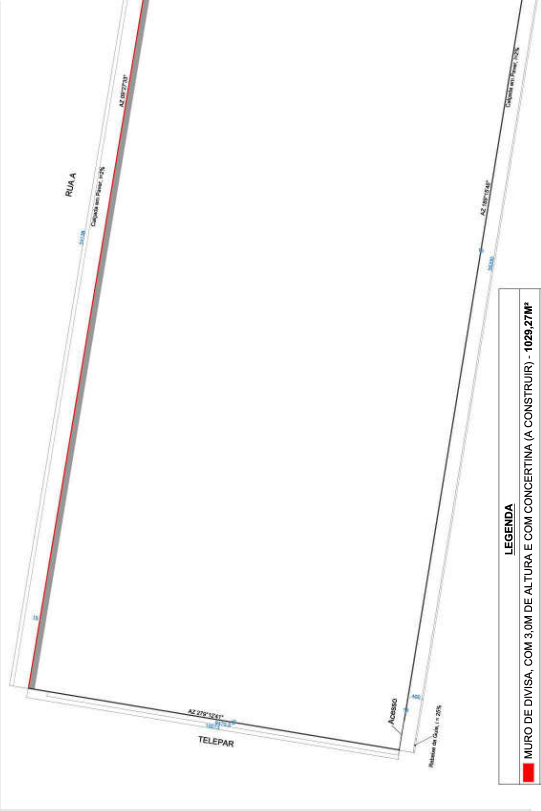
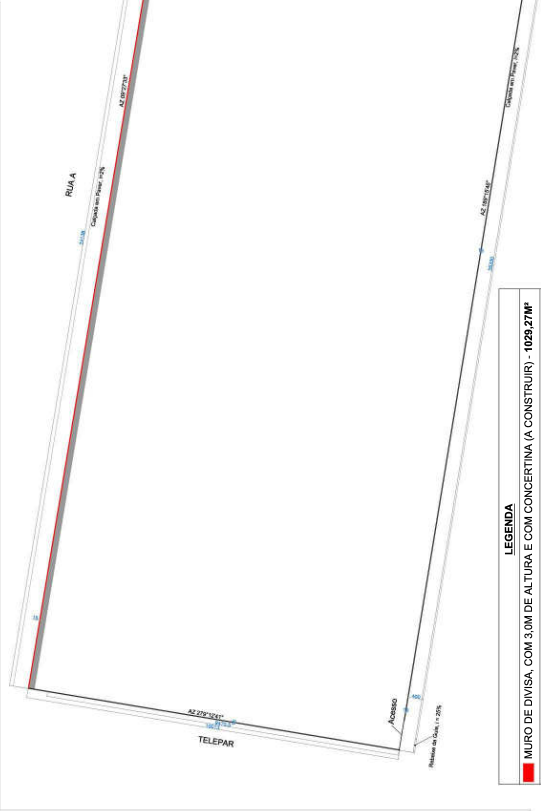
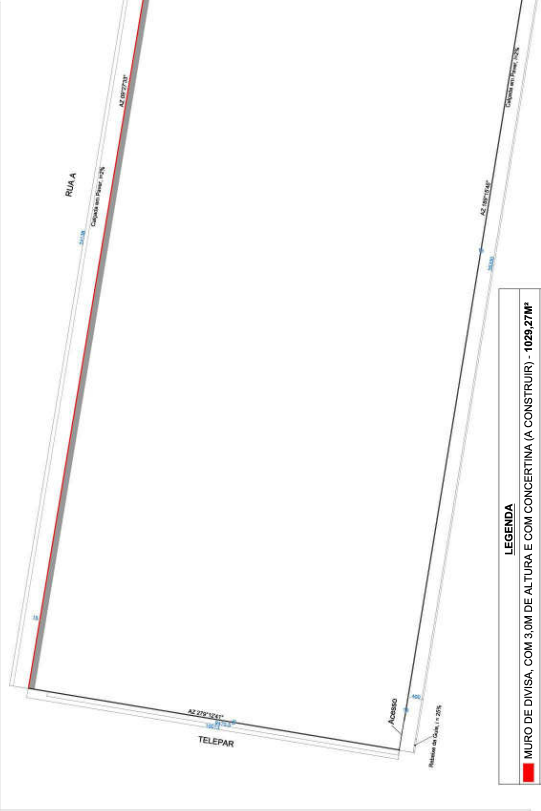
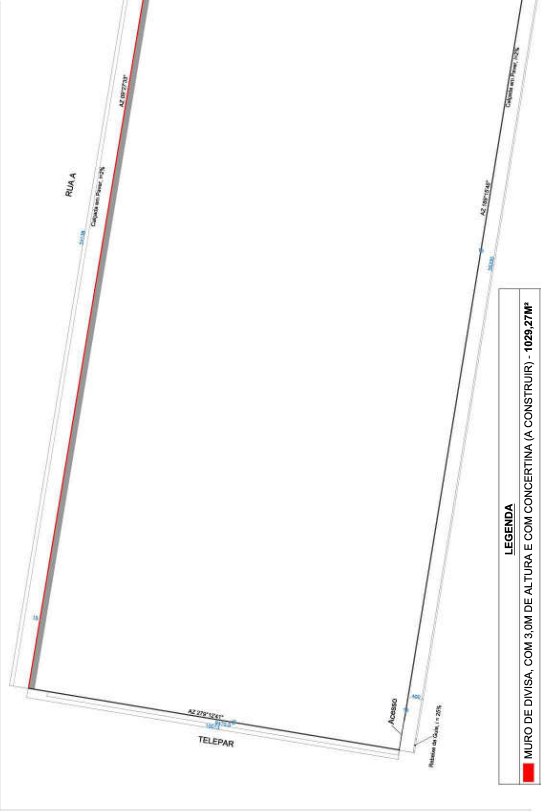
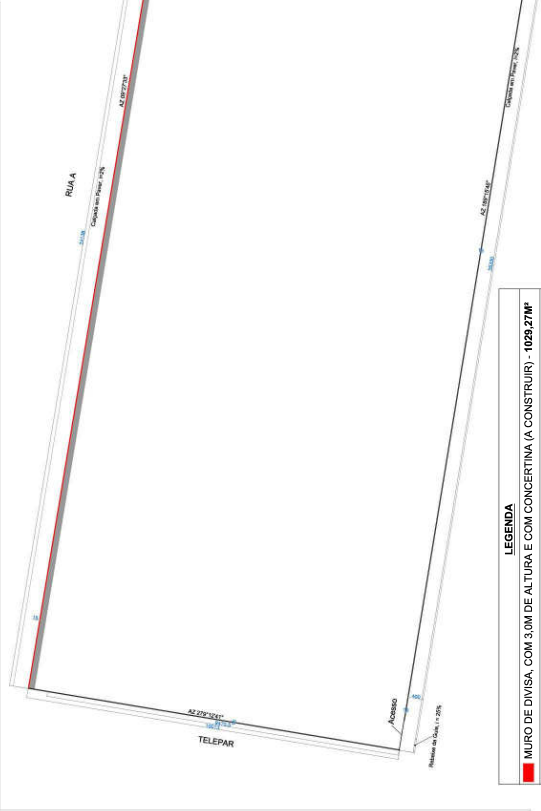
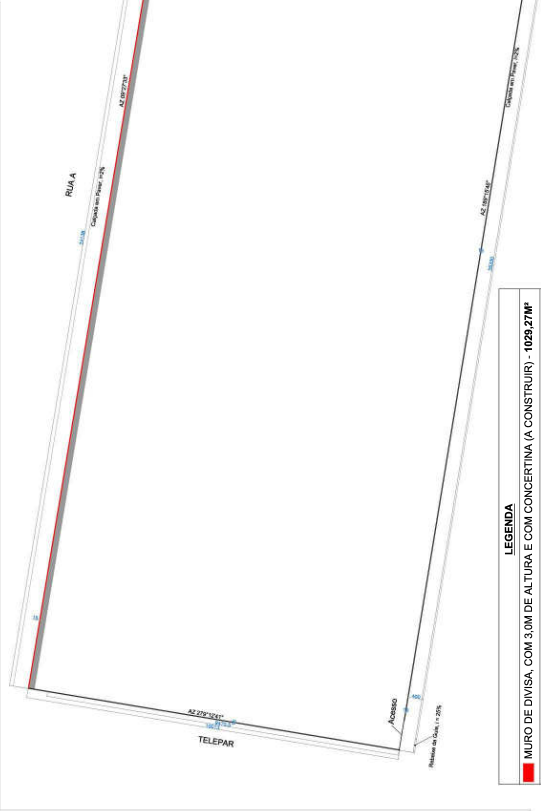
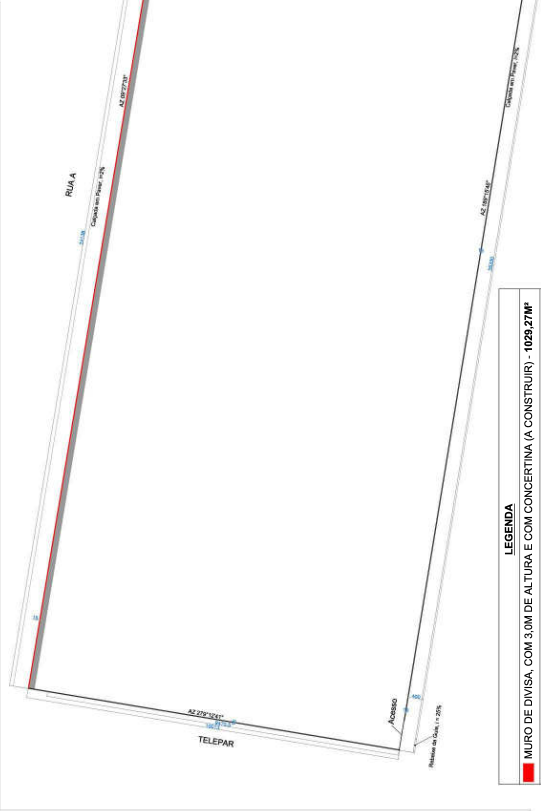
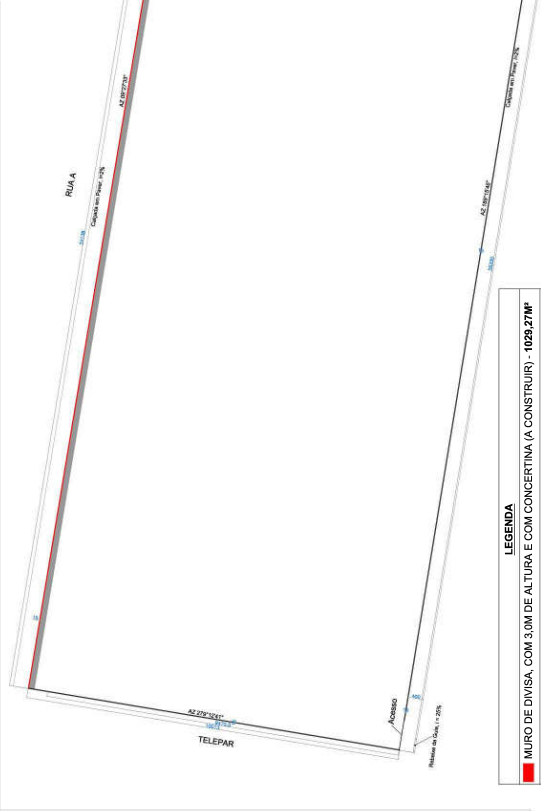
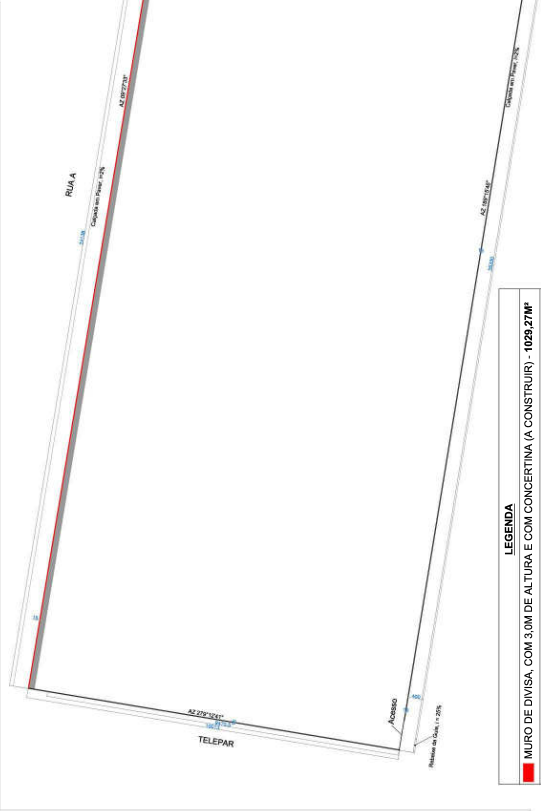
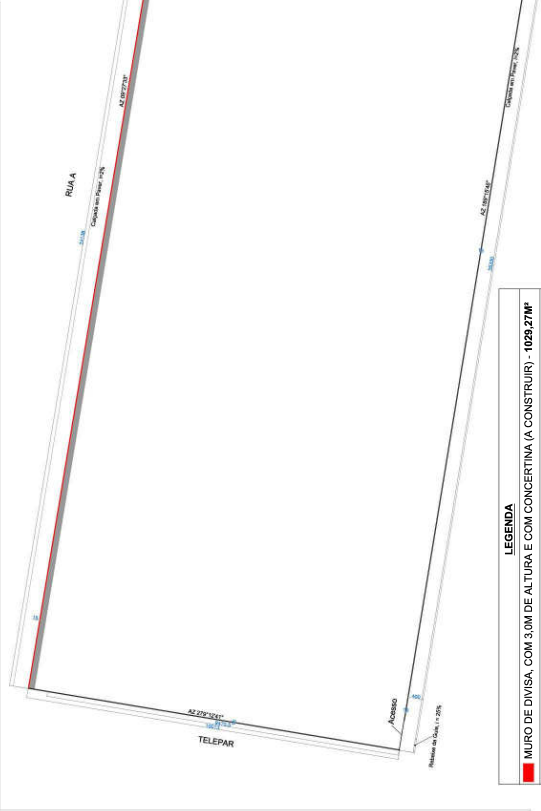
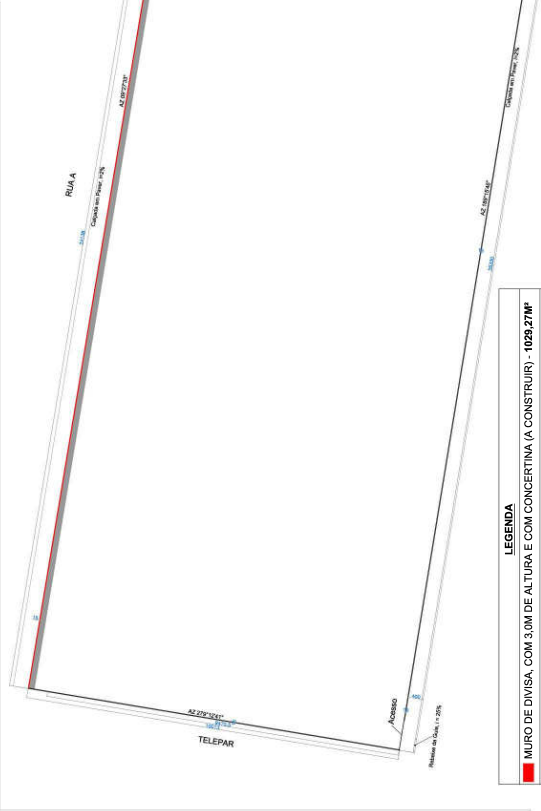
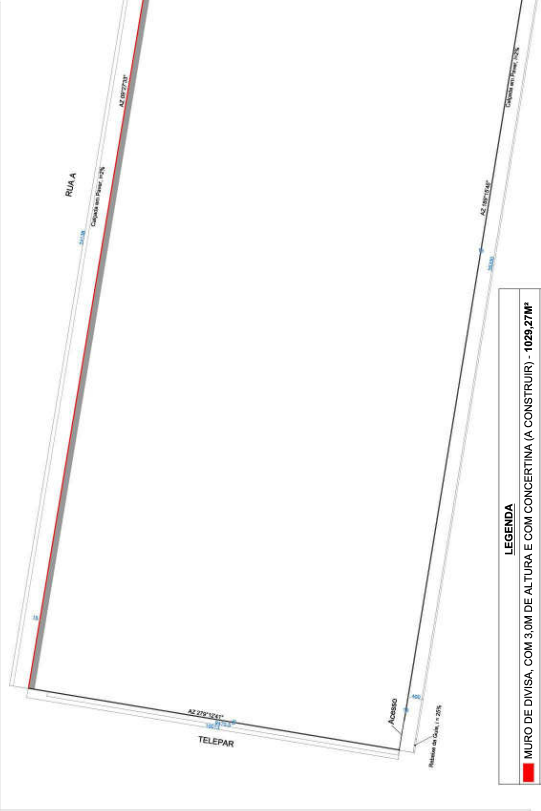
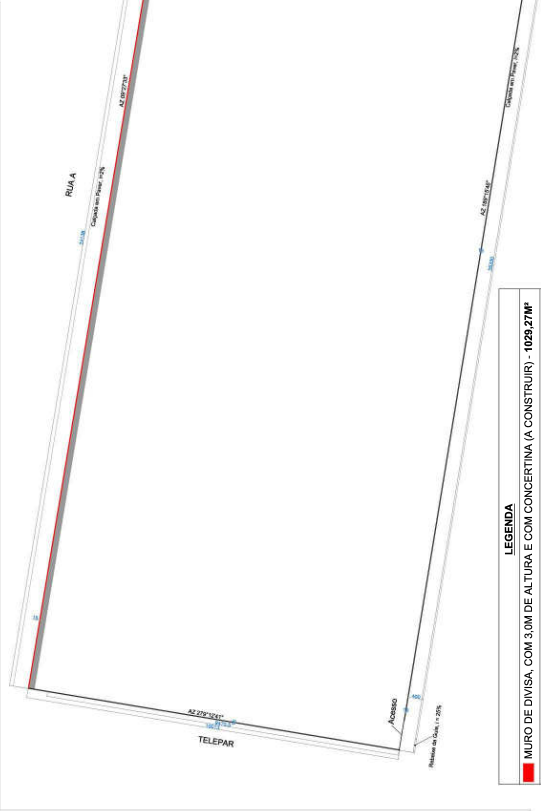
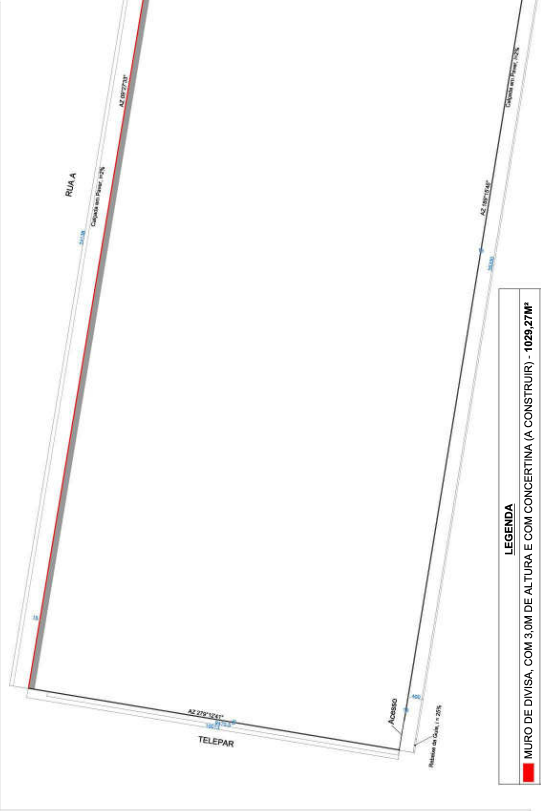
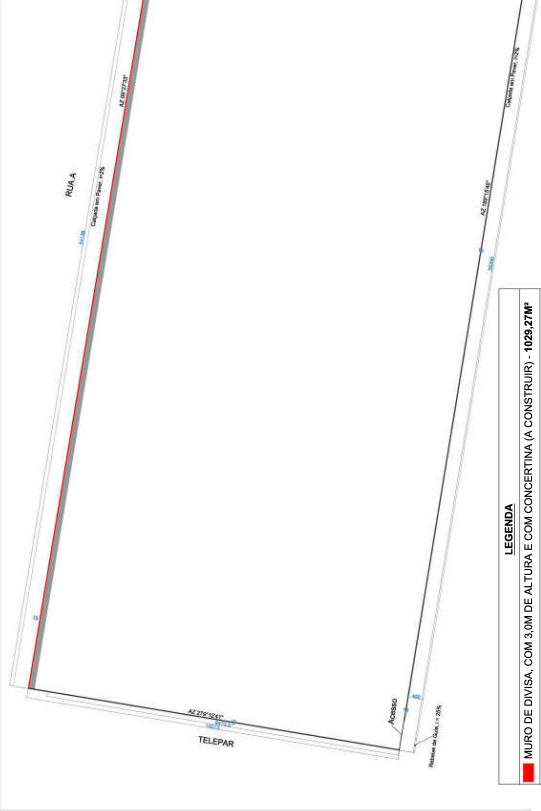
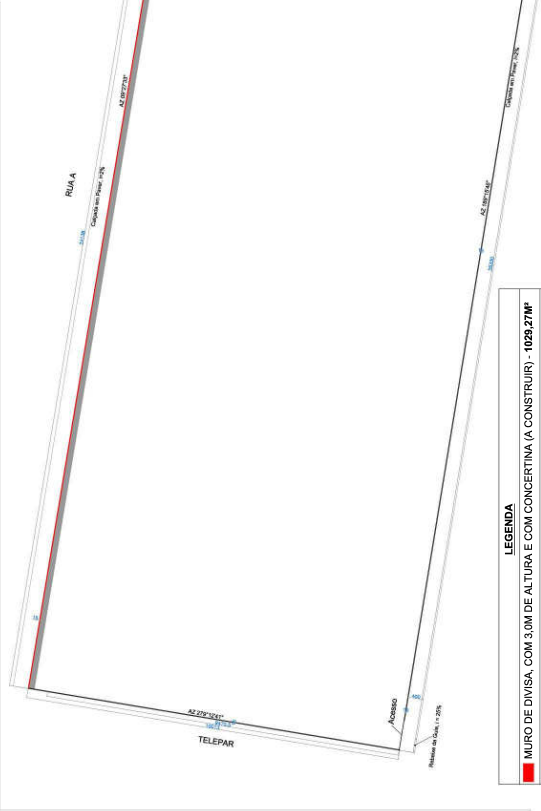
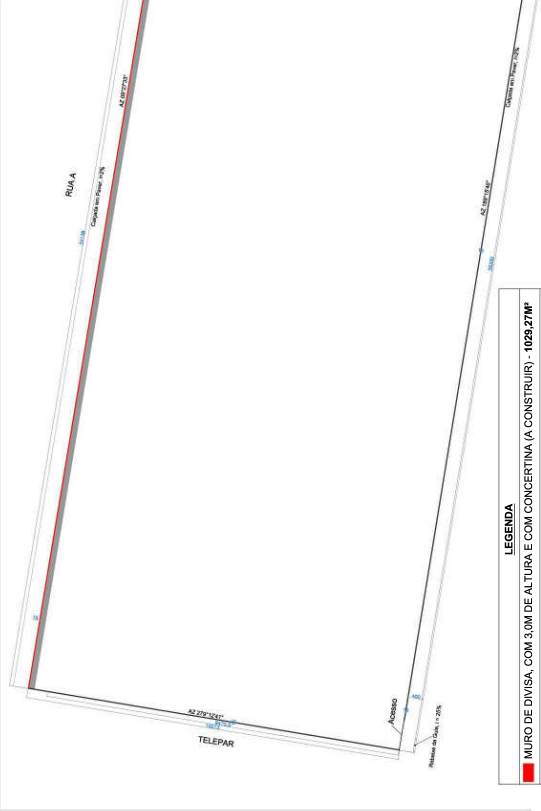
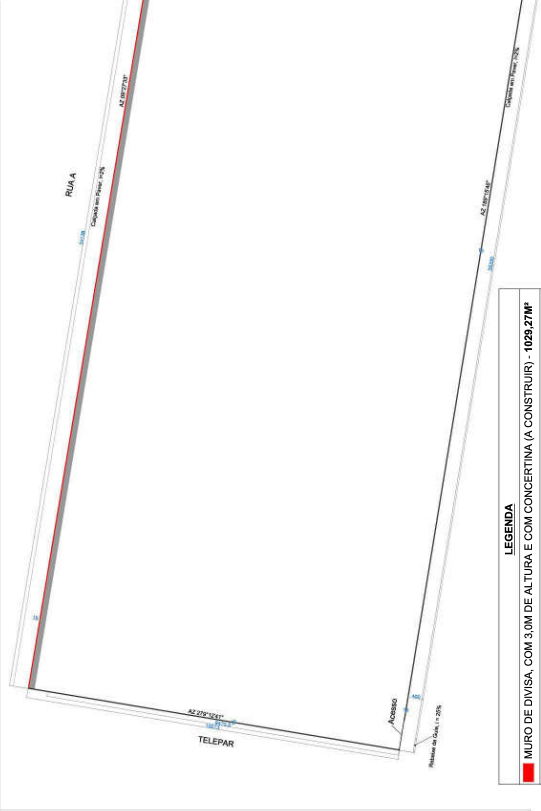
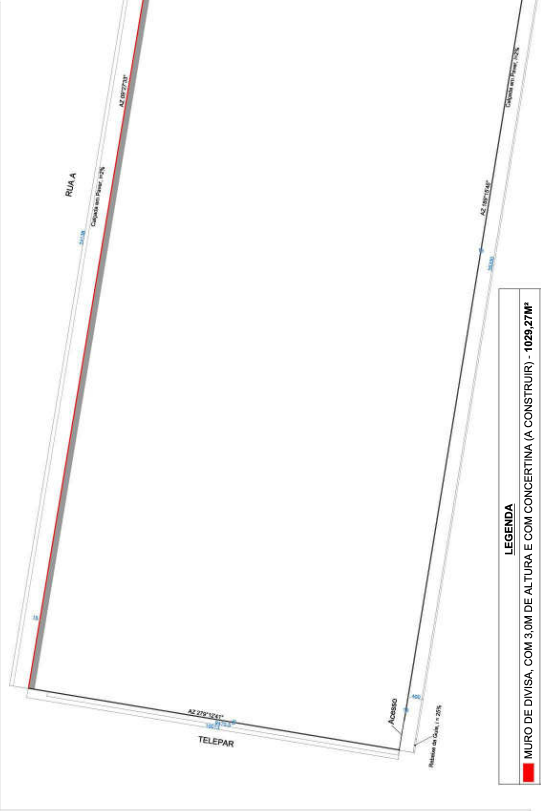
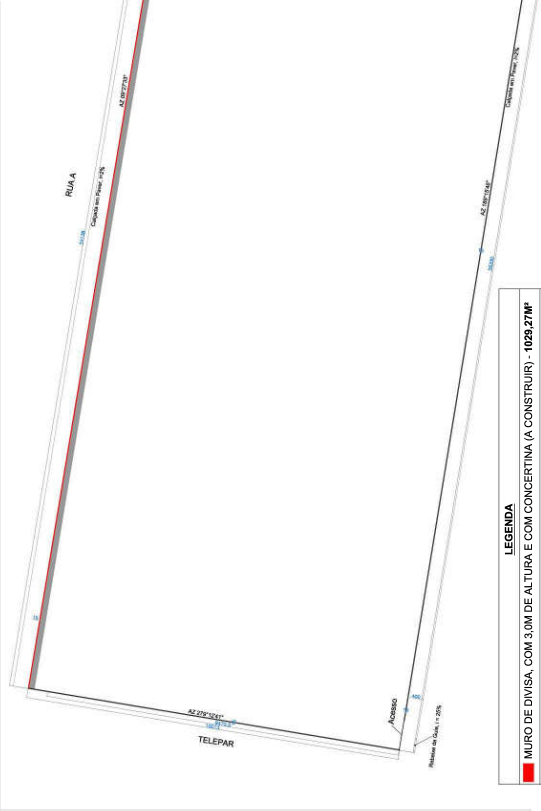
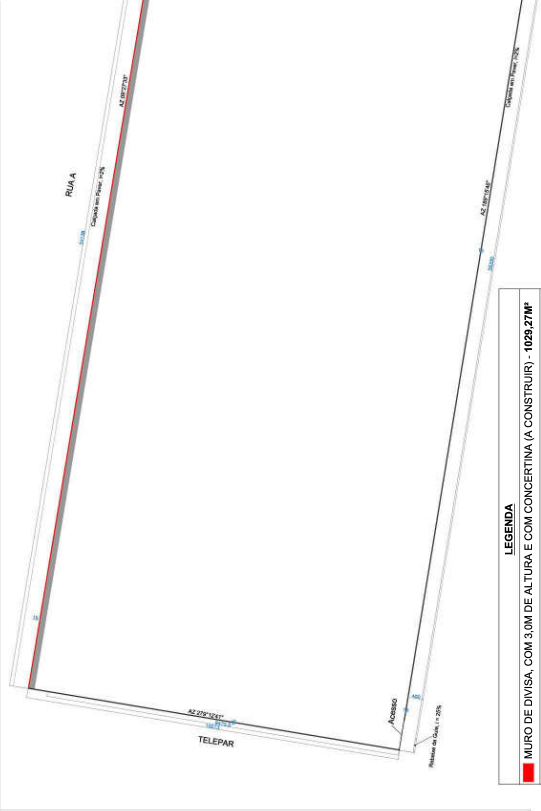
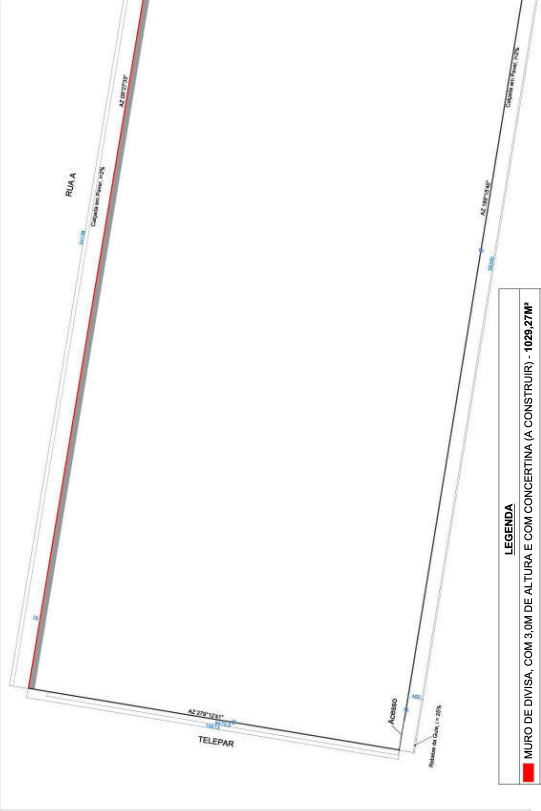
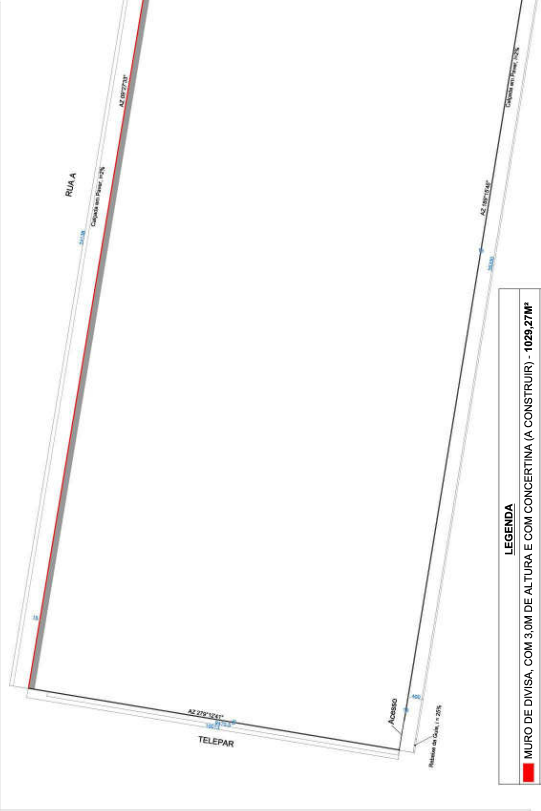
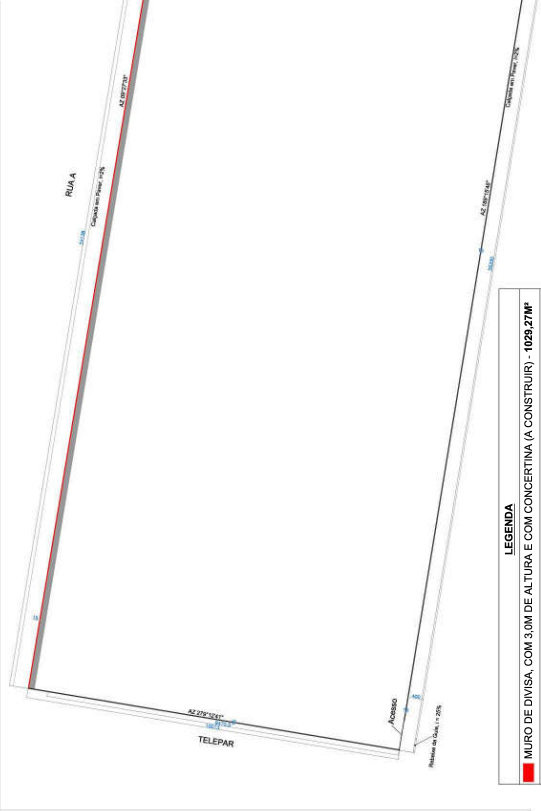
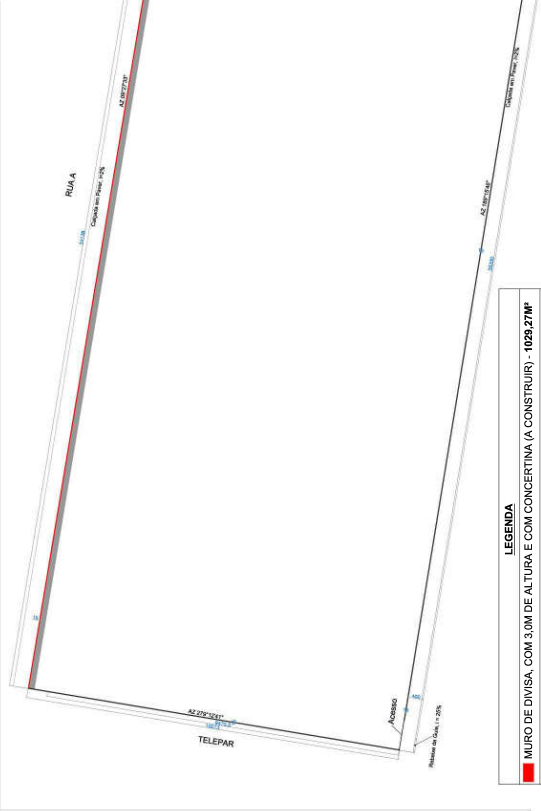
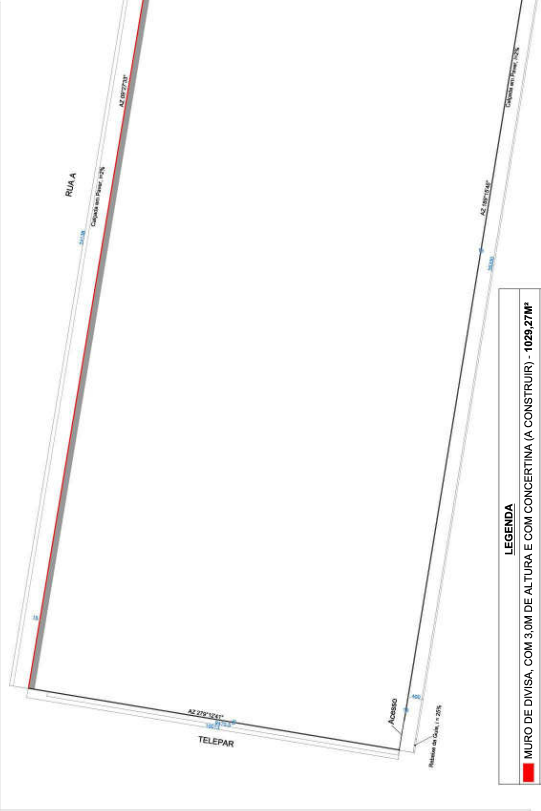
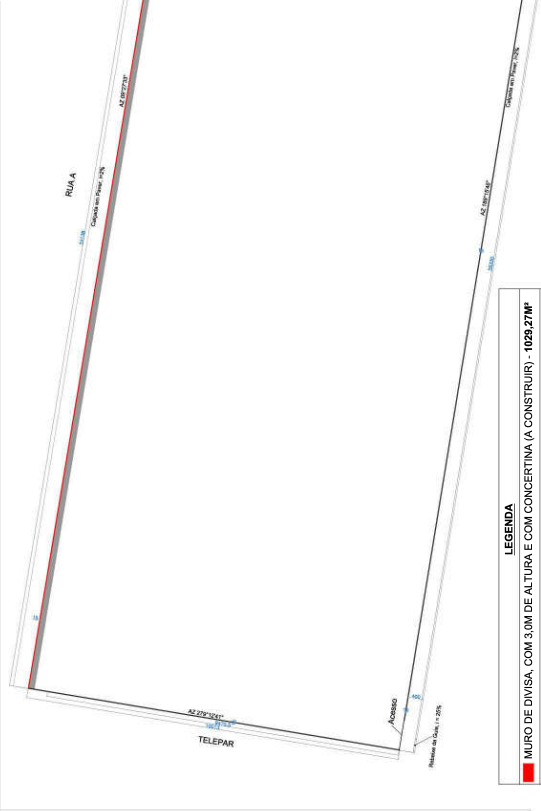
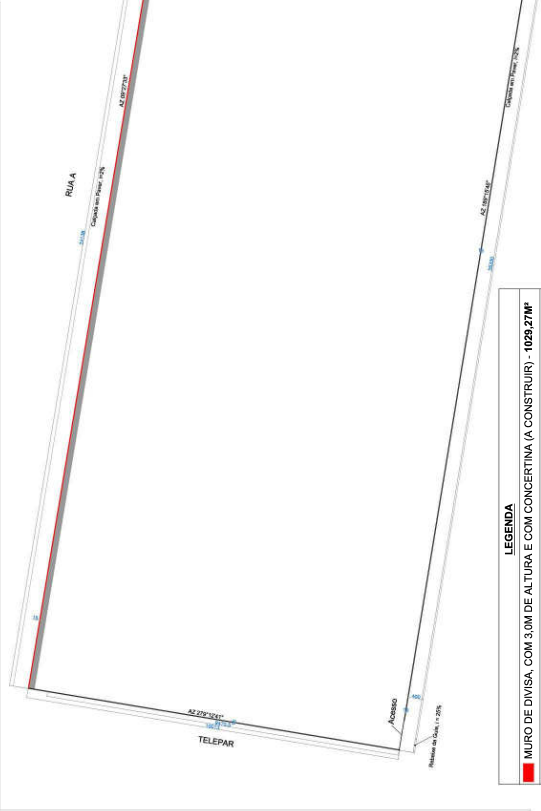
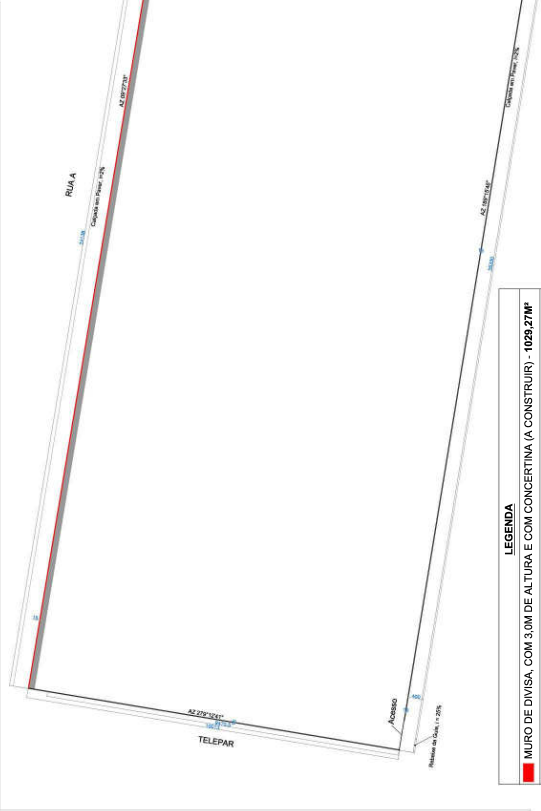
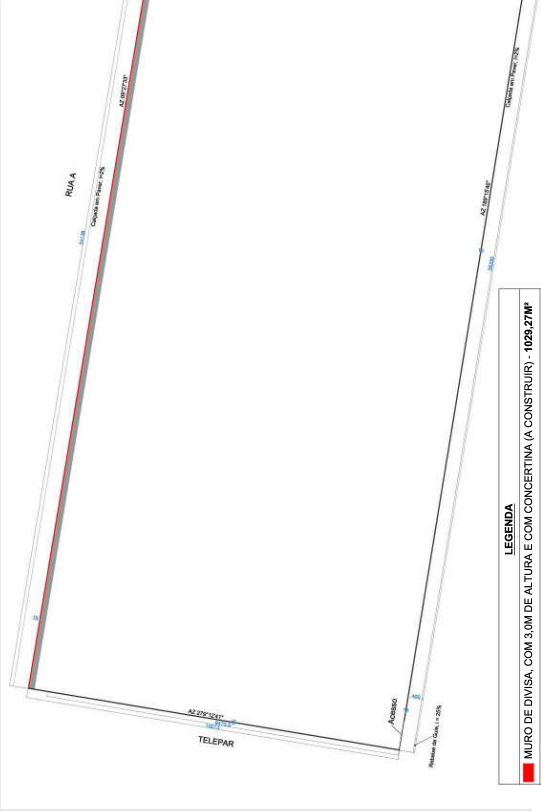
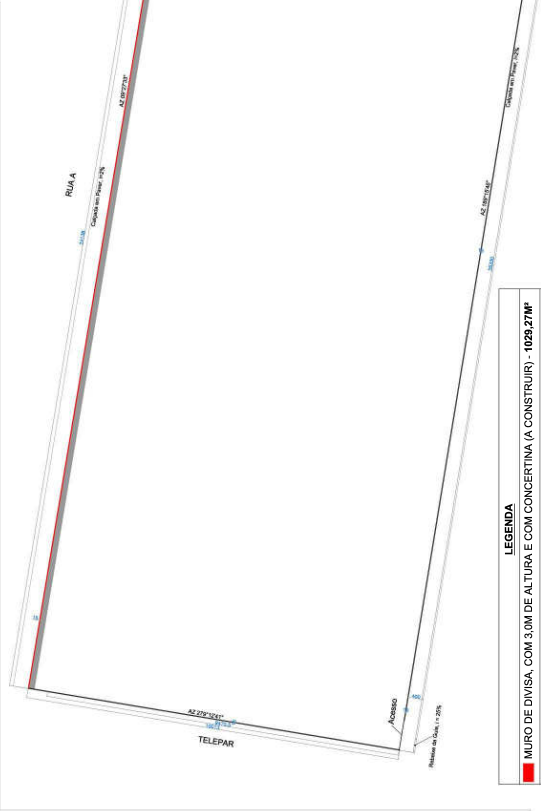
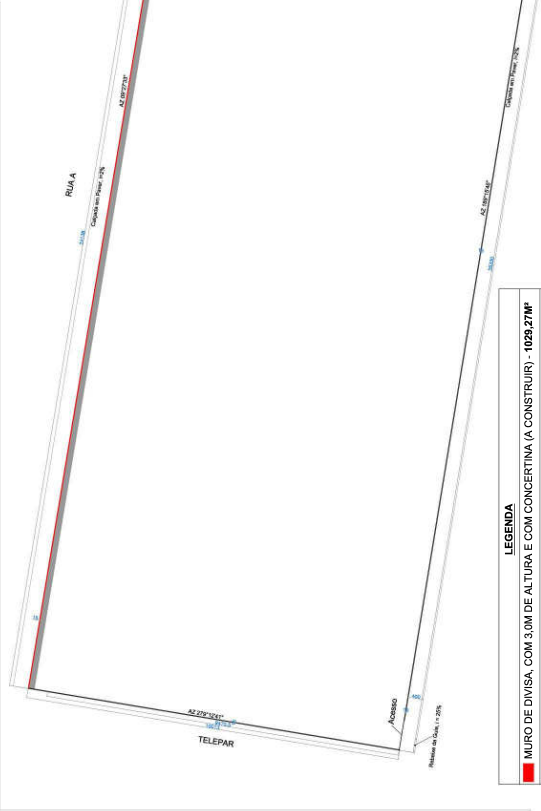
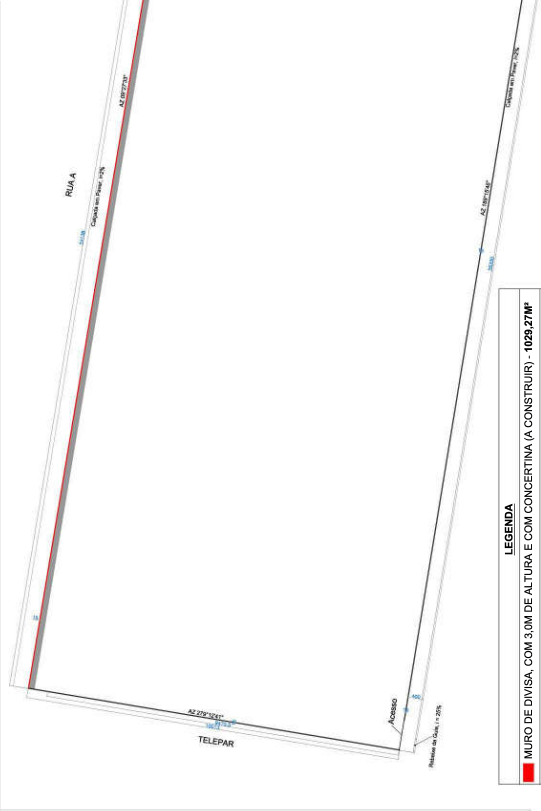
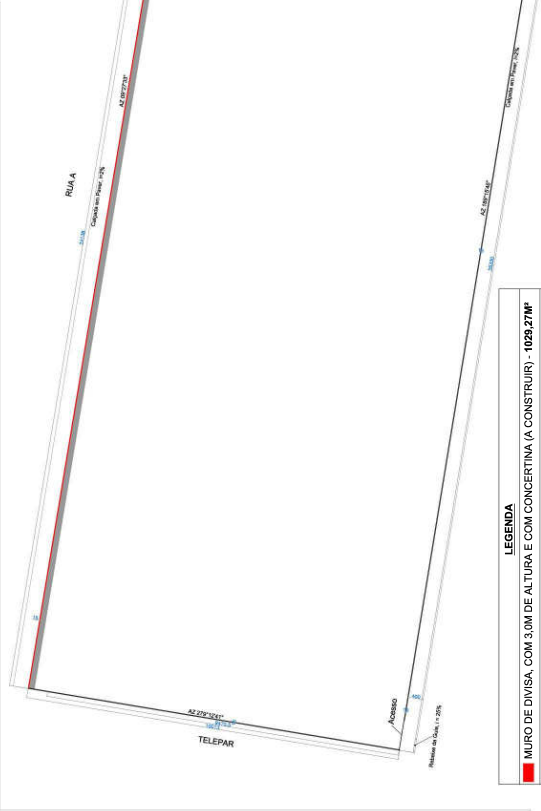
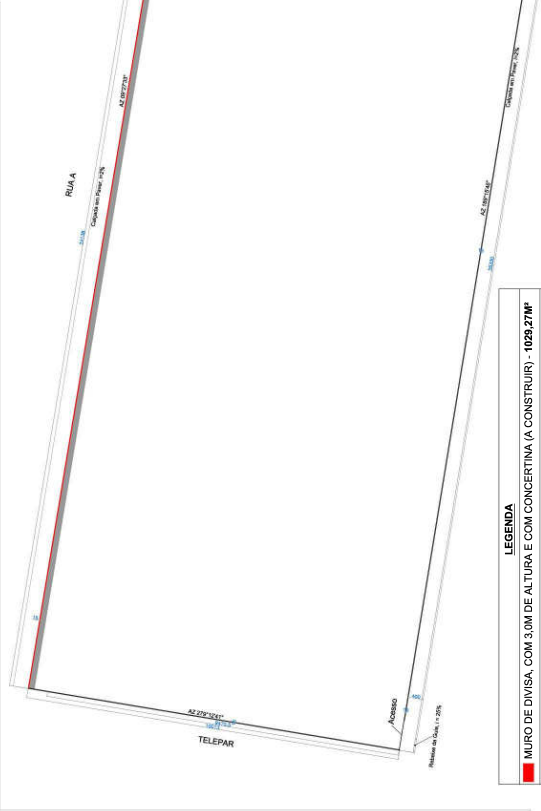
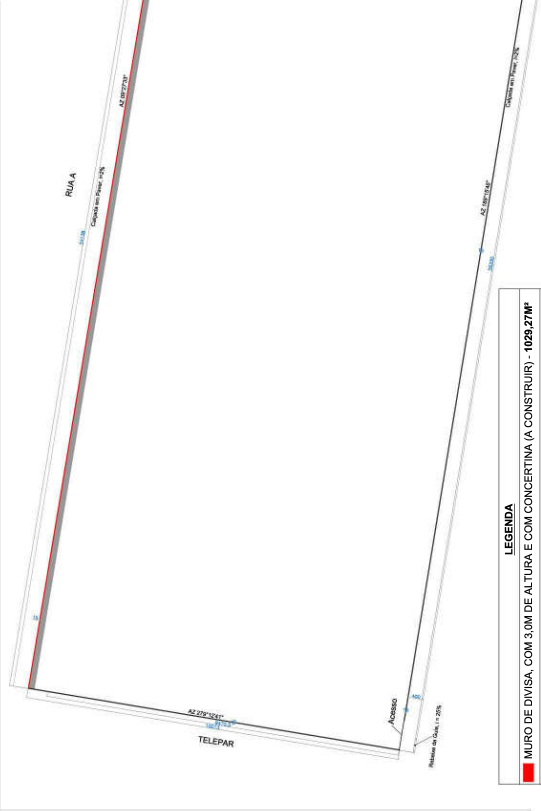
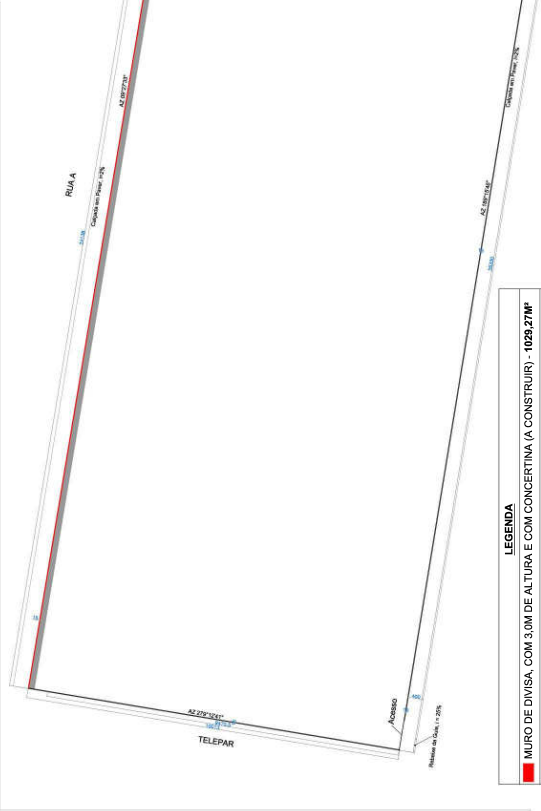
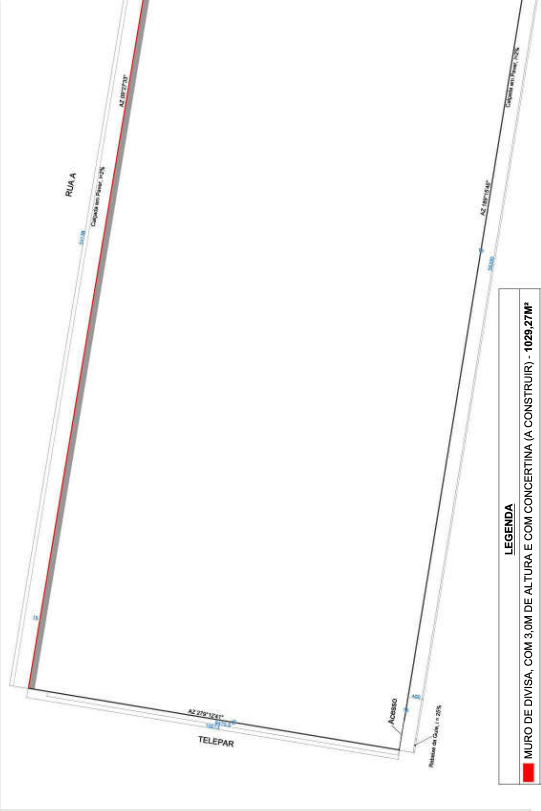
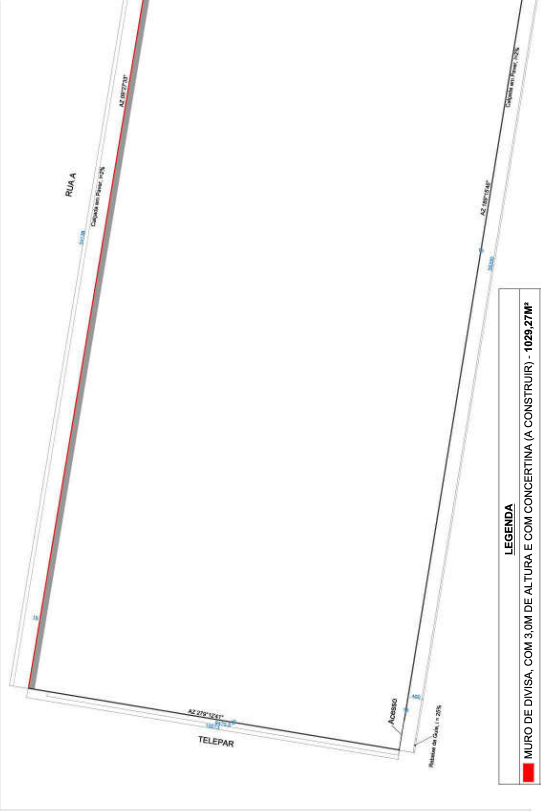
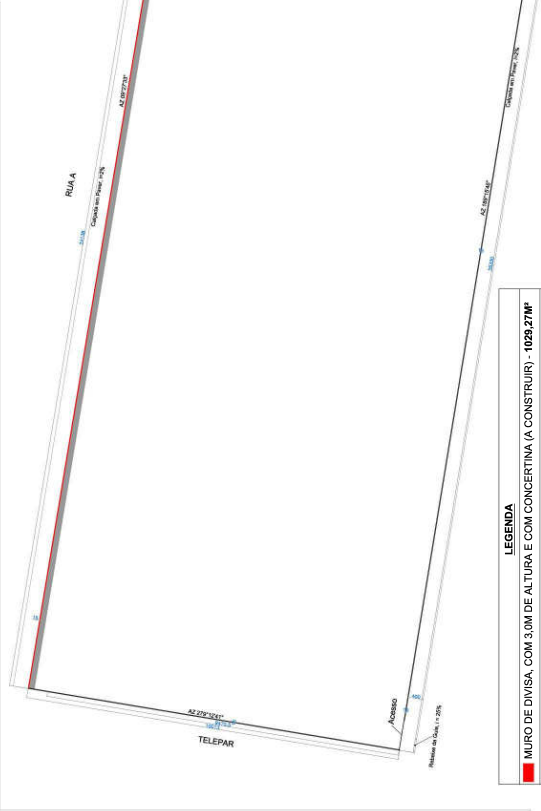
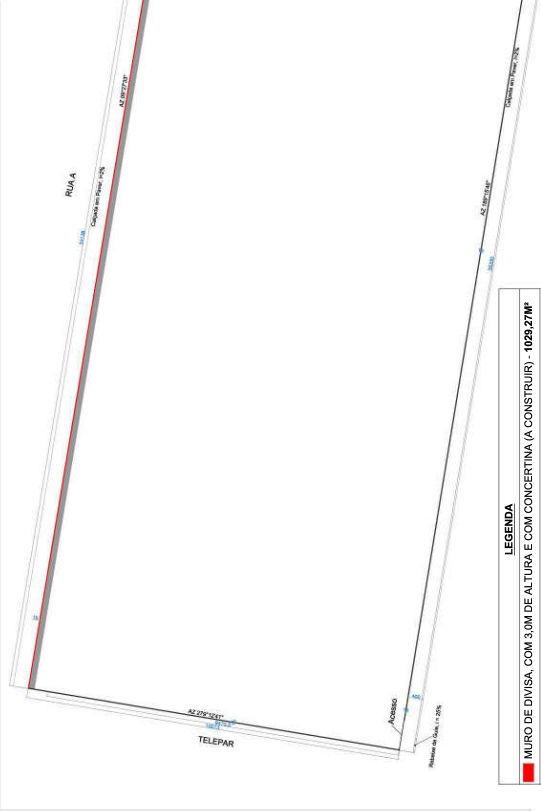
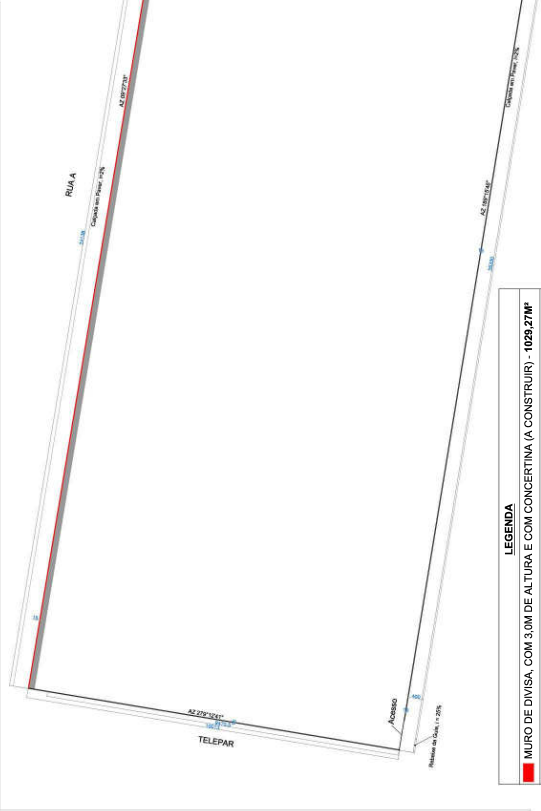
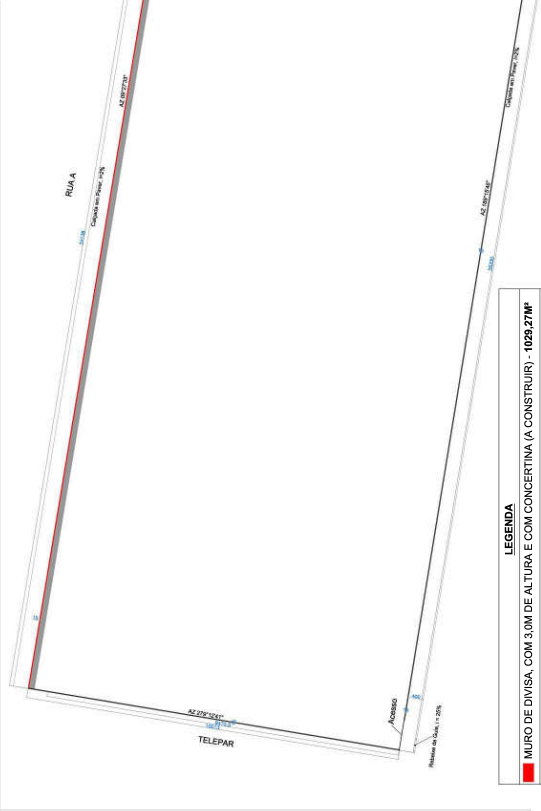
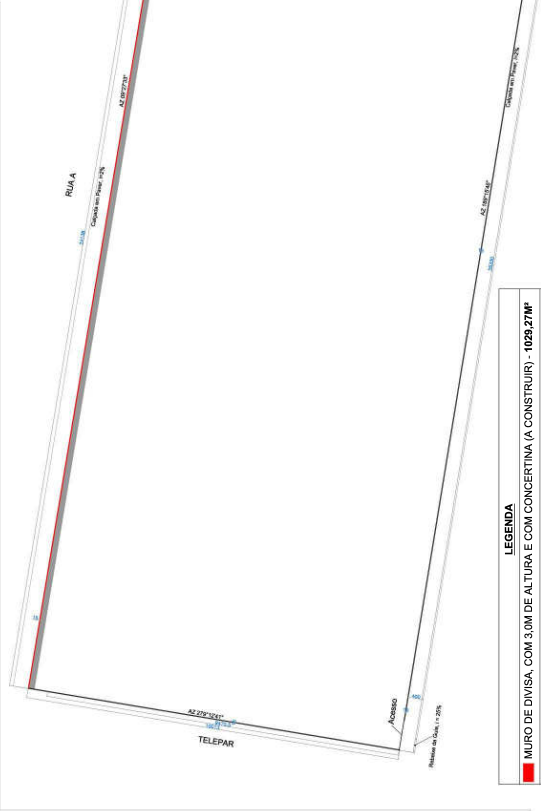
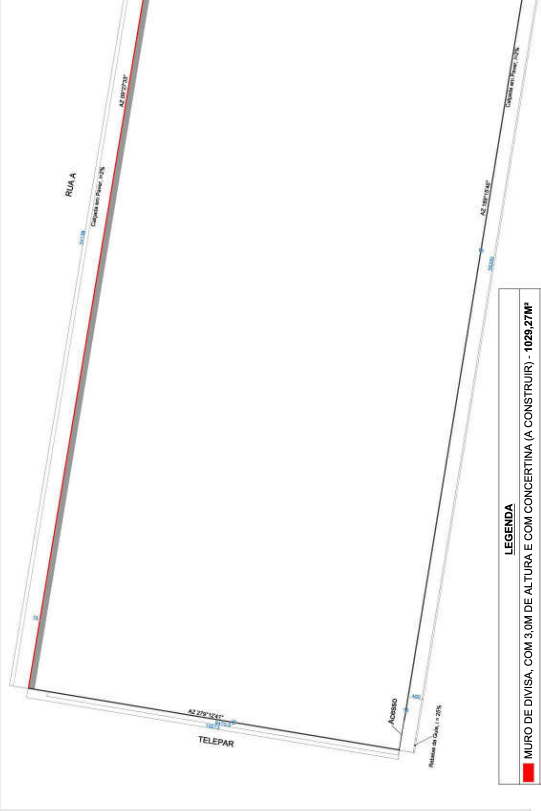
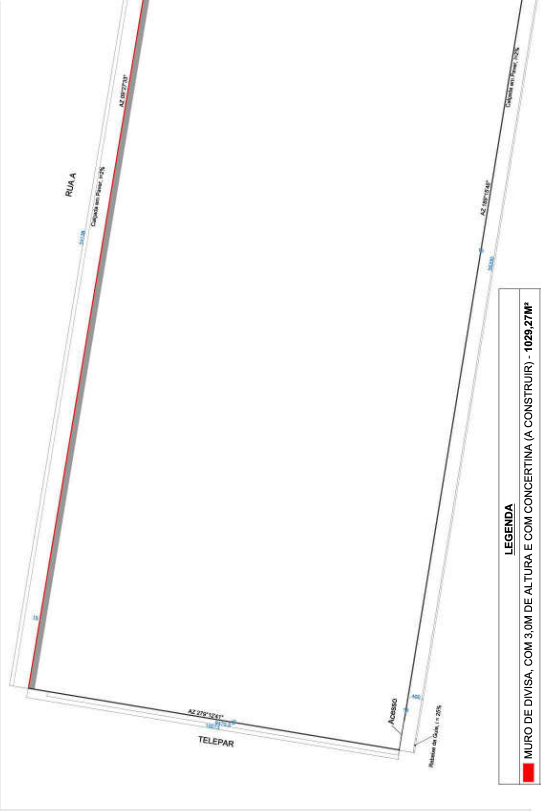
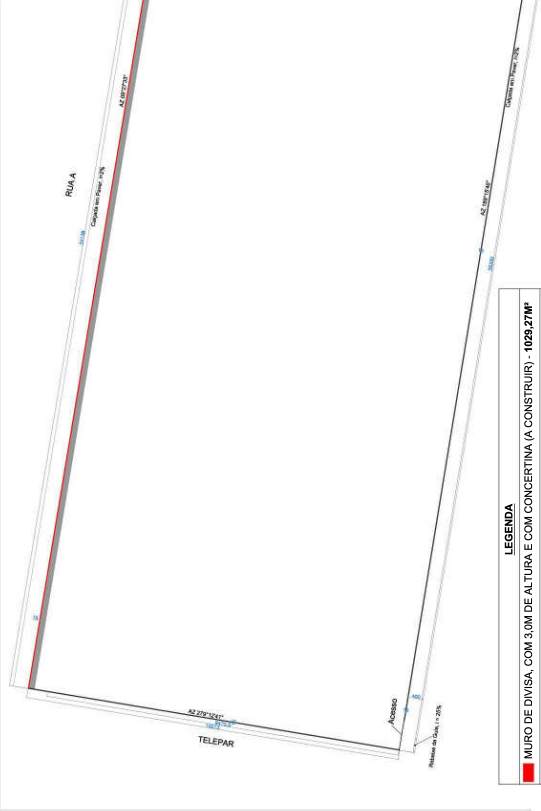
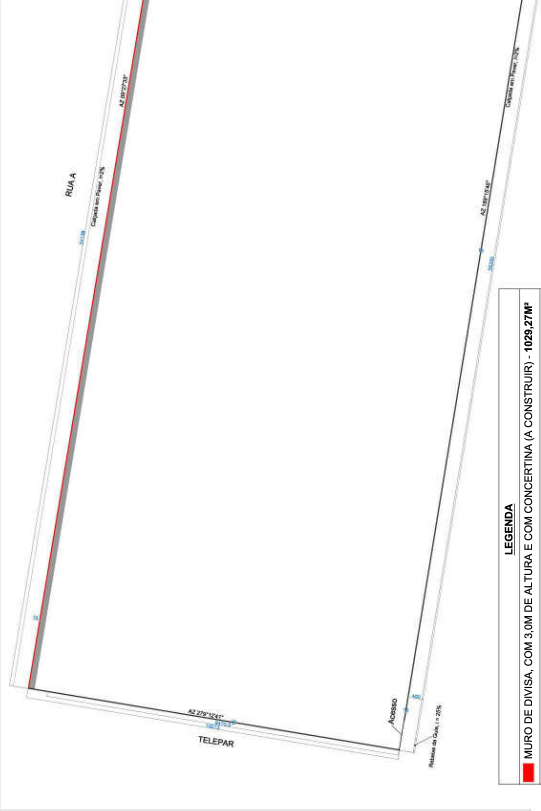
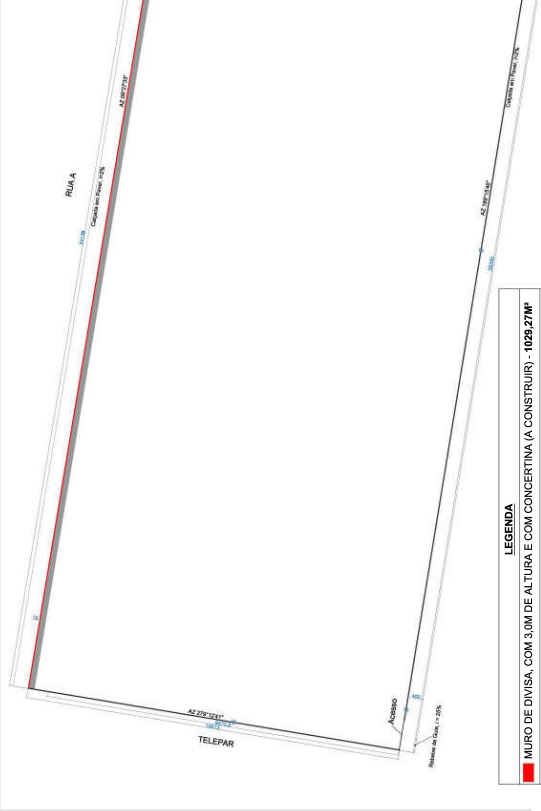
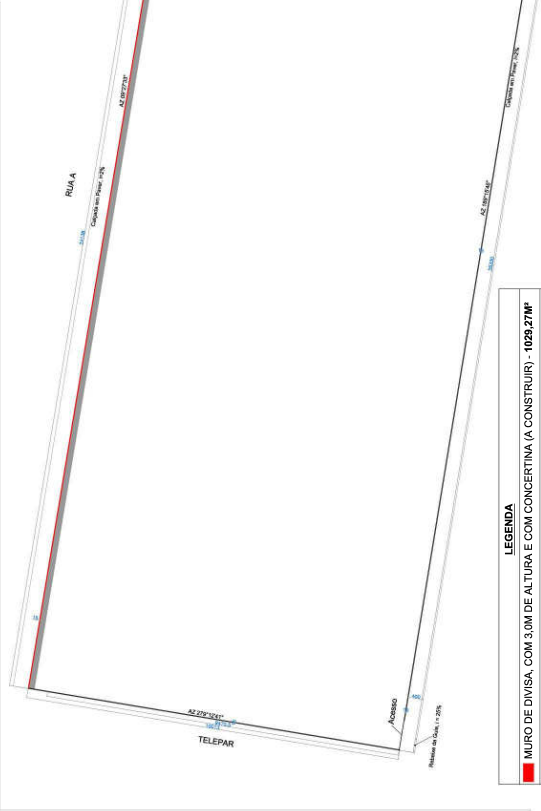
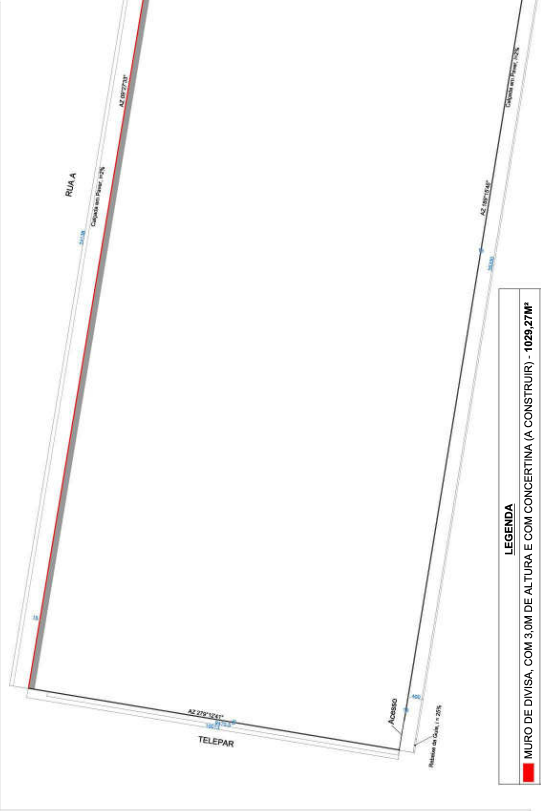
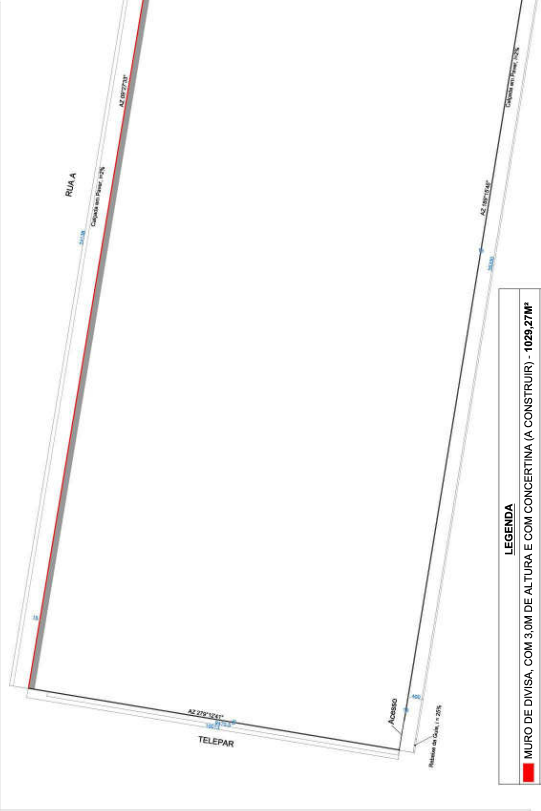
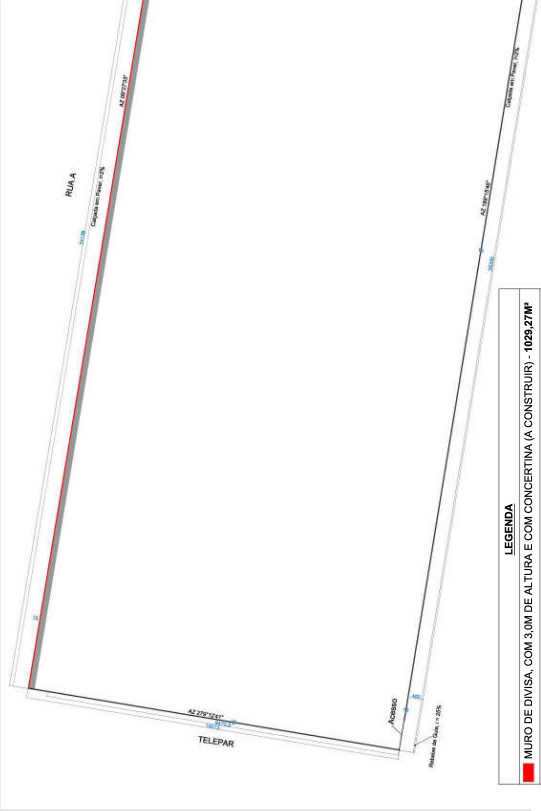
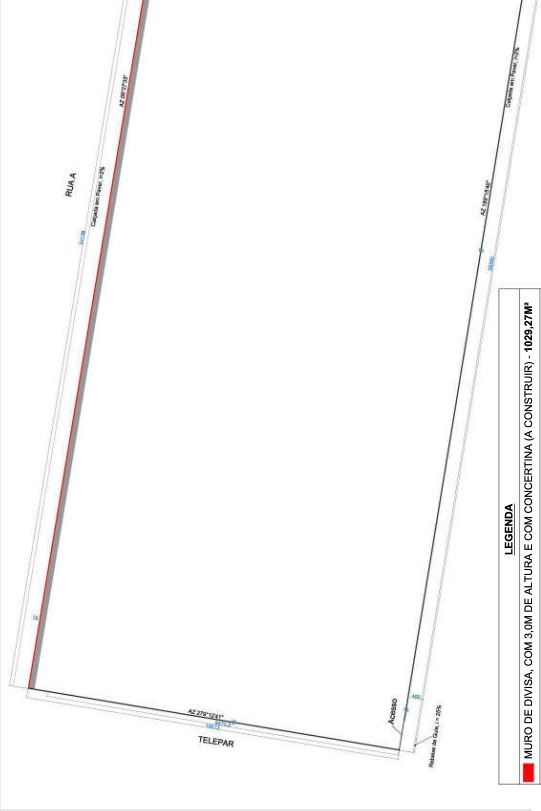
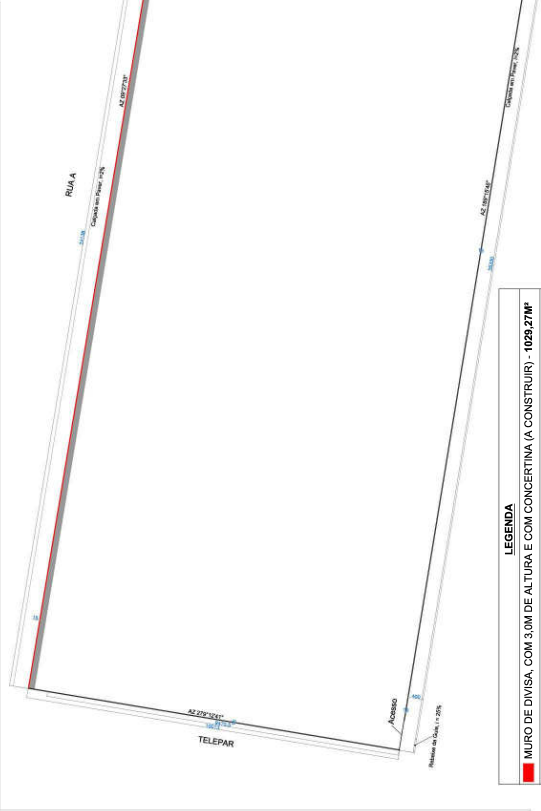
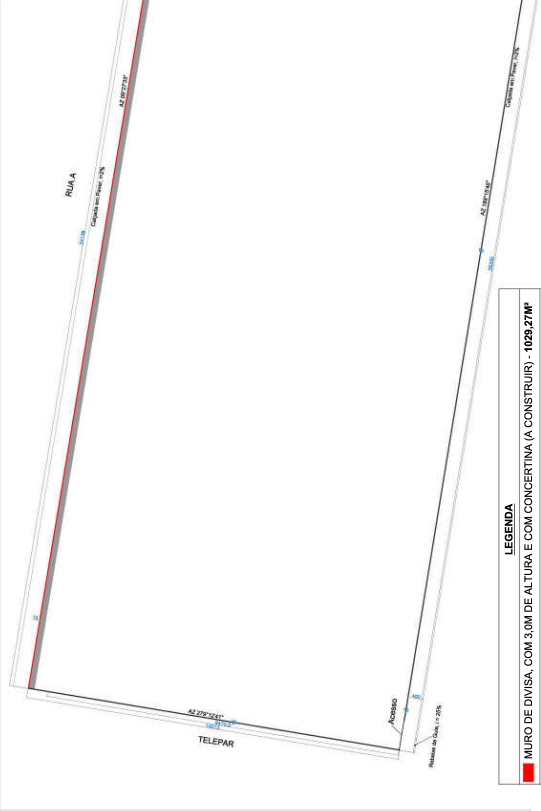
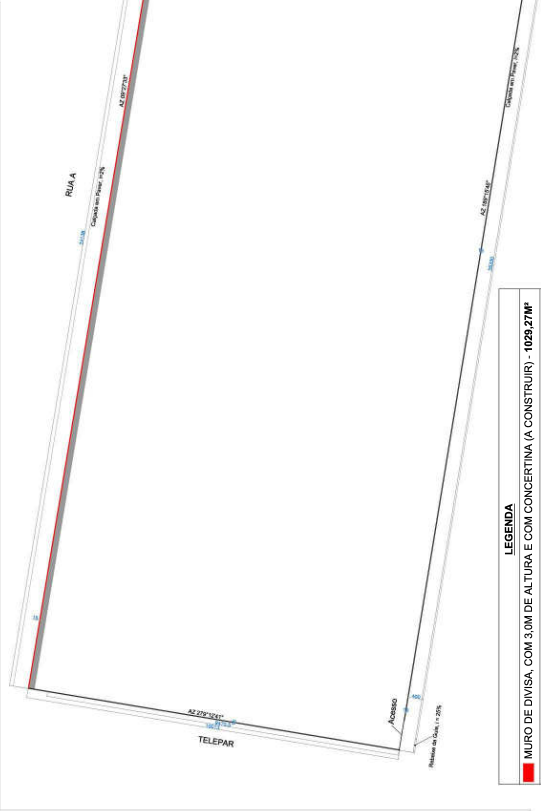
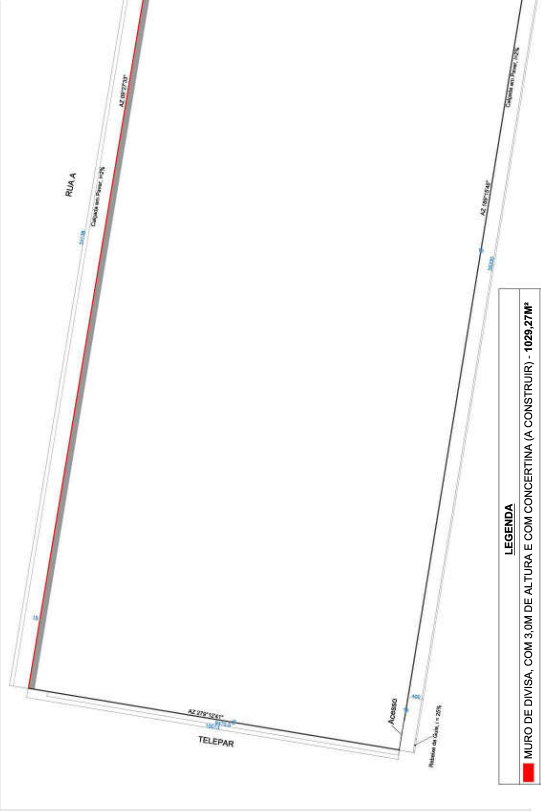
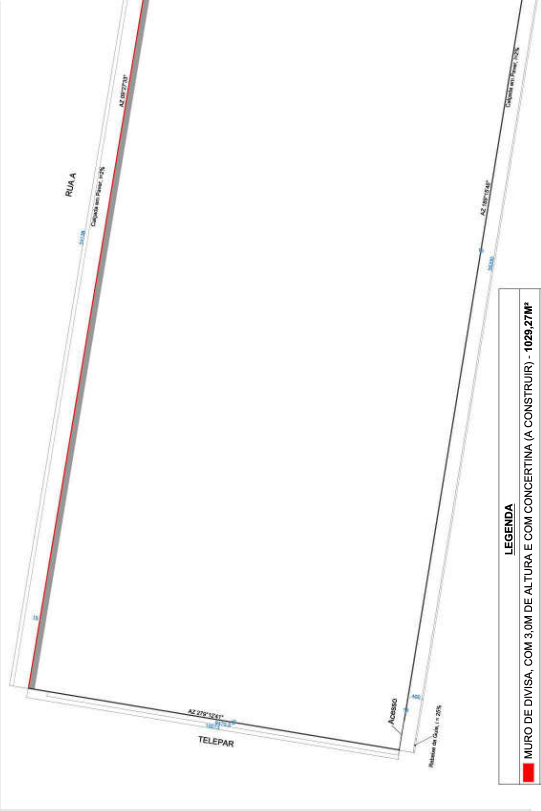
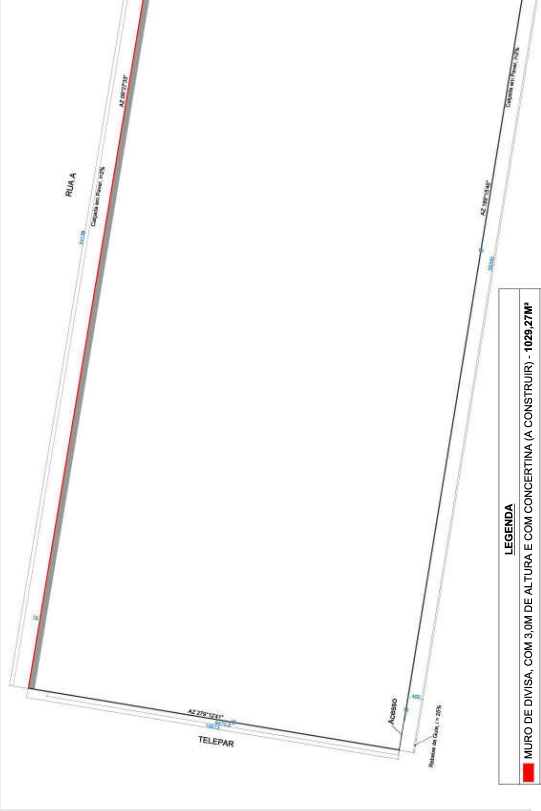
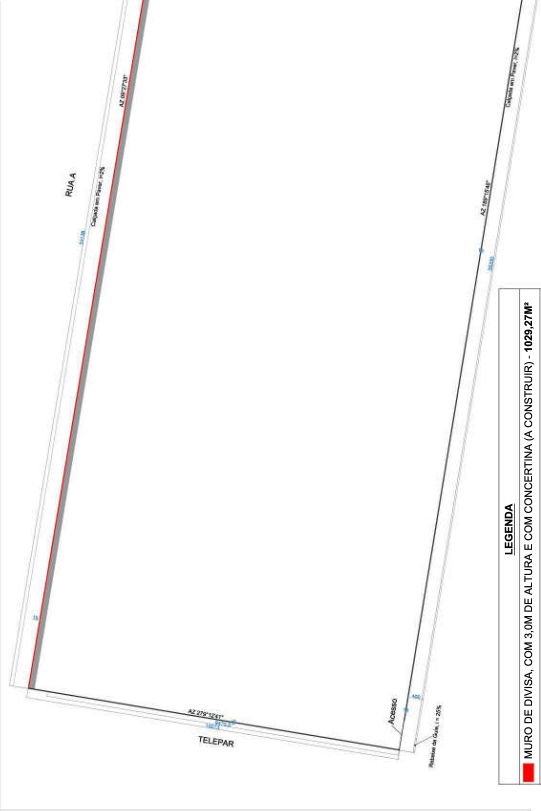
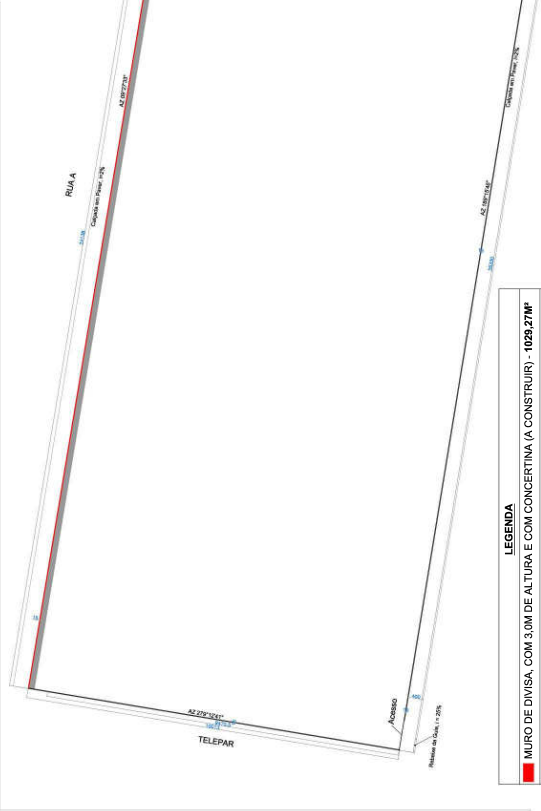
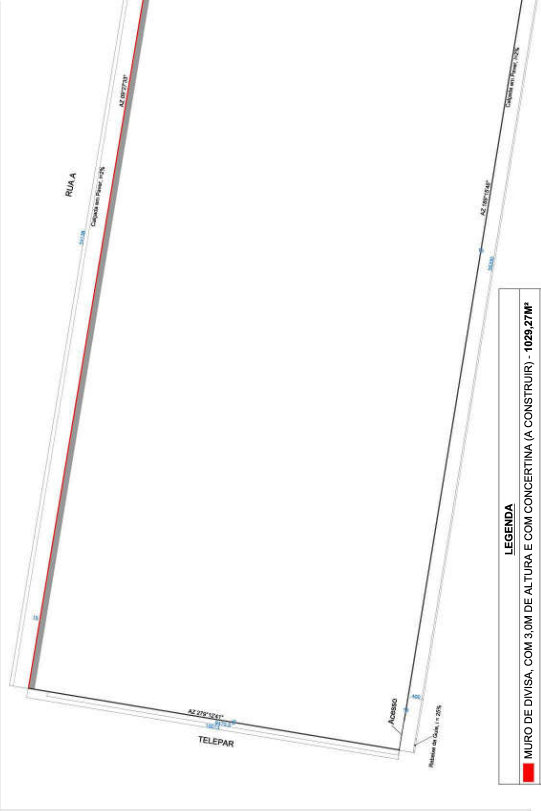
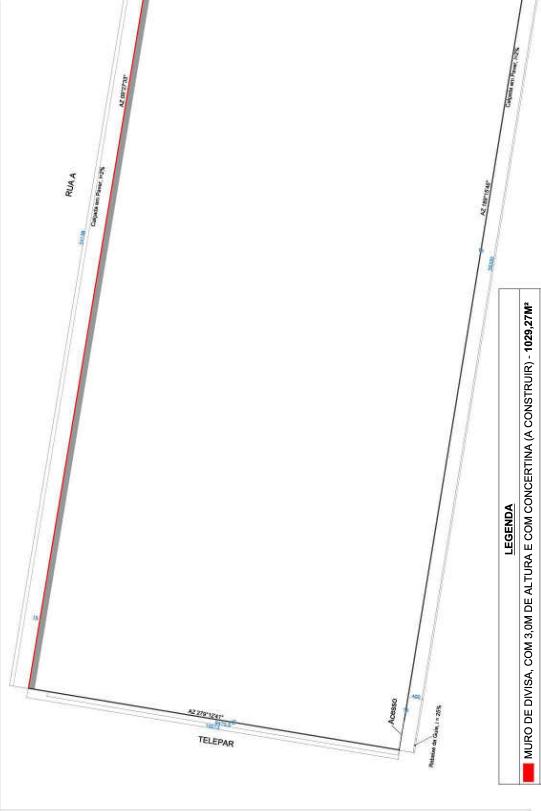
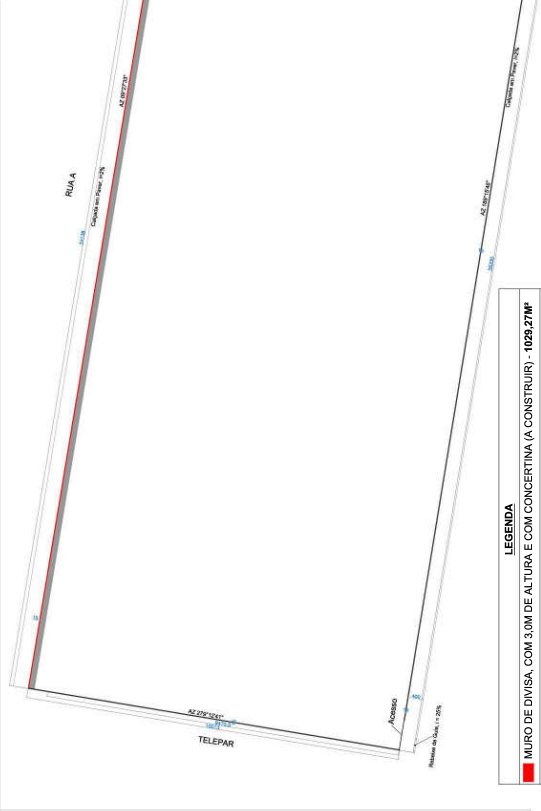
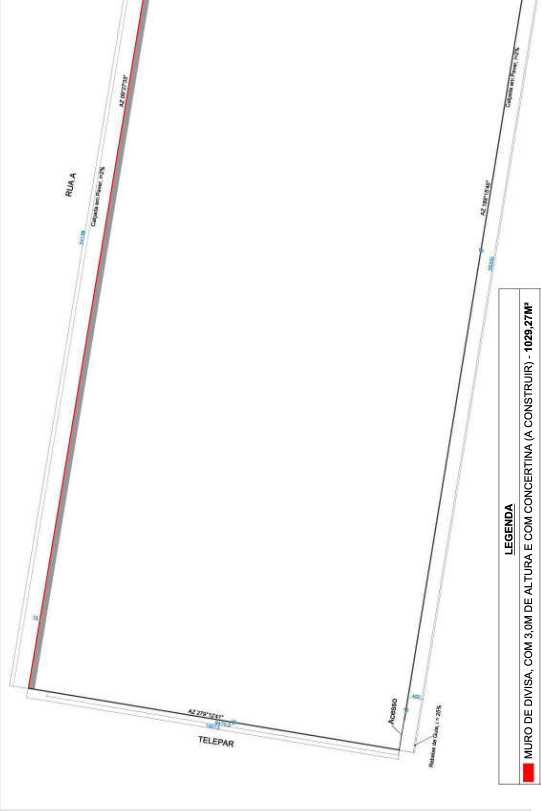
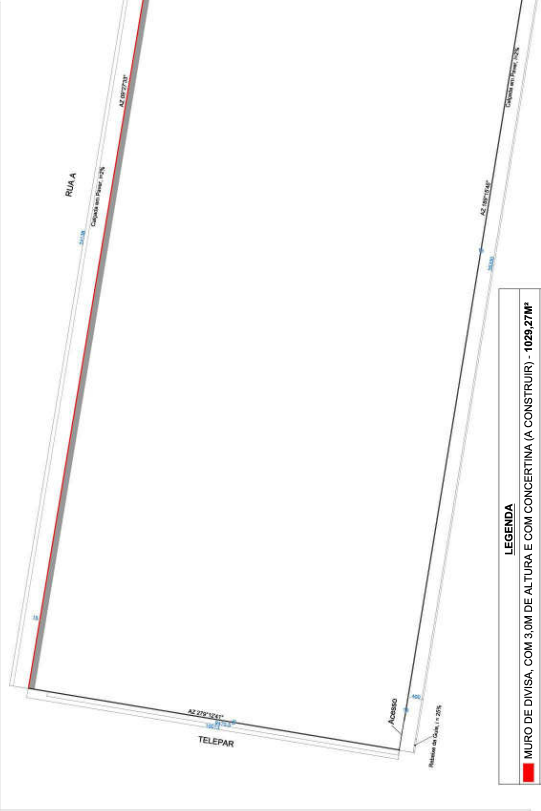
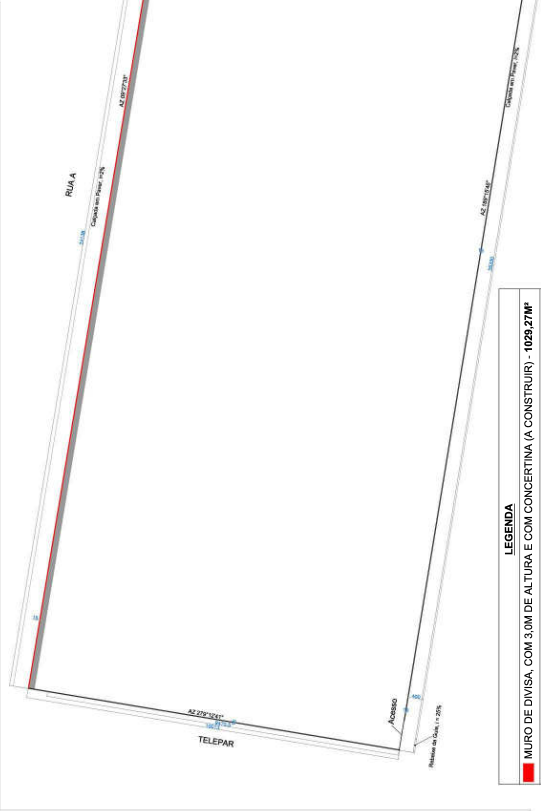
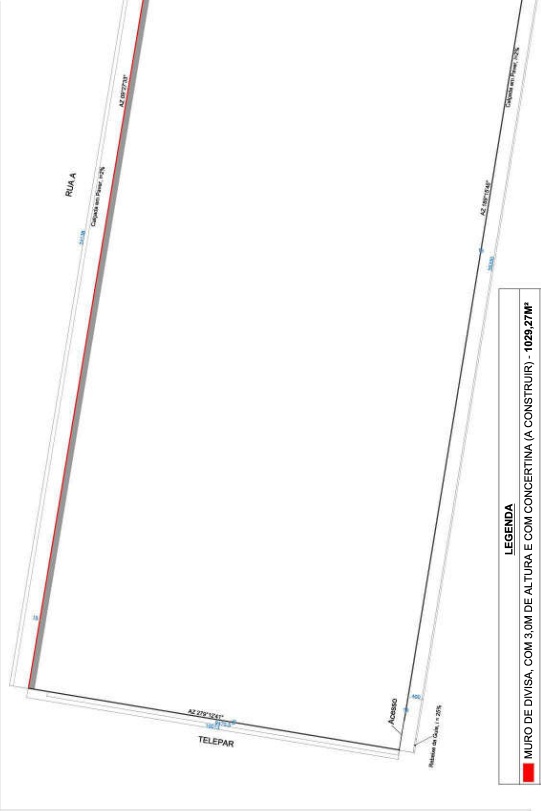
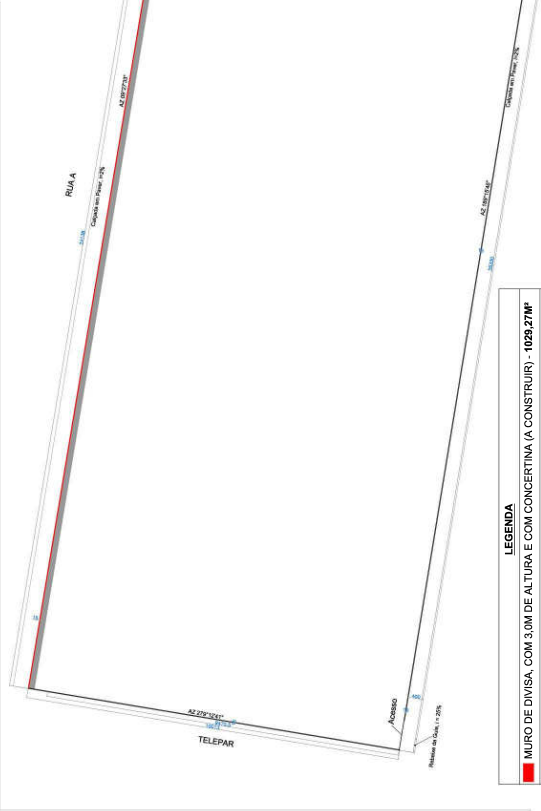
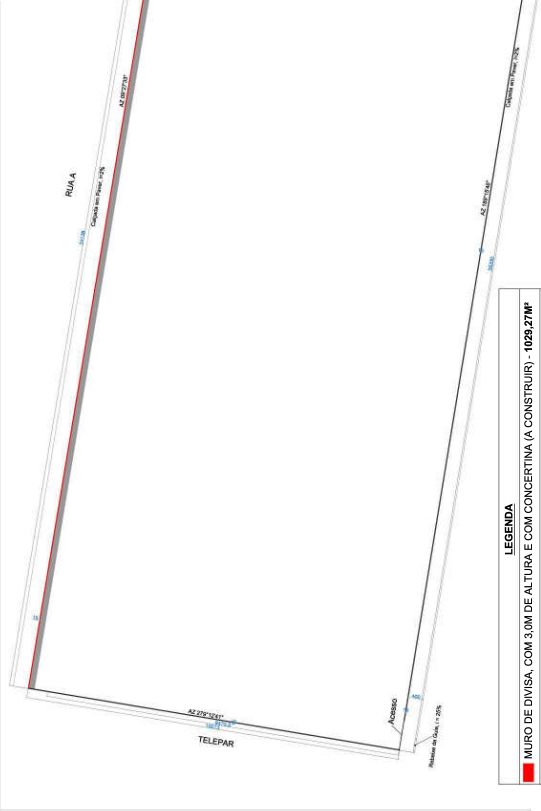
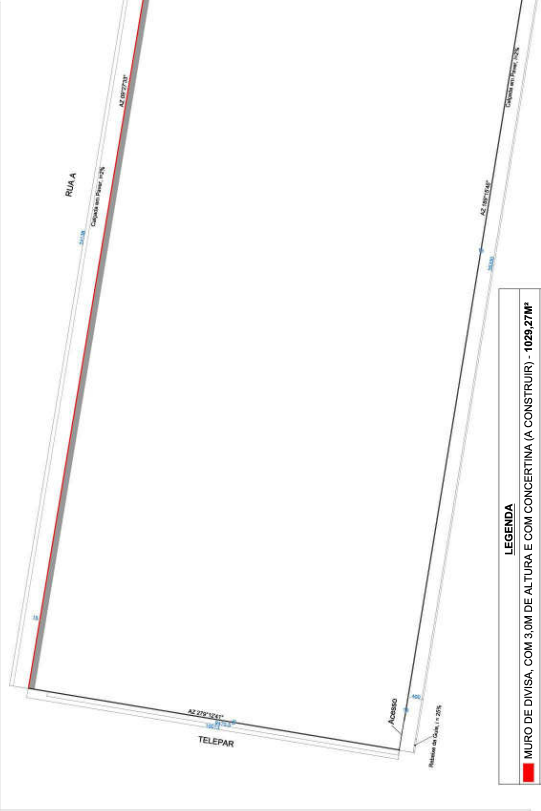
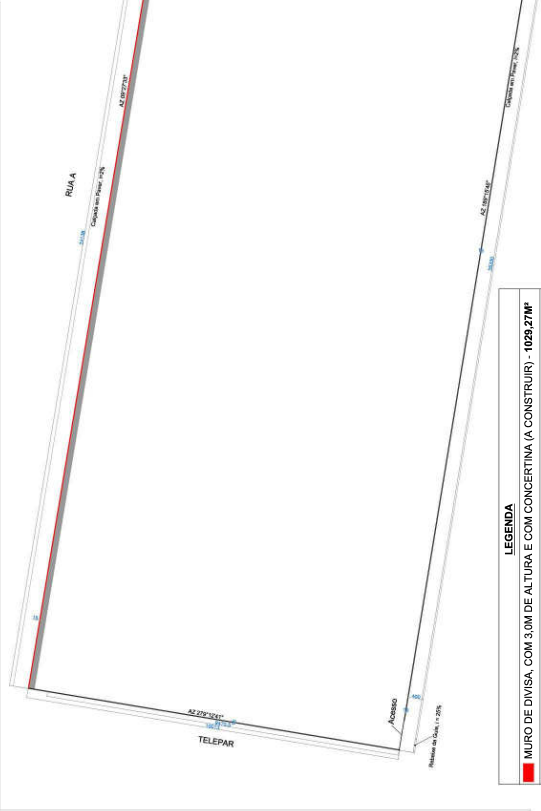
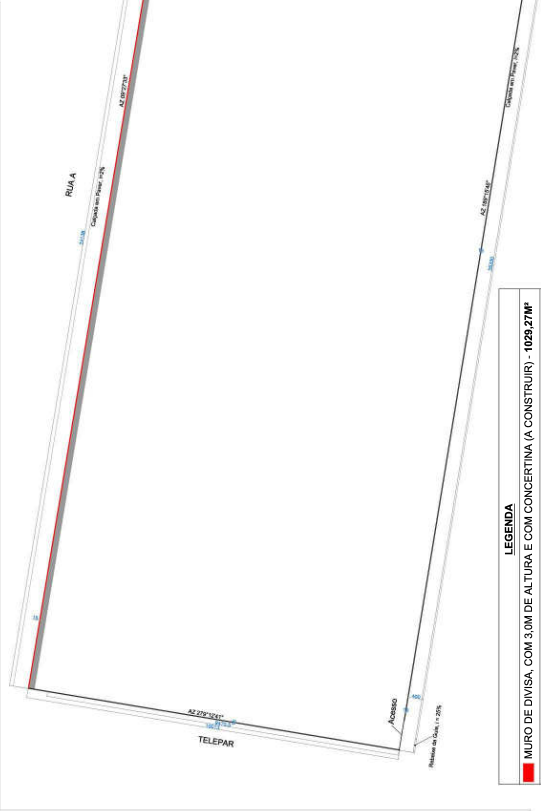
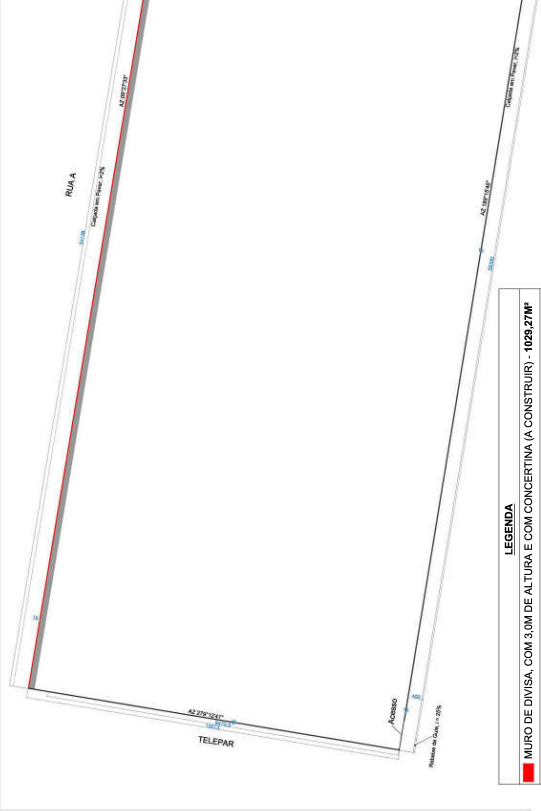
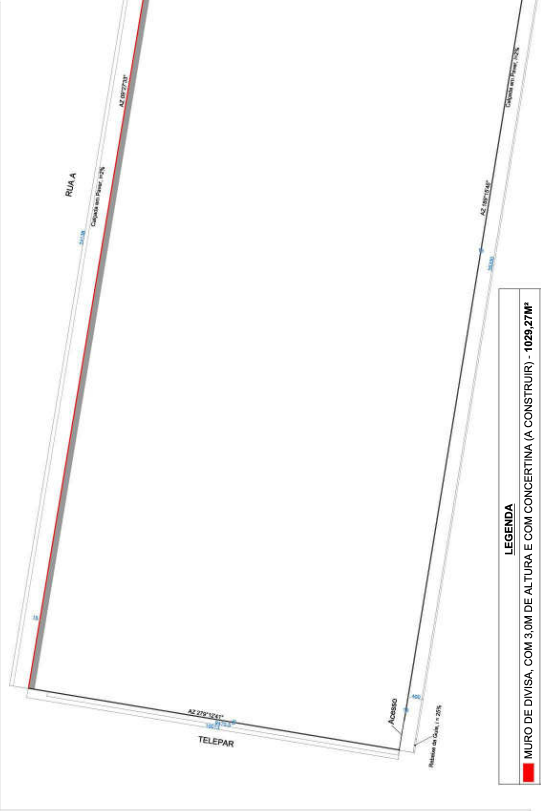
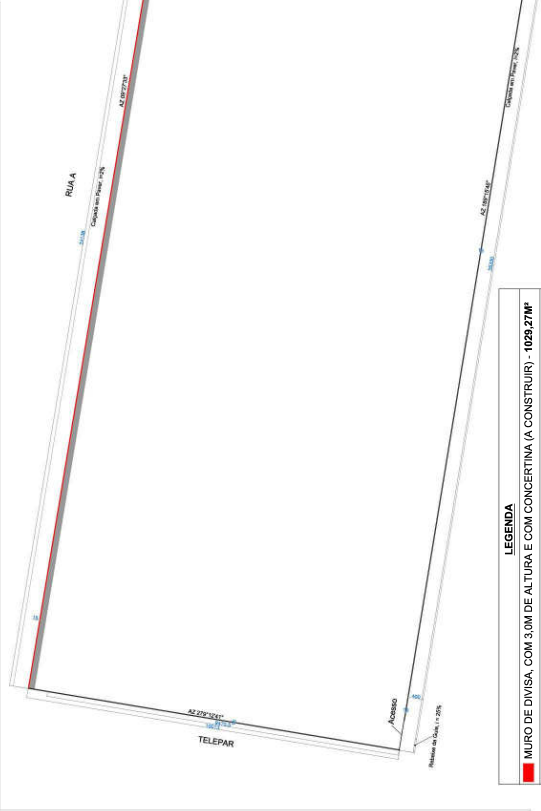
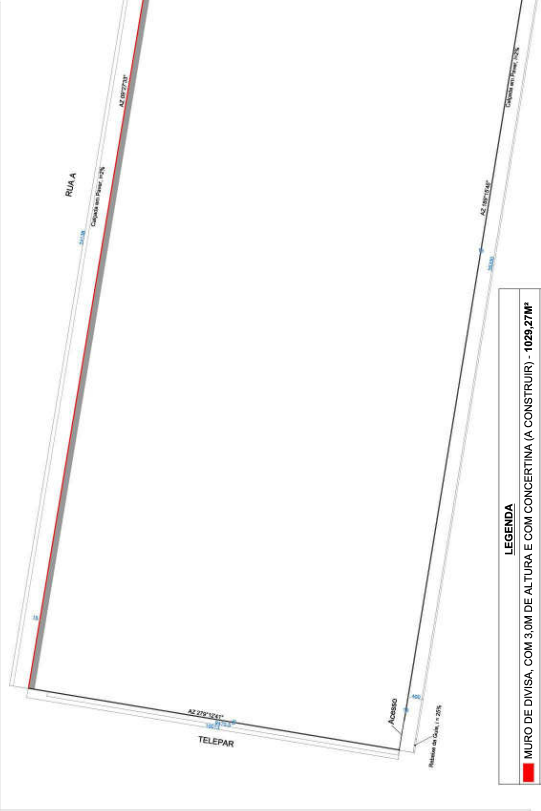
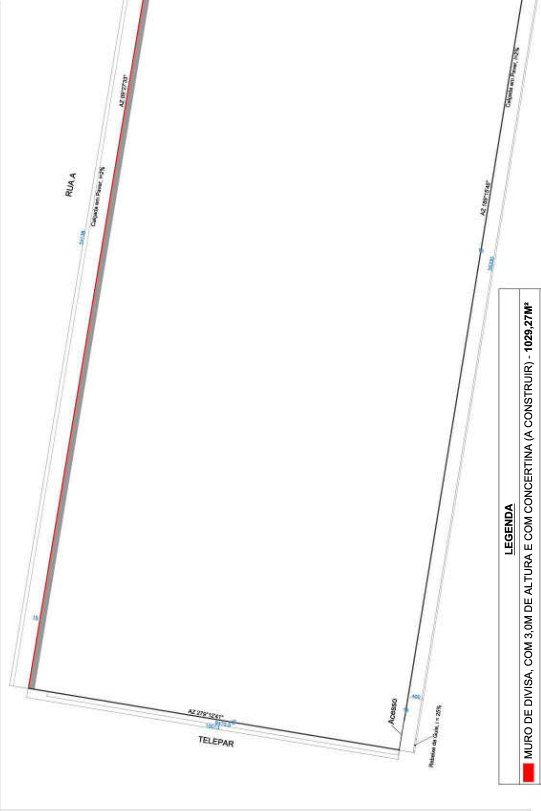
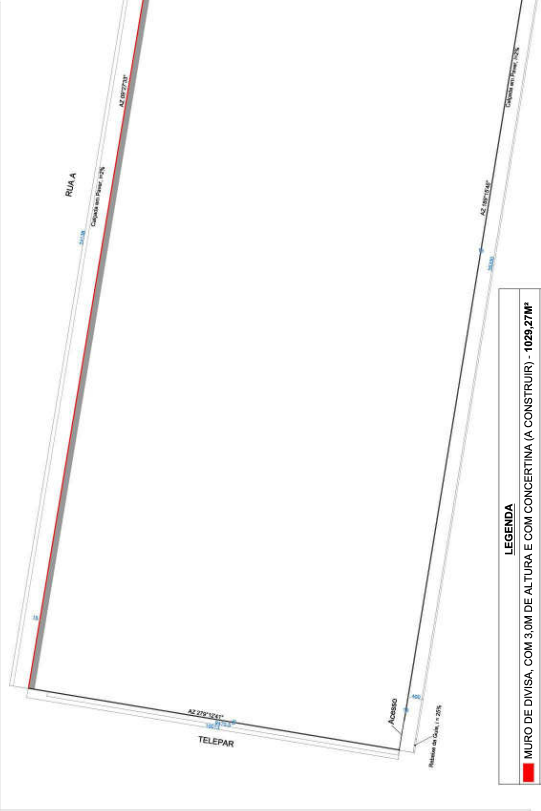
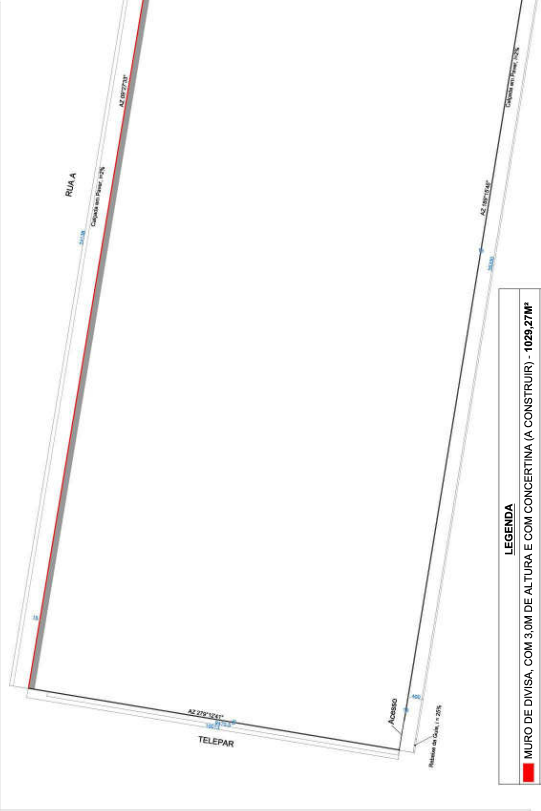
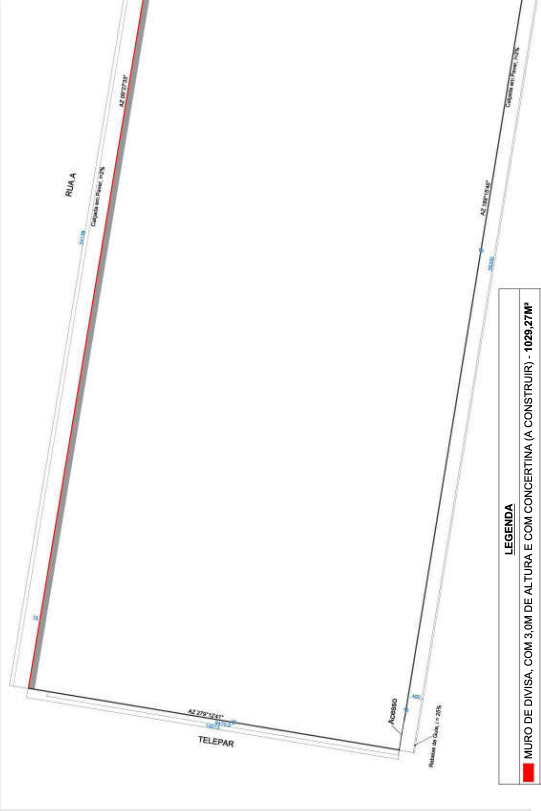
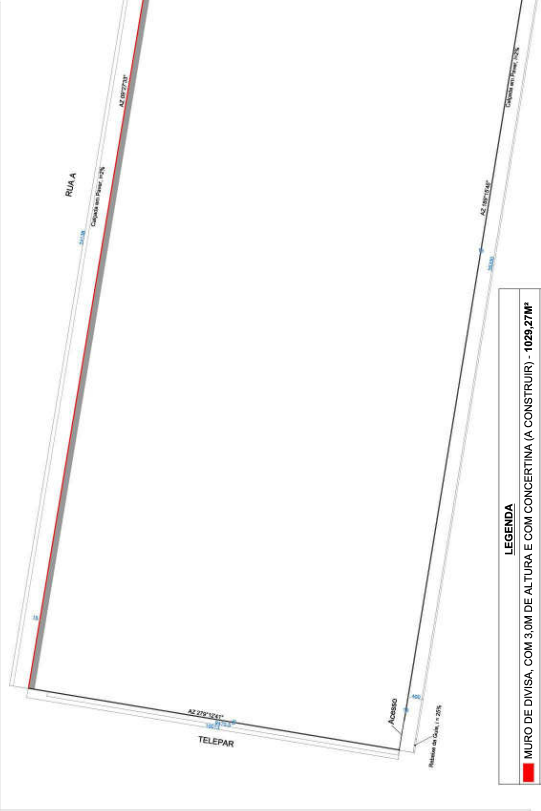
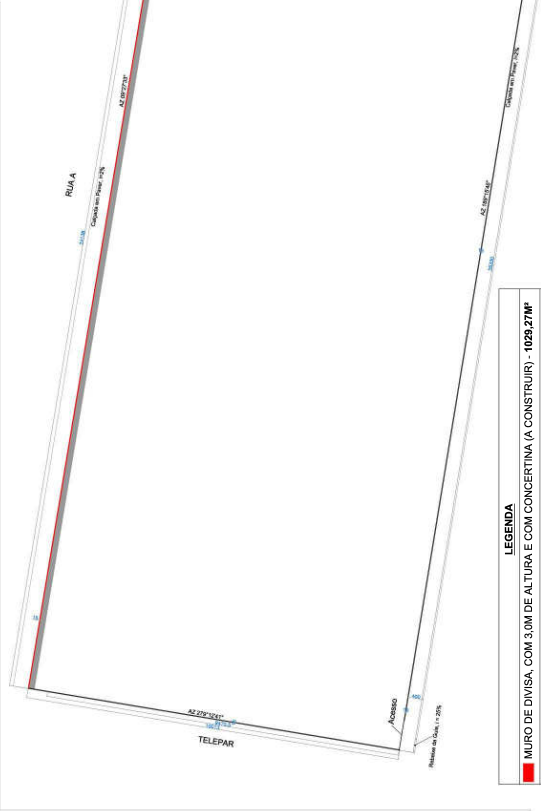
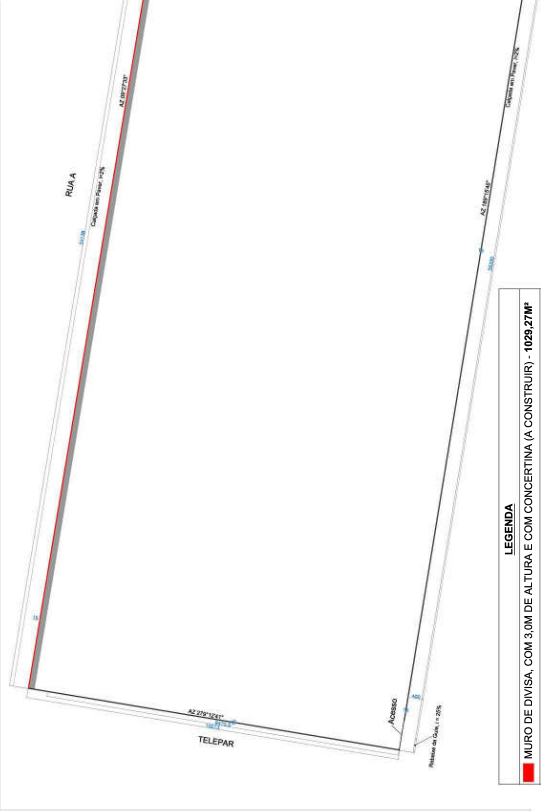
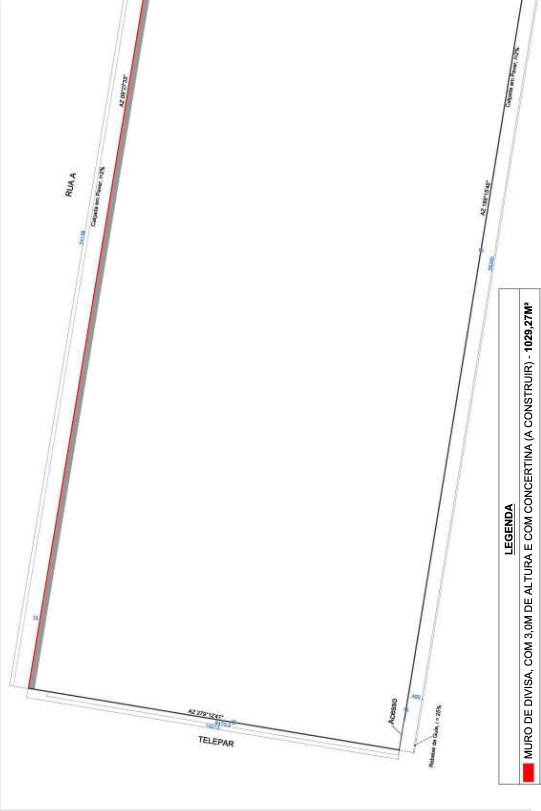
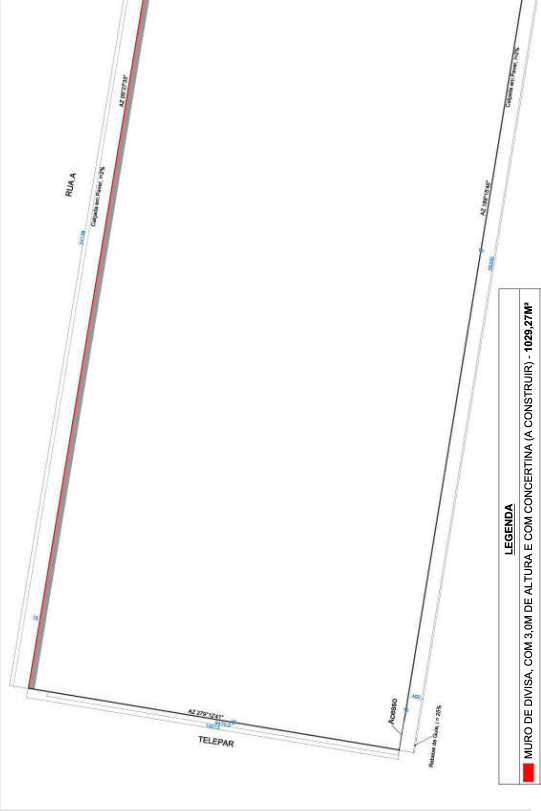
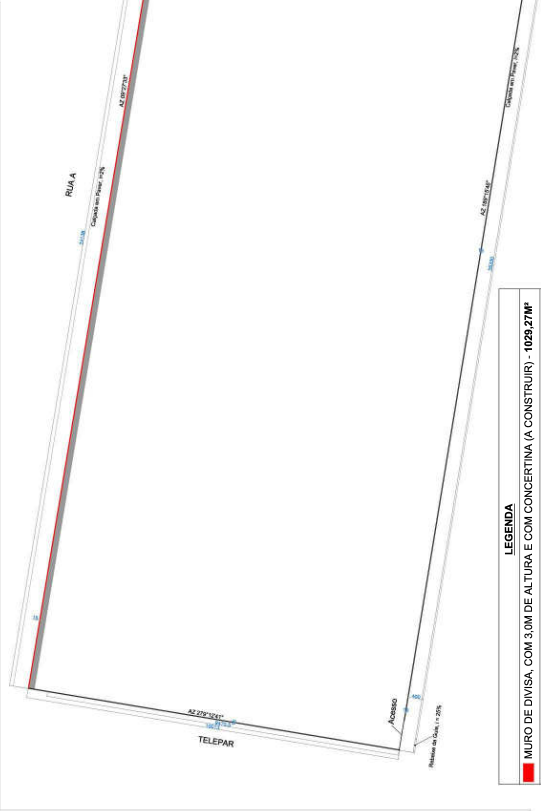
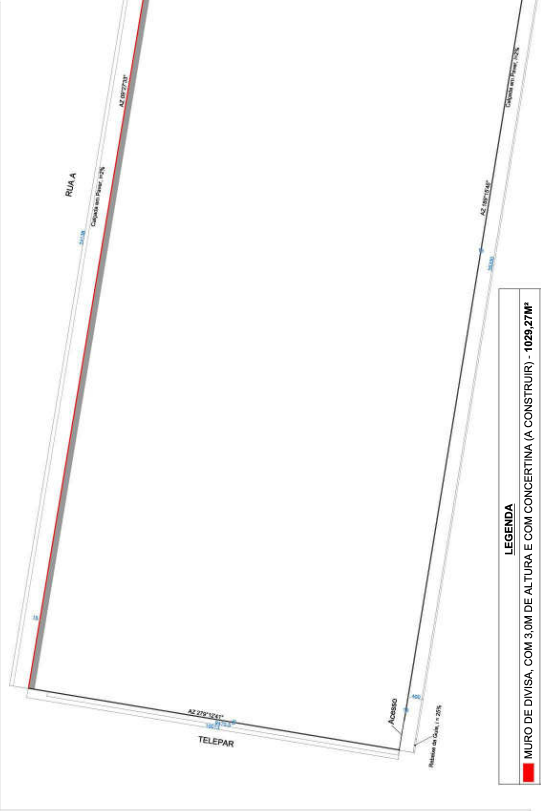
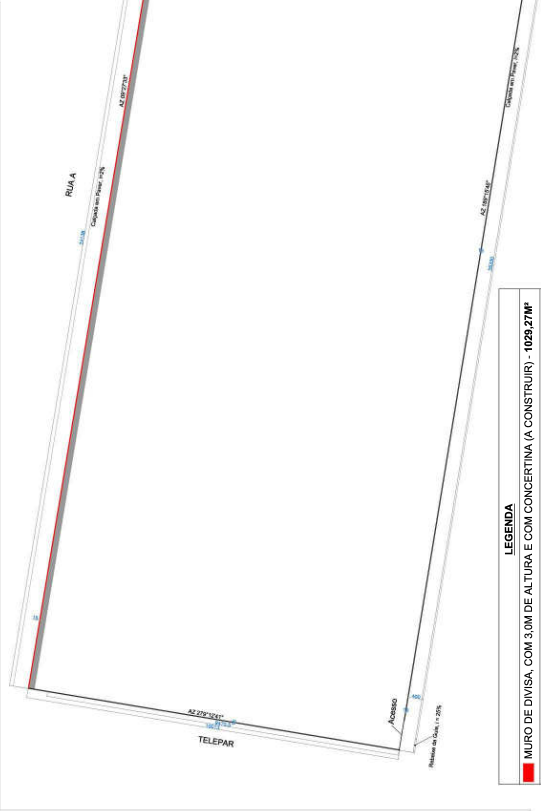
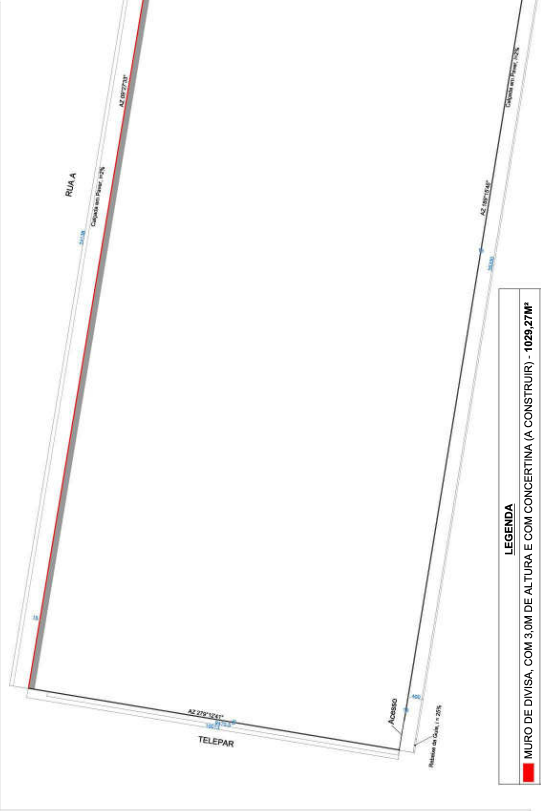
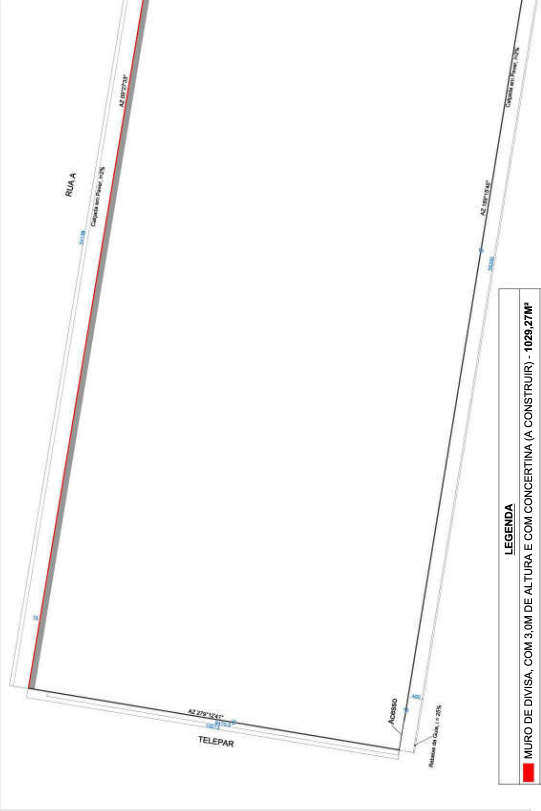
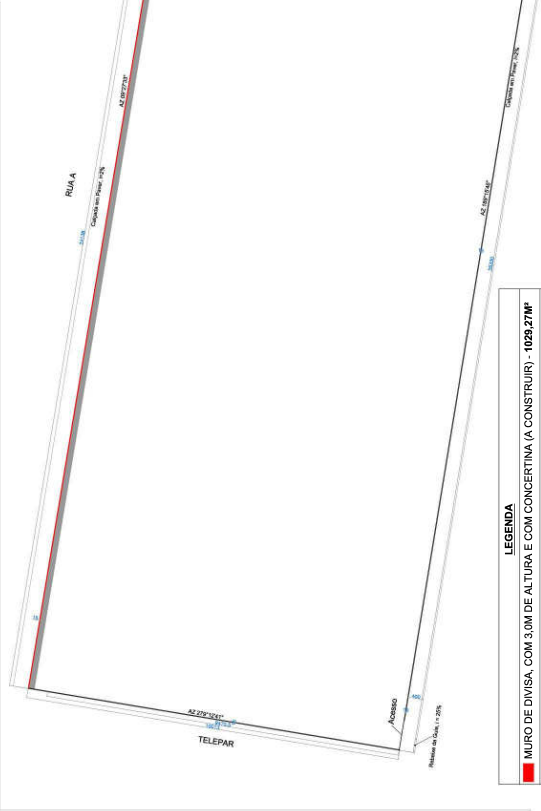
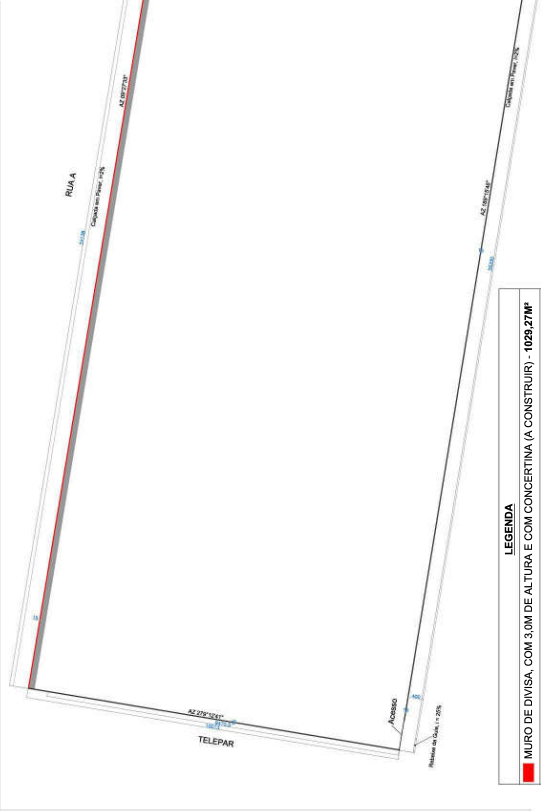
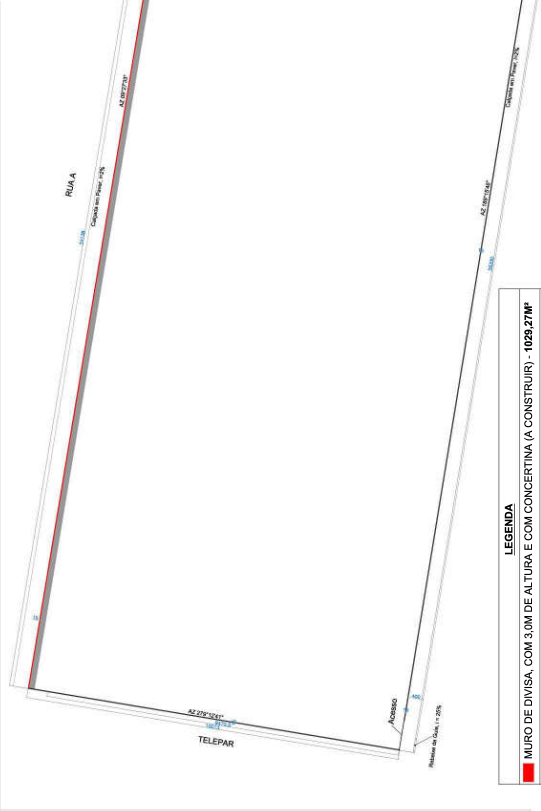
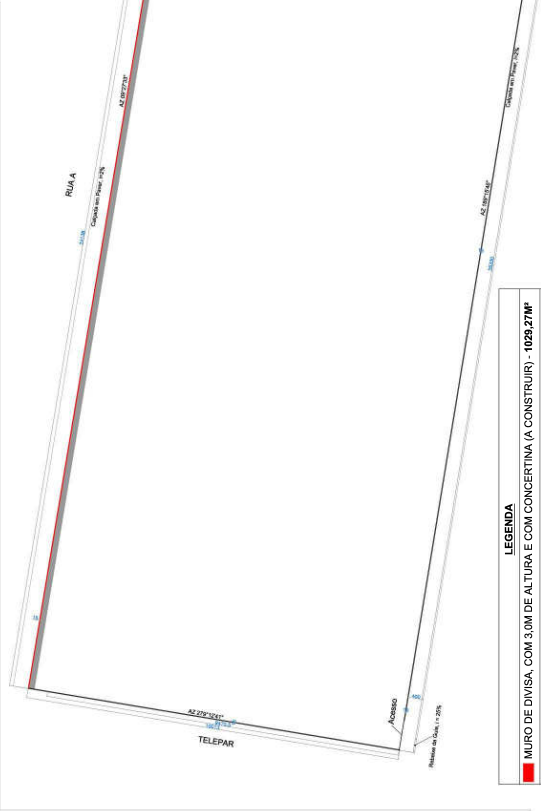
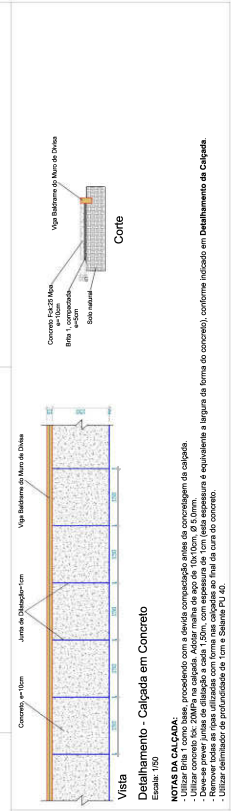
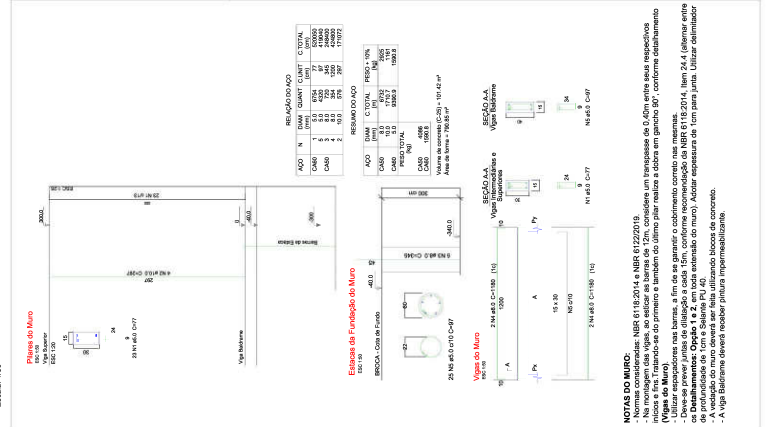
Detalhamento - Muro com Concretina
Escala: 1:50



Detalhamento - Junta de Dilatação em Pilares
Escala: 1:50



Detalhamento - Junta de Dilatação em Vigas
Escala: 1:50





Ministério da Economia

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento autenticado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. Corresponde à fé pública do servidor, referente à igualdade entre as imagens digitalizadas e os respectivos documentos ORIGINAIS.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 25/10/2021 17:00:00 por JOSE WALDINEY DOS SANTOS.

Documento autenticado digitalmente em 25/10/2021 17:00:00 por JOSE WALDINEY DOS SANTOS.

Esta cópia / impressão foi realizada por SIGRID HAGER STRAMBI em 14/10/2022.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP14.1022.09543.QZT3

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
7A850FCFB6A4AFEEE033823EF60EDABB3124A869B0D758D0EE7EA0A3642DE62D

COMPOSIÇÃO DO BDI



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL - 9ª REGIÃO FISCAL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Divisão de Programação e Logística

BDI

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + G + R) * (1 + DF) * (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Valor total da Obra sem BDI	R\$ 378.180,34	%
Valor de material	R\$ 253.771,13	67%
Valor de mão de obra	R\$ 124.409,21	33%
ISS da cidade	5,00%	
% ISS equivalente (sobre a obra)	1,64%	

Incidência	Identificação da taxa	%
Custo direto	Administração central	5,75%
	Riscos	0,43%
	Garantia	0,21%
	Seguro	0,36%
	Lucro	9,15%
	Despesas Financeiras	1,00%
Custo Indireto (I)	PIS/PASEP	0,65%
	COFINS	3,00%
	CPRB*	0,00%
	ISS	1,64%
BDI		24,26%

*CPRB - Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta



Ministério da Economia

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 23/09/2022 12:08:15 por Ivan Olivete do Amaral.

Documento assinado digitalmente em 23/09/2022 12:08:15 por IVAN OLIVETE DO AMARAL.

Esta cópia / impressão foi realizada por SIGRID HAGER STRAMBI em 14/10/2022.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP14.1022.09552.YS6B

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
1FECE63206BD08D578B564B7D12D5864DDF02C8A4A8AEE1CFFF021519CC8A5B8